

AMAZÔNIA:

"PROCESSOS DE OCUPAÇÃO E CONFLITOS"

TESE DE DOUTORAMENTO

PELO PROF.
JOÃO RENÔR F. DE CARVALHO.

TESE ELABORADA SOB O PATROCÍNIO DA
FUNDAÇÃO GULBENKIAN DE LISBOA E
UNIVERSIDADE DO AMAZONAS (MANAUS)

MANAUS, DEZEMBRO, DE 1977

AmM
325.3098M
e 331a
v.1

Ao prof.
Mário Ypiranga
Monteiro
com estima J. Renô

" Processos de Ocupação e
Conflitos na Amazonia".

(Tese de Doutorado do Prof.
João Renô Ferreira de Carvalho)

(Volume I.).

Bt. Mário Ypiranga Monteiro
Manaus Amazonas

Tese patrocinada pela

- Fundação Calouste Gulbenkian (Lisboa) e pela
- Universidade do Amazonas (Manaus).

Manaus, dezembro de 1977.



Bt. Mário Ypiranga Monteiro
Registro: 00334
Folha:
Data:



Índice Geral

Capítulo I :

Pág.

- " A Consciência de Amazonia nos séculos XVI e XVII" 01.
" Bibliografia Básica para o Cap. I" 17.

Capítulo II :

- " A Presença Estrangeira como fator de mobilização na Amazonia"..... 19.
" A Resistencia do Povo Maranhense" 27.
" Os Franceses no Maranhão e Na Amazonia"..... 29.
" Bibliografia Básica para o Cap. II 36.

Capítulo/ III :

- " A Colonização como processo de ocupação efetiva da Amazonia no Período Colonial" 37.
1 - Evolução do pensamento colonizador português nas terras da Amazonia..... 37.
2 - As teses defendidas por Ernesto Horácio CRUZ 40.
3 - A Colonização Oficial da Amazonia Colonial 44.
4 - O Crescimento da Colonia Amazonica e a Origem de seus Problemas Sociais..... 50.
5 - Os Canaviais e Engenhos do século XVII no Grão-Pará 54.
6 - As Primeiras Estradas da Amazonia 63.

Índice Geral

pág.

7 - Os Incentivos à Lavoura e à Colonização Dirigida na Amazonia. (O desenvolvimento da Amazonia no séc. XVIII)..	67.
8 - O Protecionismo Estatal na Amazonia	70.
9 - A Acomodação Portuguesa ao viver amazonico: um modelo de integração bem sucedida.....	79.
10- A Introdução da mão-de-obra africana na Amazonia	84.
"Bibliografia Fundamental para o Cap. III	88.

Capítulo IV :

" As Medidas Políticas Tomadas pelo Marquês de Pombal e pela Companhia de Comércio para Desenvolver a Amazonia no seu conjunto"	91.
1 - Gusmão e Pombal	91.
2 - Um Programa de Colonização	92.
3 - Escopo de uma Direção de escol na Amazonia ...	96.
4 - Cinco Instrumentos de Colonização Aplicados à Amazonia Colonial	104.
5 - Revisão Crítica de Alguns Conceitos Emitidos por Arthur Reis a Propósito dos " Ciclos Economicos da Amazonia"	107.
" Bibliografia Básica para o Cap. IV"	114.

(... / ...)

Índice Geral

pág.

Capítulo V :

" O Desdobramento do Povoamento na Amazonia de Hoje pela Expansão Capitalista do Centro - Sul" 115.

1 - Dinâmica do Povoamento na Amazonia 115.

2 - O Processo Colonizador Atual 116.

3 - População Tradicional e População Recente na Amazonia Brasileira 118.

4 - O Crescimento Demográfico do Norte..... 120.

5 - Conflitos Sociais na Amazonia :.....
(Em decorrência de encontro de novas frentes povoadoras com a população tradicional) 122.

6 - Significação dos Conflitos Sociais na Amazonia 125.

7 - Principais focos dos conflitos de terra.. 126.

8 - Destino da População Tradicional da Amazonia 132.

9 - Esvaziamento demográfico do Interior da Amazonia e crescimento de algumas cidades 133.

10 - Manaus como Zona Franca na Amazonia 135.

11 - Imigração Estrangeira e Sua Contribuição na Formação de Lideranças Regionais 140.

12 - Bibliografia Básica para o Cap. V..... 143.

13 - O Distrito Industrial de Manaus e o Problema da Mão-de-Obra 145.

ocidentel.

Capítulo I.

A Consciencia de Amazonia nos séculos XVI e XVII

Por João Renôr Ferreira de Carvalho.

Os primeiros contatos dos portugueses no Norte do Brasil, no século XVI, não se fizeram com a Amazonia entendida como o grande espaço físico banhado pela rede hidrográfica do rio Amazonas.

Os primeiros aventureiros europeus que visitaram a região estiveram só no rio Amazonas, navegaram-no, mas não tiveram a preocupação de conhecer o interior da região. A presença efetiva do europeu na vasta área amazonica só se fará a partir do século XVII, motivada por interesses economicos impulsionadores da penetração da área, em busca das "drogas do sertão" e do índio para servir de mão de obra a uma lavoura incipiente.

Nos séculos XVI e XVII, o rio Amazonas foi o único catalizador de todas as atenções dos aventureiros e mesmo assim as notícias que tinham desse colosso caudal no século XVI eram quase mitológicas e muito fragmentárias. Eram notícias esparsas e confusas acerca do rio das Amazonas e foram alvo dos mais variados comentários. Gabriel Soares de Souza(1) escrevendo em 1587 acerca desse rio diz o seguinte:

"Como não há cousa que se encubra aos homens que querem commeter grandes emprezas, não pôde estar encoberto este rio do mar doce ou das Amazonas. O capitão Francisco de Orelhana que, andando na conquista do Perú em companhia do governador Francisco Pissarro, e indo por seu mandado com certa gente de cavallo descobrindo a terra, entrou por ella dentro tanto espaço que se achou perto do nascimento deste rio.

S

(1) SOUZA, Gabriel Soares de - "Tratado Descriptivo do Brasil em 1587" In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo XIV (1ª da terceira série) Rio de Janeiro, 1851 pp 18/19. Edição organizada e comentada por Francisco Adolfo de Varnhagen.

E vendo-o tão caudaloso , fez junto d'elle embarcações, segundo o costume d'aquellas partes, em as quais se embarcou com a gente que trazia e se veio por este rio abaixo em o qual se houveram de perder por levar grande fúria e correnteza, e com muito trabalho tornou a tomar porto em povoado; na qual jornada teve muitos encontros de guerra com o gentio e com um grande exército de mulheres que com elle pelejaram com arcos e flechas, donde o rio tomou o nome das Amazonas" (SOUZA, ~~185~~ Gabriel Soares de - 1851, pp 18/19).

Gabriel Soares é um dos primeiros cronistas do século XVI a nos fornecer notícias detalhadas da aventura de um europeu percorrendo o Amazonas. (2)

Podemos considerar, portanto, o século XVI como a era do nascimento do Amazonas que foi revelado concretamente aos olhos e ouvidos para leitura dos europeus.

Os testemunhos dos primeiros cronistas podem ser tomados como certidões de nascimento do rio Amazonas abrindo as primeiras páginas de uma história da Amazonia.

O empreendimento pioneiro de Orellana, descendo o rio em 1540 serviu de motivação aos espíritos curiosos e aventureiros que continuaram a indagação das possibilidades de aventuras semelhantes ou ainda mais arrojadas. Pedro de Úrsua fora posteriormente enviado ao rio Amazonas, em viagem de reconhecimento (1560), a fim de encontrar as lendárias riquezas, cujas notícias despertavam a cobiça no Vice-Reinado do Perú. Sua viagem foi ~~mas~~ continuada por outro aventureiro, Lopo de Aguirre, que, proclamando-se chefe da expedição, eliminou Ursua e prosseguiu a viagem até a embocadura do Amazonas, passando dali à Venezuela.

João Lúcio de Azevedo reforça a tese de que até o ano de 1540, data da viagem de Orellana, todas as notícias sobre o Amazonas revestiam-se de histórias fantásticas e somente após esta data teve-se de fato conhecimento da grandeza desse rio pelos testemunhas oculares da primeira viagem:

"Até 1540 - diz João Lúcio - à passagem de Orellana, nenhum outro europeu, de que se haja notícia cruzou as águas do gigante

(2) O relato de Fr. Gaspar do Carvajal, que acompanhava Orellana nesta aventura é minucioso. Foi graças à descrição de Carvajal que os europeus tiveram conhecimento por escrito das peripécias da aventura da primeira viagem que se fez pelo rio Amazonas.

Consulte-se "Descobrimientos do Rio Amazonas" por Gaspar de Carvajal, Alonso de Rojas e Cristóbal de Aumbr. Traduzidos e Anotados por G. de Melo Leitão. Companhia Editora Nacional, 1941 Coleção Brasiliana - volume 203.

estuário. Então todas as lendas vagueantes nos espíritos adquirem foros de real." (3)

A passagem de Orellana demonstrou a viabilidade de navegação do Amazonas. Após sua viagem apareceram na Europa muitas propostas e planos para realizar a exploração e o reconhecimento do grande rio que continuava sendo o mito das riquezas fáceis. Mesmo antes da passagem de Orellana tinha-se conhecimento por notícia dos nativos da existencia de um grande rio pelo qual se chegaria dos Andes ao mar.

Os propósitos colonizadores de Aires da Cunha (1535) que naufragara no Maranhão ; as propostas de Diogo Nunes de Quesada a D. João III (1538) são exemplos de que se tinha notícia na Europa dessas paragens fabulosas que já despertavam cobiças aos espíritos mais ousados, mesmo antes da viagem de Orellana.

Diogo Nunes de Quesada chegou a formular por escrito um pedido a D. João III no sentido de que aquele monarca lhe concedesse privilégios para explorar e colonizar terras do Amazonas.

"Diogo Nunes de Quesada, espanhol, e o português João de Sande, faziam propostas a D. João III para a colonização das terras banhadas pelo grande rio"... Expunha ao monarca as singulares conveniências do Comertimento" (Azevedo, 1930 p. 17) (4)

A proposta de Diogo Nunes ao monarca português tinha idéias muito precisas sobre a colonização, empreendimento a que se propunha com João de Sande com o fim de desenvolver a navegação pelo rio, povoar vilas e, com isto, facilitar a comunicação do Peru com o Atlantico passando pelo Amazonas, caminho natural que prodigamente a natureza fabricou. Dizia Diogo Nunes de Quesada em sua carta ao monarca português:

"Esta terra está sobre o rio da Prata e o Brasil pela terra adentro, e por esta terra vem o grande rio das Amazonas. E na margem desta terra tem este rio muitas ilhas no Rio. E bem povoadas da mesma gente bem luzida.

(3) AZEVEDO, João Lúcio de - "Os Jesuítas no Grão Pará. Suas Missões e a Colonização." Segunda edição revista. Coimbra. Imprensa da Universidade, 1930. p. 13. Muito ilustrativo dos primeiros tempos da Amazonia é todo o capítulo I dessa obra que leva o título de "O Descobrimento".

E da outra banda do rio há muita povoação da mesma gente de maneira que de uma banda e da outra está bem povoada. - (...) por este Rio se há de prover esta terra, porque podem ir navios por ele até onde se poderá povoar uma vila, que seja porto e escala de toda esta terra, porque sobe a maré 200 léguas rio acima; e deste ponto onde se povoar a primeira vila subirão bergantins mais de 300 léguas, porque o rio chão e muito bom. Haverá 300 léguas desta província até o mar e sai este rio à costa do Brasil". (5)

Diogo Nunes de Quesada estivera muitos anos no Perú e trouxera de lá para a Europa grandes cabedais. Associou-se depois ao capitão português João de Sande e juntos chegaram a ordenar quatro navios com ajuda do governo (Carta de Sevilha de 3 de outubro de 1544). Pelos apontamentos que nos deixou Diogo Nunes (Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras. T. 2 , 365 - 369) vê-se que ele tinha bastante conhecimento do Alto Amazonas e da terra do Machifaro, de que também deram notícias Orellana e Úrsua. (Cf. Revista de História, Ano I, n. 1. (1950) pág. 96. Comentário do Prof. Carlos Drumond, da USP).

Esse relato de Diogo Nunes no segundo quartel do século XVI demonstra que o rio das Amazonas começava a ser objeto de especulação. No entanto, é o século XVII que nos abre as portas para o conhecimento e exploração do grande rio, começando com as viagens esporádicas de corsários estrangeiros e culminando com o esforço

(4) A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo Segundo - segunda edição (1858) pp. 365/369 reproduz a carta de Diogo Nunes dirigida a D. João III. " Carta de Diogo Nunes escripta a D. João III acerca dos sertões aonde se podia chegar atravessando a terra de S. Vicente (Província de São Paulo) Copiada do R. Arquivo em Lisboa - Corpo Chron. Parte 3a. Maço 14. Dec. 12 primeiro.

(5) Cf. RINGB - Rio (1858) Tomo 2 Segundo - segunda edição. pp 366/367. Carta de Diogo Nunes. Este documento encontra-se em apendice no fim deste trabalho.

No número 1 da Revista de História da USP (Jan/março, 1950) pág. 95 "Documentário", a carta de Diogo Nunes é comentada pelo Prof. Carlos Drumond da USP, para justificar a migração dos Tupis-Guaranis do Brasil para o Perú.

efetivo dos portugueses após a viagem de Pedro Teixeira em 1639.

Depois de ter descido o Amazonas, Orellana preparou-se na Espanha para nova expedição que só pode realizar em 1545, sendo mal afortunado. Conseguiu de El-Rei de Espanha o título de governador e capitão general e o de "adelantado" das terras do Amazonas a que se propunha colonizar chamando-a de Nova Andaluza. Gozava de franquias de todos os lucros pelo espaço de dez anos. (Cf. Revista de História n. 1 - 1950. p.96).

Para Portugal foi lastimável o longo período que se seguiu depois das primeiras tentativas de colonização do Norte. Aires da Cunha e Luiz de Mello da Silva respectivamente em 1535 e 1539 fracassaram no Maranhão. Diogo Nunes não conseguiu realizar seu plano proposto a D. João III em 1538. Orellana também fracassou na sua segunda viagem (1545) em busca da embocadura do Amazonas.

Essas tentativas malogradas de colonização do extremo Norte desanimaram a todos os que podiam colonizar a região amazonica que ficou completamente abandonada. A agravante da passagem do Reino para o governo espanhol foi outro fator que contribuiu para que o Norte se ficasse ainda esquecido por muito tempo. Durante todo o século XVI, as autoridades reinóis, quer portuguesas ou espanholas deixaram a região amazonica em completo esquecimento. Isto deu ocasião a que os piratas franceses visitassem frequentemente o litoral maranhense e paraense passando do Pará para dentro até 250 léguas conforme declarações de Daniel de la Touche, quando foi preso pelos portugueses no Maranhão. O comandante francês La Ravardière (Daniel de la Touche) depois de ter assinado a capitulação na batalha de Guaxenduba no Maranhão depondo frente ao comandante português Diogo de Campos Moreno declarava:

"Vos hei de dar o desenho que fiz de tudo isto até o Pará, em que me aventurei e trabalhei muito." (6)

O mesmo Daniel de la Touche em seus depoimentos ao General português afirmara que certa vez tinha mandado buscar uma nação tapuia 250 léguas para o interior do rio Pará.

(6) AZEVEDO, João Lúcio de - "Estudos de História Paraense".
Pará, 1893. Typografia Taveres Cardoso Cia. pág.238.

Os franceses mantiveram numerosos contatos com a população nativa da Amazonia muito antes dos portugueses. Percorreram toda a costa do Norte e adentraram-se no curso do próprio rio Amazonas.

(Azevedo, 1893 p.229)

Frei Francisco dos Prazeres desenvolve o argumento que só no século XVII os portugueses puderam retomar a iniciativa de colonização da Amazonia. Esse retardamento dos lusos em chegar à Amazonia é consequência de fatores externos como assinala Fr. Francisco dos Prazeres:

"As guerras d'África e a dolorosa passagem da coroa portuguesa ao domínio estrangeiro ocupavam os animos dos portugueses por largos anos; e deram ocasião aos franceses que se estabeleceram em terras do Maranhão".(7)

Há que se reconhecer que o pioneirismo de colonização no Norte do Brasil como uma empresa organizada cabe aos franceses numa primeira etapa, porque as duas tentativas portuguesas do século XVI, a de Aires da Cunha (1535) e a de Luiz de Mello da Silva (1539) foram fracassadas completamente. Podemos provar e o demonstraremos mais adiante que somente no século seguinte foi que Portugal tomou consciência do perigo que representava para seus domínios a presença constante de franceses, ingleses e holandeses.

João Lúcio de Azevedo com muita profundiade de argumento enfatiza esta realidade:

"Depois da infeliz tentativa de Luiz de Mello da Silva, que pelos companheiros de Orellana, na sua última viagem, tivera notícia do rio das Amazonas, nunca mais os portugueses dirigiram seus esforços para este lado, e quando mais tarde voltaram, ciosos de seu domínio, já os holandeses, os ingleses e os franceses os haviam precedido".(8)

A presença lusitana só vai se efetivar na Amazonia no século XVII, época de algumas epopéias famosas de viagens e de lutas nas águas do rio mar.

(7) Fr. Francisco dos Prazeres Maranhão -"Poranduba Maranhense".
Capítulo I, n. 4.

(8) AZEVEDO, 1893 p.229.

Em 1626, Simão Estácio da Silveira escrevia a El-Rei de Espanha pedindo-lhe mercês especiais e ajuda para fazer uma viagem saindo do Perú para a Espanha, descendo pelo rio Amazonas. Em sua petição refere-se às facilidades de navegação por esse rio e fala de um empreendimento de Bento Maciel Parente que havia prendido muitos holandeses em águas amazonicas:

"São muito povoados de gentios, que são de maior importância que as próprias minas do Potosi, que com muito afeto desejam e pedem nossa Santa Fé. E sendo o principal intento conduzi-los a ela, pois é o principal título com que estas terras se possuem, será nosso Senhor servido dar por este caminho (O Rio Amazonas) grandíssimas riquezas à Espanha: porque entre esta gentilidade há mais prata, ouro, pérolas/ e pedras preciosas que não se há descoberto até agora neste nove mundo, de que por justos respeitos tratei confusamente na dita relação: fazem-na porém muito grande os holandeses que ali prendeu o Capitão Mor Benito Maciel Pariete (Bento Maciel Parente), o qual por suas informações, e como os motivos de que eu escrevi, foi em seguimento delas." (9)

O texto de Simão Estácio da Silveira nos possibilita tecer alguns comentários. No século XVI, até a descida de Orellana, o rio Amazonas constituía-se num mito desconhecido. O El-Dorado sonhado por muitos aventureiros cheios de fantasia.

No século XVII, o Amazonas polariza de fato as atenções das autoridades européias por causa da possibilidade de sua utilização como meio de comunicação entre o Perú e o Atlantico. Esta razão é acrescida de uma segunda ainda mais importante e mais imediata: a presença de estrangeiros em suas águas, fato que é ~~ix~~ claramente denunciado repetidas vezes por funcionários portugueses e espanhóis que viveram ou estiveram no Maranhão e no Grão-Pará.

O Regimento de Bento Maciel Parente, Governador e Capitão do descobrimento e conquista do rio Amazonas faz alusão à presença frequente de holandeses em 1621 como "inimigos" declarados dos portugueses.

(9) Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo 83 (1918) pág. 96: "Petição de Simão Estácio da Silveira". MS do Museu Britânico de Londres com introdução de Rodolfo Garcia. Encontra-se este documento na íntegra no fim deste trabalho.

Diz o Regimento de Bento Maciel Parente:

"Bento Maciel Parente, do Conselho de Sua Magestade e Capitão - Geral deste Estado do Maranhão e Grão Pará e perpétuo da Capitania do Cabo do Norte etc.. faço saber aos que esta previsão virem e conhecimento dela com direito pertencer que no tempo que fui Capitão-Mor da Capitania do Pará que foi do ano de seiscentos e vinte e um (1621) por diante e nos faltaram os socorros ~~naqueles~~ ~~prezídios~~ ~~que~~ ~~do~~ ~~Brasil~~ ~~costumavam~~ ~~para~~ ~~pagamento~~ ~~daquele~~ ~~prezídio~~ ~~os~~ ~~quais~~ ~~não~~ ~~vieram~~ ~~depois~~ ~~da~~ ~~Bahia~~ ~~de~~ ~~Todos~~ ~~os~~ ~~Santos~~ ~~tomada~~ ~~a~~ ~~esta~~ ~~parte~~ e tivemos (Curupá) o inimigo holandês vizinho, situado no Corupá termos do Cabo do Norte nos braços do rio Amazonas (Amazonas) por nome os tucauis e os índios que entre nós e eles habitavam estarem mais alinhados aos holandeses que a nós por nos faltarem os resgates" (10)

As notícias da presença de holandeses no Grão Pará no início do século XVII são frequentes.

Para João Lúcio de Azevedo esta presença era constante desde o ano de 1600, quando "os ambiciosos mercadores de Flessinga cuidavam de estabelecer plantações, nas margens do grande rio, e as expedições saídas desse porto (Flessinga) levantaram os fortes de Orange e de Nasseau, que só em 1625 foram acometidos pelos portugueses". (Cf. Azevedo, João Lúcio de - "Estudos de História Paraense" - 1893, pág. 229).

Em 1615, o Conselho das Índias em Madrid obteve cópia de um mapa holandês no qual se mostrava a região amazonica das "portas do rio das Amazonas, e da costa até a ilha Margarida". "Este mapa continha explicações e avisos secretos" (Azevedo, 1893, p.229)

(10) Cf. MS da Biblioteca Nacional de Lisboa. Códice 7.627 à fl. 132 - "Regimento do Capitão e Governador do Descobrimento do Rio Amazonas, Bento Maciel Parente e poderes e data de índios e meu voto".

Consta na íntegra em apêndice no fim deste trabalho.

Observação: REVER EM LISBOA a Secção dos Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa e extrair cópia integral do regimento de Bento Maciel Parente.

O referido mapa holandês adquirido pelo Conselho das Indias em Madrid (1615) chegara às mãos do ministro duque de Lerma, mas já muito antes desta data Sir Raleigh, descrevendo o interior da Guiana, dizia que "os franceses diligenciavam, havia muito tempo, fazer o ~~seu~~ descobrimento d'estas terras, realizando frequentes viagens, à cata do ouro, mas não davam com o verdadeiro caminho o qual iam procurar no rio das Amazonas". (Azevedo, p.231). A viagem de Raleigh à Guiana teve ~~lugar~~ lugar em 1595, portanto, cinco anos antes dos holandeses.

Pedro Coelho de Souza, residente na Paraíba combateu corsários franceses no litoral cearense encontrou vários franceses pelejando entre os índios. "Sem dúvida - declara João Lúcio - estes franceses percorriam toda a costa até muito perto, e talvez mesmo dentro do curso do Amazonas". (Azevedo, 1893 p.231).

Um memorial de Luís Aranha de Vasconcelos dirigido ao Conselho da Fazenda de Sua Magestade em 1625 (10 de julho) denuncia novamente a presença holandesa no Amazonas. Eis um texto desse memorial:

"Diz Luis Aranha de Vasconcelos que considerando Sua Magestade quanto convém a seu serviço que se acabem de lançar fora os estrangeiros que no rio das Amazonas ali estão antes que tenham tempo de se ajuntarem mais e de reduzirem ali todo o gentio e se fortificarem de sorte que para depois os desapossar seja necessário muito cabedal. Demais dos notáveis roubos que de terem aquela escala resulta fazerem na costa de Guiné, brasil e Indias e dos grandes proveitos que da terra tiram, o tem V.Magestade mandado passar segundo Vós aquelas partes e que depois de conquistar os inimigos faça uma fortaleza na costa do Norte para guarda e custódia daquela terra que nesta facção tem sua Magestade mandando ordenar por carta que está em poder do Governador Cristóvão Soares que cansada a Bahia se tire da armada que nela está a gente de mar e guerra e fábrica necessária a jornada E para se fazer a dita força evitando deste modo muito trabalho e muita despeza. Sobre o que há muitos dias que no Conselho da Fazenda estão uns papéis, sem se tomar regulação sendo matéria tão substancial E indo tanto na brevidade.

(.../...)

a partir de 1613 começa a mobilização dos portugueses para lançar fora os estrangeiros que desde o século anterior conviviam pacificamente com a população indígena do Norte do Brasil e navegavam as águas do rio Amazonas.

Somente depois de saberem por numerosas notícias que franceses e holandeses cada dia aumentavam seu poderio nas costas do Maranhão e do Pará e se apoiavam nas bases humanas nativas, os portugueses tomaram consciencia do perigo que representava a presença estrangeira naquelas partes e o prejuízo que acarretaria à Coroa a permanencia dessas nações no extremo Norte.

O primeiro grito de alerta contra esse perigo foi dado em 1613 pela notícia fornecida por Martim Soares Moreno que das Índias escrevia ao Conselho Ultramarino:

"... havia visto o Maranhão e suas terras e a grandeza e a bondade dellas e que achou que tinha muitos francezes e fortalezas e índios à sua devoção".

(Cf. AZEVEDO, 1893, p.235).

Depois desta advertencia de Soares Moreno, foi mobilizado Jerônimo de Albuquerque partindo do Rio Grande do Norte. Posteriormente foi mobilizado Alexandre de Moura saindo de Lisboa via Bahia e via Pernambuco que se juntou com Jerônimo de Albuquerque para conjuntamente desalojarem os franceses do Maranhão em novembro de 1615. (BERREDO n. 396).

(12) No A.H.U. de Lisboa. Caixas do Pará encontram-se, entre outros, os seguintes documentos que ilustram bem os acontecimentos que estamos tratando:

Pará - 1616. "Consta sobre uma petição de Manoel de Souza d'Eça que vai para o rio das Amazonas como Provedor Mór da Fazenda. (Lisboa, 16 de dezembro de 1616).

Pará - 1616 - "Consulta do Conselho da Fazenda sobre o Capitão Antonio Barroso que vai fazer a conquista do rio das Amazonas e pede mercê por seus serviços. Lisboa 30 de dezembro de 1616.

Pará - 1618 - "Requerimento de Manoel Calado de Lima acompanhado de certidão de bons serviços prestados ao Pará e Rio Amazonas, uma é passada por Manoel de Souza d'Eça. Lisboa, 6 de abril de 1618.

Antes de 1615, os portugueses estiveram totalmente afastados das paragens do Amazonas, Maranhão e Grão Pará. Só depois da jornada de Caldeira Castelo Branco a administração lusitana preocupou-se com a ocupação efetiva da Amazonia. Tiveram no Maranhão valiosas informações fornecidas pelo experiente comandante francês Daniel de la Touche, que foi sem dúvida o primeiro europeu que deixou sua história vinculada ao descobrimento e exploração efetiva das terras amazonicas no início do século XVI. (AZEVEDO, 1893, p. 240).

A documentação existente denunciando a presença de estrangeiros nas águas do rio Amazonas é vasta. São depoimentos da época e nos permitem esclarecer qual a causa fundamental da preocupação pelo rio das Amazonas. Os documentos de que estamos nos servindo revelam que se passa de um conhecimento superficial e vago no século XVI a um maior conhecimento do Amazonas, no século XVII. Orellana o descera em 1540. Lopo de Aguirre fizera-o igualmente em 1560. A partir de 1600 mercadores flamengos financiavam excursões para que navegadores flamengos explorassem o vale amazonico e estabelecessem plantações às margens do rio. Em 1615, os holandeses já haviam mapeado toda a costa do Norte "das portas do rio das Amazonas, e da costa até a ilha Margarida" (Cf. ~~sz~~ Azevedo, 1893 pp. 229 / 231).

Informações muito precisas do caminho natural ligando o Perú ao Atlantico já eram comuns na Europa antes de 1650, a ponto de suscitar propostas concretas de estabelecimento de povoações e de vários portos ao longo do trajeto entre o Perú e o Atlantico pelo rio das Amazonas. Fizeram essas propostas Diogo Nunes em 1538 e Estácio da Silveira (Simão) em 1626 que chegaram ambos a propor a substituição do tráfego entre Peru e Espanha, a fim de aproveitar o rio Amazonas como via intermediária entre América Espanhola e a Metrópole.

Holandeses haviam-se estabelecido com um comércio de escambo com os índios habitantes da margem esquerda chegando até o Curupá, conforme as denúncias do Capitão Bento Maciel Parente e de Simão Estácio da Silveira. Todos esses acontecimentos sucessivos fizeram crescer o interesse pelo rio Amazonas e todos buscavam desvendar os segredos que tão vasta região encobria. Não resta a menor dúvida de que a presença estrangeira (13) fora o fator preponderante que obrigou os portugueses a intensificarem suas viagens pelo Amazonas.

(13) Veja-se o Cap. II que trata da presença estrangeira como fator de mobilização na Amazonia.

Na medida em que ~~surge~~ surgiam estrangeiros nas águas do litoral norte e do rio das Amazonas, intensificaram-se as viagens e as entradas dos portugueses na região. Cresceu também o desejo de conhecer melhor o rio e tirar dele as vantagens estratégicas desse conhecimento.

As propostas que foram feitas para estabelecer vilas e povoa-las com gente portuguesa das Ilhas (14) inscrevem-se no âmbito da preocupação com a defesa do território. São, portanto, razões de guerra que motivaram os empreendimentos de mais navegar e de melhor conhecer o rio e a região. Não se tinha na época a consciência de uma área com potencial económico, mas se adquiriu no século XVII a consciência de que o Rio Amazonas era um meio de comunicação e um instrumento de penetração e de defesa contra os invasores estrangeiros.

Dentro desse contexto de ~~uma~~ ameaça externa dos invasores holandeses e franceses, ora subindo o litoral norte, ora descendo e penetrando pela calha central do Amazonas, deve ser encarada a preocupação oficial do governo português com a Amazonia dos séculos XVI e XVII.

São razões de segurança ou razões de guerra que motivam os empreendimentos de defesa e de reconhecimento, inicialmente na calha do rio e, posteriormente, na área como um todo. Até o ano de 1637, data da memorável viagem de Iquitos executada sob o comando de Pedro Teixeira, que foi de Belém ao Perú em quase dois anos, os portugueses ainda não eram os senhores do Rio Amazonas. As recomendações expressas no Regimento de Bento Maciel Parente, Capitão Mór do Grão-Pará (1626) diziam expressamente:

"Não deixar memória de qualquer nação estrangeira invasora".

Esta determinação caracteriza muito claramente a orientação do Governo de Lisboa sobre a política de ocupação. O referido Regimento de Parente contém as normas usuais para que se estabelecesse a colonização e o povoamento. As ordens de Lisboa eram para que se aldeassem os índios e com eles, como aliados, se dessem combate aos estrangeiros. (Razões de guerra e defesa).

(14) Veja-se MS do A.H.U. - 1618. Pará. Caixa do Pará - 26 de maio de 1618: "Consta do Conselho da Fazenda sobre Jorge de Lemos de Betencourt levar os 200 casais de açorianos ao Pará. Lisboa, 26 de Maio de 1618.

A primeira efetivação do povoamento só se verificou depois de choques com os holandeses vindos dos lados no Norte (Surinam), O fator da ameaça externa, portanto, é a grande força motriz de ações organizadas no sentido de povoar a Amazonia brasileira.

Jorge de Lemos de Betencourt trouxe dos Açores para o Pará 200 casais para povoar as terras (1618). No mesmo ano, o Capitão Simão Estácio da Silveira dirigiu-se ao Maranhão com cerca de trezentos colonos vindos também dos Açores. No dizer desse pioneiro - "O Maranhão era a melhor terra do mundo onde encontrarão todos o remédio de seus males" - Dizendo isto, Jorge Betencourt, referia-se aos trezentos colonos que conduzia ao Maranhão, dando-lhes a esperança de que todos seriam bem sucedidos. (15)

O interesse pela colonização do Norte reascendeu-se sobretudo após a expulsão dos franceses e para isto muito contribuíram as propagandas que foram feitas em Portugal a respeito das maravilhas dessas novas conquistas do Norte. Em 1624 apareceu impressa em Lisboa a "Relação Sumária das Couzas do Maranhão", escrita pelo Capitão Simão Estácio da Silveira que se dirigia aos "pobres deste Reino de Portugal" (16). Simão Estácio da Silveira falando das comodidades do Maranhão assim se dirigia aos portugueses através de sua "Relação Sumária":

"Com tudo vai o Maranhão cada dia em crescimento e a terra mostrando sua fertilidade e fecundia: e são fei-

(15) AZEVEDO, João Lúcio de - "Os Jesuítas no Grão Pará. Suas Missões e A Colonização". Coimbra, 1930. Segunda Edição Revista,. Imprensa da Universidade, p. 158.

Veja-se também sobre o assunto a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - Tomo 83 pág. 91: "Petição de Simão Estácio da Silveira".

(16) Almeida, Candido Mendes de - Memórias para a História do Extinto Estado do Maranhão" colligidas e anotadas por Candido Mendes de Almeida (1860). Nesta obra, foi transcrita integralmente o texto de Simão Estácio da Silveira: "Relação Sumária das Couzas do Maranhão" Escripta pelo Capitão Simão Estácio da Silveira redigida aos pobres deste reino de Portugal", Em Lisboa, anno de 1624."

tas muitas roçarias e outras culturas, e há já muitas casas de telha, muitas boas olarias, muitas roças, pescarias, mariscos, frutas, mel, hortas, sal e lenha, e algumas criações e outras muitas ~~essas~~ cousas, como adiante diremos, com que vivem contentes em grandíssima abundancia e, cada dia se vai ennobrecendo a terra e com Igrejas e outros edifícios particulares, e a Camara do Maranhão tem perto de cem mil réis de renda de foros de sua légoa de terra que se lhe tomou ao longo da cidade, só falta commercio de navios, em que os homens se valham do que tiverem, e hajam a troco o que lhes falta, que como houver um navio na terra, logo começará a florescer e mostrar as grandezas de sua fertilidade".

(Cf. Simão Estácio da Silveira, 1624 - "Relação Sumária das Cousas do Maranhão" Cap. XV.) (17)

Não podemos dizer que as propostas de Diogo Nunes de Quesada(1538); os empreendimentos de Simão Estácio da Silveira no Maranhão (1618); a chegada dos 200 casais açorianos vindos com Jorge de Lemos de Betencourt para o Pará (1618) sejam medidas que já concretizem o povoamento europeu na Amazonia. São, no entanto, atos precursores desse grande empreendimento que só se efetivou definitivamente no século XVII com o trabalho da catequese missionária das várias ordens religiosas e no século XVIII com a magnífica obra colonizadora iluminada pelo Marquês de Pombal e executada pela Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão. (18)

O povoamento da Amazonia como empreendimento organizado entendido como a organização racional do espaço será a grande epopeia luso-brasileira do século XVIII, sob a liderança do Consulado Pombalino e sob a ação in loco do Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal.

(17) Texto que se encontra na íntegra, em apêndice, no fim deste trabalho.

(18) Sobre a Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão, veja-se o clássico trabalho do Prof. Dias, Manuel Nunes - "em vários números da Revista de História". Sobretudo os números :

70 p.471 - "Colonização da Amazonia (1755 - 1778) e o n. 80 p.315: "A Companhia na Colonização da Amazonia" - 5a. Parte.

A REVISTA DE HISTÓRIA DA USP publicou em vários números consecutivos toda a tese do Prof. Manuel Nunes Dias.

O amazonólogo Arthur César Ferreira Reis considera o século XVIII como uma época de grandes feitos na área amazonica e chama a essa colonização desse período de "empurramento das fronteiras". (19)

Devo ainda ressaltar nesta ordem de fatos que o impulso do interesse e da preocupação com a Amazonia no século XVII e intensificados no século XVIII pelo Consulado Pombalino tornaram-se quase nulos ao longo de quase todo o século XIX, para ressurgirem de novo no século XX (este nosso século) movidos pelas mesmas razões de defesa ou razões de guerra (20)

Com especial destaque iremos projetar nos capítulos seguintes a obra colonizadora na Amazonia no século XVIII que conheceu a febre da exploração estrativista das "drogas do sertão" e a implantação do povoamento organizado com base na cultura do solo. O século XVIII representa o período áureo da colonização da Amazonia graças ~~aos~~ a dois fatores preponderantes sobre todos os outros:

- a) A catequese e a colonização empreendidas pelas ordens religiosas com uma liderança ímpar da Companhia de Jesus;
- b) O esforço estatal intensificado no Governo de Dom José I sob a liderança do Marquês de Pombal que criou, na Amazonia, as primeiras bases agrícolas sólidas e os primeiros núcleos urbanos do interior amazonico, outorgando a antigas aleias indígenas o estatuto de vilas (cidades).

(19) REIS, Arthur César Ferreira - "Aspectos Economicos da Dominação Lusitana na Amazonia" -(SPEVEA, Rio,1960 p.24)

(20) REIS, Arthur César Ferreira - "A Amazonia e a Cobiça Internacional". Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1960.

Bibliografia Básica para o Capítulo I.

"Consciencia de Amazonia" :

1. SOUZA, Gabriel Soares de - (1587): "Tratado Descritivo do Brasil em 1587" - In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo XIV (1851) Edição organizada e comentada por F.A. de Varnhagen.
2. CARVAJAL, Fr. Gaspar. ROJAS, Alonso e ACUÑA, Cristóbal de - Descobrimientos do Rio das Amazonas. Coleção BRASILIANA. Série 2a. Volume 203. (1941).
3. AZEVEDO, João Lúcio de - "Os Jesuítas no Grão Pará. Suas Missões e a Colonização". Segunda Edição Revista. Coimbra. Imprensa da Universidade, 1930.
4. AZEVEDO, João Lúcio de - "Estudos de História Paraense". Typ. Tavares Cardoso Cia. Pará. 1893.
5. NUNES DE QUESADA, Diogo - "Carta de Diogo Nunes a D. João III acerca dos sertões onde se podia chegar atravessando a terra de São Vicente (Província de São Paulo). In - Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. TOMO SEGUNDO, Segunda Edição, Rio, 1858.
6. NUNES, Diogo : " A Carta de Diogo Nunes". - In Revista de História (USP). Ano I. n. 1. (janeiro / março, 1950 p. 95). Comentários do Prof. Carlos Drummond da USP.
7. REIS, Arthur César Ferreira - "Aspectos Economicos da Dominação Lusitana na Amazonia". SPVEA, Rio, 1960.
8. REIS, Arthur César Ferreira - "A Amazonia e a Cobiça Internacional". Companhia Editora Nacional. São Paulo. 1960.
9. REIS, Arthur César Ferreira - "A Expansão Portuguesa na Amazonia nos séculos XVII e XVIII". Coleção Pedro Teixeira. SPVEA. Rio, 1959.
10. DOS PRAZERES MARANHÃO, Fr. Francisco dos Prazeres - (1820 ?) Poranduba Maranhense ou Relação Histórica da Província do Maranhão - de Fr. Francisco de N. S. dos Prazeres Maranhão. In - Revista de Geografia e História - Ano I. (dezembro, 1946). São Luís , Maranhão.

11. SILVEIRA, Simão Estácio da - "Petição de Simão estácio da Silveira" In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo 83 (1918).
12. MS da Biblioteca Nacional de Lisboa. Códice n. 7.627 à fl.132: "Regimento do Capitão e Governador do Descobrimento do Rio Amazonas Bento Maciel Parente". (1621 ?).
13. Arquivo Histórico Ultramarino - Lisboa (1625): "Catálogo de Documentos de Várias Capitanias. Pará. Caixa n. 1 (doc. n.728) 1625. MS do A.H.U. Lisboa.
14. ALMEIDA, Candido Mendes de - (1860): "Memórias para a História do Extinto Estado do Maranhão", cujo território compreende as províncias do Maranhão, Piauhy, Grão-Pará e Amazonas". Typ. do Commercio de Brito E Braga. Rio, 1860. TOMOS I e II.
15. SILVEIRA, Simão Estácio da - (1624): "Relação Sumária das Cousas do Maranhão". In Almeida, Candido Mendes de - 1860. TOMO II.
16. DIAS, Manuel Nunes - " Revista de História" n.70, pág. 471: "Colonização da Amazonia (1755 - 1778).
17. DIAS, Manuel Nunes - REVISTA DE HISTÓRIA n. 80 pág. 315. "A Companhia na Colonização da Amazonia". 5a. Parte.
18. VELOSO, Aroldo (Deputado), 1968. "A Venda de Terras". Relatório da C.P.I. In Revista - A Amazonia Brasileira em Foco. CNDDA, Rio, n. 2 (1968).

Documentos que constam como apendice ao Cap. I.

- A - Carta de Diogo Nunes de Quesada a D. João III (1538).
- B - Regimento do Capitão da Conquista do Rio das Amazonas, Bento Maciel Parente. In MS da Biblioteca Nacional de Lisboa. Códice n. 7627 à fl. 132.
- C - Relação Sumária das Cousas do Maranhão escripta pelo Capitão Simão Estácio da Silveira Redigida aos pobres deste Reino no ano de 1624.
- D - Petição de Simão Estácio da Silveira (1626) In - Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. TOMO 83 p. 91.

Capítulo II.

A Presença Estrangeira como Fator de Mobilização na Amazonia.

(franceses, holandeses e ingleses ^{e espanhóis} que precederam aos portugueses no conhecimento da Amazonia).

A presença estrangeira em áreas da Amazonia é assunto que já foi tratado repetidas vezes por muitos autores destacando-se principalmente os seguintes:

- Padre Manoel Rodriguez de Acosta (El Marañon y Amazonas. História de los Descubrimientos, entradas, y reduccion de naciones, Madrid, 1684.)
- Bernardo Pereira de Berredo (Annaes Históricos do Estado do Maranhão, Lisboa 1749).
- João Lúcio de Azevedo:
 - a) Estudos de História Paraense. Pará, 1893.
 - b) Os Jesuítas no Grão Pará. Suas Missões e a Colonização. Lisboa, 1901.
 - c) O Marquês de Pombal e Sua Época. Lisboa, 1909.
- Barão de Studart (Commemorando o Tricentenário da Vinda dos Primeiros Portugueses ao Ceará - 1603/1903. Ceará, 1903).
- Fran Paxeco (O Maranhão, Subsídios Históricos e Corográficos. São Luís, 1912).
- F.J. de Santa Anna Nery (Les Pays des Amazones, El-Dorado. Les Terres de Cauchug. Paris, 1885).
- Fr. Francisco de N. Senhora dos Prazeres Maranhão (Foranduba Maranhense, 1820).
- Ernesto Cruz:
 - a) Noções de História do Pará. Belém, 1937.
 - b) Cametá - Panorama Geo-Humanos, 1944 -(In Anais do 4º Congresso Brasileiro de Geografia e Estatística. O mesmo trabalho foi transcrito nos Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará - TOMO XI, 1969.)
 - c) Temas de História do Pará. Belém, 1960.

(.../...)

- d) Colonização do Pará. Belém, 1958.
- e) História do Pará. 2 TOMOS. Belém, 1973 (Vol. 1.).
- Gen. Carlos Studart Filho (Fundamentos Geográficos e Históricos do Estado do Maranhão e Grão Pará. Rio, 1959).
- Arthur César Ferreira Reis (Vários trabalhos sobre o assunto):
- A Amazonia e a Cobiça Internacional. Rio. 1960.
 - A Amazonia que os Portugueses Revelaram ao Mundo. Rio, 1956.
 - História do Amazonas. Manaus, 1931.
 - Síntese de História do Pará. Belém, 1972.
 - Aspectos Sociais da Valorização Economica da Amazonia. Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1955.
 - Aspectos Economicos da Dominação Lusitana na Amazonia. SPVEA, Rio, 1960.
 - A Empresa Colonial Portuguesa na Revelação da Amazonia. Coimbra, 1961.
 - Aspectos da Experiencia Portuguesa na Amazonia. Manaus, 1966.
 - A Amazonia Brasileira. IBGE. Rio, 1947.
 - Limites e Demarcações na Amazonia Brasileira. Imprensa Nacional, Rio, 1947.
 - A Amazonia e a Integridade do Brasil. Manaus, s/d.

Os autores citados e seus respectivos trabalhos bastam-nos para justificar o quanto o problema de estrangeiros na área amazônica tem sido alvo de interpretações por parte dos historiadores. Sabemos hoje, através de fontes irrefutáveis, que muito antes da jornada do Maranhão (1615) e da jornada do Grão Pará (1616) todo o litoral norte do Ceará ao Amazonas era visitado constantemente por nações estrangeiras. Franceses e holandeses foram sem dúvida os mais assíduos visitantes da costa atlântica do Nordeste e do Norte do Brasil. "Consoante João de Laet - declara Studart Filho - corsários dos Baíses Baixos se apresentaram no Amazonas em data anterior a 1598 e é natural que, antes de atingir o estuário deltaico do grande caudal bordejassem ao longo das praias do meio-norte e com elas tomassem assento." (Studart Filho, 1959 p. 73).

(.../...)

Os franceses mantiveram um constante tráfico com os silvícolas do Maranhão logo depois das primeiras expedições dos donatários João de Barros e Aires da Cunha (1535). Os filhos de João de Barros que vieram acompanhando Aires da Cunha endereçaram uma petição ao Rei de Portugal pedindo auxílio e reforço militar por se considerarem ameaçados nos seus direitos de posse sobre as terras do Maranhão, porque ali havia frequentes incursões daquela nação estrangeira:

"Solicitando auxílio para colonizar a donataria que coubera a seu Genitor (João de Barros) comentavam eles alarmados, ... é necessário mandar povoar esta vasta capitania antes que os franceses a povoem, os quais todos os anos vão a ela a carregar brasil (pau brasil) por ser o melhor pau de toda a costa. E fazem já casa de pedra." (Studart Filho, 1959 pp. 74/75).

No ano de 1611 Diogo de Campos Moreno ao escrever a Relação do Ceará declara ter chegado ali (Ceará) " com 6 homens em minha companhia ... ali no dito ano degolei mais de 200 flamengos e franceses e lhe tomei três embarcações" (Studart Filho, p.73)

Depois da jornada do Pará (1616) Francisco de Caldeira Castelo Branco enviou ao Reino minucioso relato de todo o sucedido. Entrou em contato com recém-instalado governo do Maranhão mandando-lhe participar da nova posse de terra, o Pará e forneceu notícia sobre a situação geral da trepa e da conquista contra os estrangeiros. Eram patentes nessas comunicações que enviavam à Metrópole as propostas e pedidos de novos reforços, víveres, soldados e imigrantes para garantir o prosseguimento da empresa de expansão de áreas e de povoamento. Nestas iniciativas está a prova de que o perigo das invasões estrangeiras estava longe de ser afastado. Outro sinal de que os portugueses se preparavam para novos combates com estrangeiros foi a forma como se distribuíram as responsabilidades administrativas depois da experiência do Maranhão. O Comandante em chefe Alexandre de Moura em pessoa presidiu a organização dos trabalhos visando administrar o espaço conquistado aos franceses na batalha de Guaxenduba. (Maranhão).

- Enviou Francisco Caldeira Castelo Branco ao Pará (1616).
- Providenciou rapidamente todo o esquema estratégico para conservação do novo espaço conquistado tomando para isto as seguintes medidas:

(... / ...)

- a - Nomeou Jerônimo de Albuquerque como Capitão - Mór do Maranhão.
- b - Encarregou a Ambrósio Soares com 100 soldados da Fortaleza de São Luís.
- c - Encarregou o Forte de São Francisco a Alvaro da Camara com 50 soldados.
- d - Entregou o Forte de Itapari a Antonio d'Albuquerque com 50 soldados.
- e - Nomeou Baltazar Pestana como Sargento - Mór.
- f - Nomeou Martin Soares Moreno a Capitão de Cunã com 25 soldados.
- g - Nomeou Bento Maciel Parente a Capitão das Entradas.
- h - Nomeou Salvador de Mello Capitão - Mor.
- i - Nomeou Luiz de Madureira como Ouvidor e Auditor - Mór.

Depois de ter estruturado todos esses comandos na nova terra recém - conquistada aos franceses mostrou Alexandre de Moura que o exercício fiel dessas tarefas era indispensável à segurança da área. Despachou em seguida o Capitão Jorge Fragoso para Portugal a fim de dar de viva voz a notícias da vitória do Maranhão e ... " se fez à vela para Pernambuco a 9 de janeiro de 1616, levando consigo Daniel de la Ravardière, o qual achou ali bom agasalho; e passando depois a Lisboa com dependencias, e demorou-se lá 2 anos." (1)

-
- (1) Há um desacordo entre as informações de Frei Francisco dos Prazeres (1820) em "Poranduba Maranhense - Cap. IV, n. 1." e João Lúcio de Azevedo (1893) em "Estudos de História Paraense a respeito do tempo que La Ravardière passara preso em Lisboa e a respeito das condições de trato na prisão.
- Fr. Francisco declara que Ravardière passara só dois anos em Lisboa e afirma que ali ... "El - Rei lhe consignou 2 \$ 000 por dia, que n'aquelle tempo ^mostrava bem a qualidade da pessoa". (Cf. Pranduba Maranhense. Cap. IV. n. 1).
 - João Lúcio de Azevedo diz: ... " Ravardière, preso, seguiu para Pernambuco com o comandante português e dali para Lisboa, onde cumpriu três anos nos cárceres da torre de Belém". (Cf. AZEVEDO, 1893 p. 238).

(.../...)

O argumento de João Lúcio demonstrando que Ravardièrre passara preso três anos nos cárceres da torre de Belém em Lisboa é irrefutável, porque baseia-se numa carta do próprio Ravardièrre escrita da prisão em 25 de junho de 1619. Ravardièrre dirigia-se ao Presidente do Conselho de Estado da França, Mr. de PUYSEUX pedindo-lhe que interviesse junto das autoridades portuguesas para que as mesmas lhe concedessem liberdade. Escrevia da prisão do Castelo de Belém nos seguintes termos:

"J'espère neantmoins que Dieu et le Roy me delivront avec vostre faveur, Monsieur, de l'inique prison (côme la només) où je suis detenu, affin que de vive voix j'aïlle vous baiser les mains E vous dire que je serai jusques à ma fin, Monsieur

Votre très humble E obeissant serviteur".
(Cf. AZEVEDO, 1893 p.250).

Esta carta que João Lúcio de Azevedo apresenta foi encontrada muito depois de Fr. Francisco ter escrito sua "Poranduba Maranhense". Por isso, fica fora de dúvida que o comandante francês que fundou a cidade de São Luís do Maranhão passou três anos nos cárceres de Belém em Lisboa e não foi contemplado com tantas regalias e favores como declarou Fr. Francisco.

Berredo é o autor mais pródigo em relatos sobre os estrangeiros na Amazonia nos séculos XVI e XVII. Sua obra descreve com minúcias as numerosas refregas ocorridas entre portugueses e nações estrangeiras no estuário do rio Amazonas e seus afluentes. Estes choques foram frequentes após a fundação do Forte do Presépio ou forte do Castelo, espécie de guarita avançada na Amazonia para assegurar o domínio português em todo o Norte. A cidade de Belém do Grão Pará tornou-se fa de fato a nova base de operações militares dos portugueses. São Luís, apesar de sua condição de cabeça da Capitania conforme as determinações de Alexandre de Moura, não oferecia as mesmas vantagens operacionais quanto Belém que se transformou a partir de 1616 no principal ponto de apoio para daí se dar combate aos estrangeiros que se haviam alojado em vários pontos ~~na~~ ao norte de Belém. Para ilustrar o fato histórico de que eram frequentes os ataques e contra-ataques entre portugueses e estrangeiros ^{veja mos} o que diz Berredo repetidas vezes sobre o assunto:

(.../...)

"... huns tão leas vassallos do seu príncipe, que havia tres annos, que tão combatidos de trabalhos domesticos, como de inimigos, assim naturaes, como estrangeiros, se sustentavã só da mesma constancia, defendendo a terra de que tinham sido descobridores, conquistadores, e povoadores com grande glória da Nação Portuguesa". (BERREDO, n. 547).

"... Surgindo os holandezes na Bahia da Traição (sete léguas da povoação da Paraíba) com trinta e quatro náos, de que era general, e de illustre nome, Walduino Henrique, destinado para o socorro da mesma Bahia que os Estados Gerais sentião já ameaçada da justíssima satisfação." (Berrédo, 555).

"... encaminhou as primeiras acções a guerra dos Ingleses e Holandezes, que se achavão ainda situados na grande boca das Amazonas". (BERREDO, n. 574).

Referia-se Berredo à luta movida em 1628 por Feliciano Coelho contra ingleses e holandeses que resistiam e teimavam em permanecer na embocadura do vale amazonico.

"... O Capitão Pedro da Costa Favela se recolheo o anno passado da expedição do Pacajá com o successo que fica referido; e o Governador Francisco Coelho de Carvalho querendo dar mais nobres exercícios ao seu valor, e capacidade, o encarregou agora do ataque dos Estrangeiros dos Tucujús que desgrutavão aquella ilha com grande damno dos interesses Portugueses". (BERREDO, n. 581)

Em 1629, o Governador da cidade de São Luiz recebeu avisos urgentes de "que em vários braços do grande rio das Amazonas, da parte do Norte, se vião algumas embarcações de estrangeiros, que sustentavam o commercio dos Índios com grave prejuízo dos moradores do Pará, além do Perigo da conservação própria na sua escrupulosa vizinhança", (BERREDO, n. 585).

É também Berredo quem narra com cores muito vivas os feitos militares do Capitão Pedro Teixeira que unindo-se aos contingentes de Pedro da Costa Favela foi à ilha dos Tocujus dar combate aos estrangeiros ali alojados.

"... Experimentarã elles semelhante successo na obra dos ataques." (Berredo, n. 587).

(... /...)

Depois de vários combates junto ao Forte de Torreço na ilha dos ~~São Luís~~ ^{TUCUJUS} ... " reduzidos já à última miséria por falta de comboios, que se lhe cortavam todas as horas, pedirão cessão de armas para tratar das capitulações do seu rendimento." (Berredo, n. 587). Este combate sobre o forte de Torreço foi travado pelas forças de Pedro Teixeira e Pedro da Costa Favela contra os homens comandados pelo irlandês Gemes Porcel "que governava o Forte" (Berredo, n. 588).

O Capitão Português Aires de Sousa Chichorro recebeu dos vencidos o forte e evacuou as guarnições e " assistidos de hum grande número de Índios Frecheiros o demolio inteiramente, por parecer inútil a conservação delle." (Berredo, n. 589).

Em 1623 Luiz Aranha de Vasconcelos havia realizado uma expedição ao Amazonas com o fim de descobrir àquele rio por ter notícias frequentes de que estrangeiros navegavam nele.

No ano de 1630 ainda era constante a presença estrangeira em águas amazonicas e por mais diligencias que os portugueses executassem não conseguiam eliminar o perigo das invasões.

Em todo o Norte os estrangeiros estavam reforçados pelas alianças com os nativos e tinham no Nordeste o domínio de Pernambuco que na época era o principal empório economico do Brasil.

Sabia-se que na boca do Amazonas permaneciam navios holandeses e ingleses. Sabia-se também que na Inglaterra outras naus se apresentavam para vir em reforço e que .. " conduzião a seu bordo quinhentos homens de desembarque " (Berredo, n. 598). com o objetivo de se estabelecerem na Ilha de Tucujús para daí povoar o vale amazonico. Berredo diz que cerca de duzentos ingleses achavam-se fortificados no rio de Filipe " com o apoio dos índios Tapuias seus aliados" (Berredo, n. 599).

Ao chegar o ano de 1630, os holandeses apresentavam-se como os mais temíveis estrangeiros e os mais capazes de invadir o Maranhão e o Pará, porque Pernambuco já estava debaixo do domínio holandês.

O Governador do Maranhão, Francisco Coelho de Carvalho, mandou para a Capitania do Pará seu filho Feliciano Coelho munido de toda autoridade e de reforços para enfrentar uma possível invasão que se vislumbrava. Não foi atacado por holandeses, mas teve lutas contra ingleses nas margens do Amazonas.

A respeito da temporada de Feliciano Coelho no Pará diz Fr. Francisco dos Prazeres:

"... e nestas couzas se passou o tempo até o ano de 1636" (Poranduba Maranhense, Cap. IV. n. 2).

Lutas sucessivas enfrentou Feliciano Coelho para desalojar o ingleses "... que se achavãõ com hum novo forte chamado Camaú, nas mesmas terras dos Tocujús junto dos dous já demolidos". (Berredo, n. 614).

Como se vem demonstrando, houve toda uma mobilização das autoridades lusitanas para defender a embocadura do Amazonas que era o principal alvo das expedições estrangeiras. Nestes episódios de lutas pela defesa das terras amazonicas destacaram-se homens como Aires de Sousa Chicorro, Capitão Pedro Baião de Abreu, Antonio Teixeira de Mello, o Sargento Mor Manoel Teixeira, Luiz do Rego Barros, Miguel de Siqueira, o Capitão Pedro da Costa Favela, o Capitão Pedro Teixeira e tantos outros seus contemporâneos que deixaram seus nomes ligados à fase da conquista.

Foi destruído o forte Cumaú, eficado pelos ingleses, e Feliciano Coelho recolheu-se ao Pará. Entregou a guarda do Forte de Curupá ao Capitão Pedro da Costa Favela que fora incumbido também de procurar por todos os meios estabelecer aliança com os tapuias, aliados fiéis dos ingleses. Os Tapuias forneciam aos ingleses todo o apoio em homens de guerra e abastecimento de alimentos para a subsistencia desses aliados.

A procura de aliança dos ~~pxx~~ portugueses com esses Tapuias visava interromper este abastecimento.

Enquanto choques esparsos ocorriam entre portugueses e ingleses em águas amazonicas, uma outra situação mais difícil e mais complexa se preparava por efeito da relação de forças favoráveis aos holandeses que já gozavam de importante posição estratégica no Nordeste do Brasil com o controle da produção de açúcar em Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Além desse poderio de que gozavam no Nordeste, controlavam o Cabo Norte e uma parte das Guianas. Poderiam, pois, facilmente controlar áreas da Amazonia sobretudo o Maranhão que era a Cabeça da Capitania e o principal núcleo urbano já formado no Norte.

Com o apoio de Maurício de Nassau, Governador do Brasil-Holandês, veio ao Maranhão João Cornelizoon que saqueou a cidade de São Luís e aprisionou Bento Maciel Parente, então Governador do Maranhão.

(... /...)

" Saqueada a cidade, passaram os holandeses às Fazendas da ilha, e della tomaram posse; afinal impozeram a contribuição de 1.000 arrobas de açúcar a cada um dos 5 engenhos do Itapicuru ".
(Cf. Poranduba Maranhense, Cap. VII, n. 5).

" Os moradores da cidade, mais obrigados da necessidade que das ameaças e promessas de João de Cornelizoon, voltaram para suas casas e juraram obediência à Olanda." (Poranduba Maranhense, Cap. VII, 6).

Cornelizoon viajou a Pernambuco levando preso Bento Maciel Parente a quem o Conde de Nassau tratou com desprezo, mandando-o para o forte do Rio Grande do Norte, onde morreu em poucos dias.

A Resistencia do Povo Maranhense.

Cornelizoon deixou 600 homens e 4 embarcações às ordens de seu substituto holandês e partiu para Pernambuco. A humilhação sobre os moradores da cidade de São Luís e sobre os plantadores de cana era demasiado pesada. As vexações eram contínuas. O sofrimento comum animou-os a todos para libertar-se do jugo estrangeiro. Coligaram-se secretamente 50 homens sob o comando de Antonio Moniz, Senhor de Engenho e ex-Capitão Mor da Capitania. Ponderada a situação, determinou Antonio Moniz que o primeiro golpe fosse desfechado contra os holandeses que faziam guarnição nos engenhos e contra o forte do Itapicuru também controlado pelos invasores (invasores). Ai estavam 300 soldados holandeses. Todas essas resoluções foram precedidas de consultas junto dos moradores e de uma reunião entre os principais diante dos quais Antonio Moniz expôs de modo inflamado a situação. Com sua fala levantou o animo de todos que o ouviam. Dizia ele ao povo:

" Há mais de 10 meses, amigos, parentes e companheiros meos, que, triunfando do fatal desacordo do Governador Bento Maciel, a perfídia holandesa estabeleceu o seu dominio com a força das armas n'esta Capitania d'El - Rei de Portugal, sem advertir que um tal procedimento se fazia o mais abominável a todo o mundo, por se praticar em terra de um príncipe, a quem a soberania da sua República tratava já como aliado; mas antes inclucando como justo título da sua posse e tirania d'ella, nenhum há que até o dia de hoje não tenha exercido na nossa sujeição; pois não

se contentando com os ambiciosos e cruéis estragos da fazenda, se emprega também nos da mesma honra, para que o sentimento nos fique inconsolável o que se mostra bem no total dos nossos clamores (...)

(...) Bem conheço, que as qualidades de uma tal empresa necessita de outra qualidade de comandante; mas já que a minha sorte persuadiu a vossa inclinação, podeis estar certos, que saberei acreditá-la, quando não seja nas aclamações de nossa vitória (porque estas só Deus costuma repartil-as como Senhor d'ellas) ao menos no Epitáfio da minha sepultura; podemos a vencer, amigos valiozos, que a justiça da causa desempenha já os meos vaticínios".

(Cf. Poranduba Maranhense, Cap. VIII n. 1.)

Esse discurso infundiu tal valor no povo reunido que todos recobram os animos e desejavam todos empreender o ataque aos invasores holandeses. Tudo foi preparado secretamente e numa noite muito escura, no dia 30 de setembro de 1642 foram os engenhos e casas atacados de surpresa pelo povo. A maior parte dos holandeses que guarneciam os engenhos foram mortos. As casas que eram todas de palha de palmeira foram incendiadas perecendo muitos pelas chamas e pelo desespero. Garantida esta vitória nos engenhos empreenderam a tomada do Forte do Calvário (Forte de Itapicuru) que estava guarnecido por 70 soldados holandeses. Os poucos que escaparam vivos dessa guerra popular foram feitos prisioneiros dos portugueses.

(... / ...)

Os Franceses no Maranhão e na Amazonia.

Os franceses precederam aos portugueses no Norte do Brasil e transmitiram-lhes muitas experiencias adquiridas com os nativos da região amazonica. Por isso, o episódio da presença francesa na Amazonia deve ser tratado de modo muito especial. Ernesto Cruz, escrevendo a história de Cametá (2) refere-se à presença dos franceses no vale do Tocantins desde o ano de 1613.

"Dão os cronistas - diz Cruz - noticias de um rudo combate que se teria ferido no ano de 1613, entre os franceses de La Ravardiére e os Camaraquins tidos como dos mais belicosos selvagens do Rio Tocantins."

(CRUZ, 1969 - Annaes p. 61).

João Lúcio de Azevedo, sem dúvida um dos maiores conhecedores da história da Amazonia, do período colonial refere-se também a muitos franceses "transfugas" " com bastante conhecimento dos logares, acerca dos quaes, naquella época, pouco ou nada sabiam os portugueses". (AZEVEDO, 1893 p.228). Muitos desses franceses "transfugas" fizeram parte das forças portuguesas no século XVII nas águas e terras amazonicas. É o caso, por exemplo, de um piloto francês chamado pelos índios de " Otuimiri" que embarcara na frota portuguesa na qualidade de prático e guia.

Ernesto Cruz - na sua "História do Pará" (Belém, 1973 - 1º volume pp. 28/29) assinala a contribuição de Charles des Vaux à frota de Caldeira Castelo Branco que partira de São Luís para o rio Pará com o objetivo de continuar aquela conquista até o famoso rio das Amazonas e reconhecer aquelas terras que, conforme o parecer de La Ravardiére, permaneciam sob o jugo e exploração de mercenários de várias nacionalidades. (Cruz, Ernesto, 1973 p. 27).

(2) CRUZ, Ernesto - "Cametá: Aspectos de sua formação."

Trabalho apresentado ao Xº Congresso Brasileiro de Geografia. Reproduzido nos Annaes da Biblioteca e Arquivo Público do Pará. TOMO XI, Belém, 1969.

A contribuição de Charles des Vaux nessa jornada do Pará foi muito grande porque além do seu conhecimento dos sítios sabia fluentemente a língua dos nativos. A esse respeito diz Ernesto Cruz: "Falava bem a língua dos Tupinambás e que já estivera até no rio Tocantins, em companhia de Ravardière".

(Cruz, 1973 p. 28).

O inglês Raleigh que viajara pelas Guianas no ano de 1595 escrevia que "... os franceses diligenciavam, havia muito tempo, fazer o descobrimento d'estas terras, realizando frequentes viagens, à cata do ouro, mas não davam com o verdadeiro caminho, o qual iam procurar no rio das Amazonas".

(AZEVEDO, 1893 p. 229/231).

Quando Pero Coelho de Souza, residente na Paraíba, soube que os índios da serra da Ibiapaba mantinham contato com os Tupinambás do Maranhão, tomou ciência também através dos da Ibiapaba que muitos dali já conheciam a ilha do Maranhão de que contavam maravilhas. Pero Coelho planejou uma viagem por terra para ir da serra de Ibiapaba até a ilha do Maranhão. A expedição ainda foi organizada e entregue ao comando de Diogo de Campos Moreno que não passou além da serra, mas soube aí, pela boca dos índios que os franceses estavam em alianças com os nativos daquela área de Norte. Desta aliança com os Tupinambás do Maranhão diz João Lúcio, os franceses "sabiamente se serviam" (Azevedo, 1893 p. 227).

Uma expedição de Pero Coelho de Souza chegando ao litoral do Ceará encontrou muitos franceses pelejando entre os índios. E " sem dúvida, diz João Lúcio, estes percorriam toda a costa, até muito perto, e talvez mesmo dentro do curso de Amazonas" (Azevedo, 1893 p. 229/231).

Jaques (Jacques) Rifault era um pirata que esporadicamente aparecia no litoral maranhense e fizeram boa amizade com os Tupinambás da Ilha do Maranhão, depois denominada de Ilha de São Luís. Contraiu tamanha amizade com o cacique OVI-RAPIVE, " que este o convidou a procurar naquellas terras melhor fortuna que a de pirata, em novos descobrimentos que elle lhe prometia ajudar pessoalmente" (Poranduba Maranhense. Cap. I n. 4).

Rifault persuadiu-se das palavras do cacique aliado e foi à França donde regressou em maio de 1594 com 3 navios fornecidos de boa equipagem.

Mas aconteceu que as desordens dos companheiros de Rifault e um grande temporal que acometeu a frota obrigaram-no a arribar à Ilha já com perda de seu melhor navio. (Poranduba, I. n. 4).

João Lúcio opina igualmente com Fr. Francisco dos Prazeres dizendo que Jacques Rifault já conhecia muito bem o Maranhão por ter feito viagens anteriores a 1594 e teria voltado novamente ali naquele ano (1594) com a intenção de lançar as bases da colonização francesa.

"Ao cabo de algum tempo, passou novamente à Europa prometendo regressar em breve com recursos de gente, armamentos e meios de subsistência, cuja falta se fazia sentir na recente feitoria". (Azevedo, 1893 p.232).

Rifault encontrou-se na França com La Ravardière que havia regressado de uma viagem à Caena e no decorrer dos anos 1605 a 1609 estabeleceram planos sobre a colonização do Maranhão. Nesse intervalo de tempo, procuraram na França interessar a outras pessoas que aderiram ao plano de Ravardière e de Rifault. Ravardière foi enviado outra vez à América do Sul para verificar de perto as informações de Rifault. Foi assim que depois de ter explorado atentamente o litoral maranhense e terras adjacentes, Ravardière regressou à França em 1609. Suas pretensões pela Guiana caíram por terra, depois que visitou o Maranhão, pois achou melhores vantagens nas terras já conhecidas por Rifault.

"O território do Maranhão era certamente mais fértil e adequado à colonização; e assim obtinha a carta patente de 1 de outubro de 1610, que o autorizava a vir fundar uma colônia ao Sul da linha equinocial". (Azevedo, 1893 p. 233).

Jerônimo Viveiros em sua História do Comércio do Maranhão (3) faz um inventário da presença francesa no Brasil remontando os fatos ao ano de 1504. Diz VIVEIROS:

(3) Viveiros, Jerônimo - " História do Comércio do Maranhão" 1612 - 1895. Associação Comercial do Maranhão. São Luís, 1954. (2 volumes). Veja-se sobretudo o volume n. 1 que trata da formação econômica do Estado do Maranhão.

" Desde 1504, nos tastos mesmos das primeiras expedições portuguesas que vieram reconhecer a terra de Santa Cruz, apareceram, ao longo do seu litoral, navegadores franceses ávidos de aventuras, mas também de lucros comerciais" (VIVEIROS, 1954 - vol. 1. pág. 1.).

Por aí se vê que os franceses estiveram na vanguarda dos demais estrangeiros que visitavam o litoral brasileiro.

A nau "Pelerine" que fora construída em Marselha pelo Barão Saint-Blancard, general das armas francesas, destinava-se a conquistar terras do Brasil. Em 31 de dezembro de 1530 o Capitão francês João DUPERET seguira para o Brasil nesta nau e, em março de 1531, tomou posse da feitoria real de Itamaracá, onde fez grande carregamento de madeiras. No seu regresso à França uma esquadra portuguesa aprisionou a carga pela qual o Capitão francês exigia indenização no valor de 62.000 ducados. (Cf. Viveiros, 1954, p. 2.).

O professor Michel MOLLAT da Sorbonne ao fazer um inventário minucioso da presença francesa no Brasil - " Dos Verrazani a Villegaignon" - cita o caso da nau "Pelerine" nos seguintes termos:

"Os mercadores mediterrâneos já tinham entrado em cena, já há uma vintena de anos (antes de 1530) graças talvez, aos navegantes ~~normandos~~ normandos e aos banqueiros italianos de Lyon. Em 1529, Girolano Verrazano pretendia voltar do Brasil para o Mediterrâneo. Depois em plena crise do "tráfico das Índias", no início de dezembro de 1531, constituiu-se em Marselha uma sociedade para o envio de um ou dois navios anualmente ao Brasil. O primeiro destes foi um navio de Honfleur tornado marselhês em 1529, o Pelerine do Barão de Saint-du-Peret. Sua captura na volta de Pernambuco foi em agosto de 1532 e é muito conhecida. O valor do carregamento, 62.000 ducados,(4) e sua composição eram sintomáticos: três mil peles de leopardos, e de animais diversos, trezentos macacos e seiscentos papagaios, algodão, e sobretudo 5.000 quintais de pau-brasil". (5)

(4) Viveiros cita o valor de 62.300 ducados como valor do carregamento.

(5) Cf. MOLLAT, Michel - "Revista de História n. 70 (1967) p. 352. Traduzido dos "Cahiers de l'Institut des Hautes Etudes de L'Amérique Latine" - n. 6 (Paris).

A colonização francesa no Maranhão em 1612 teve todas as características de uma empresa colonizadora organizada em moldes atuais. Objetivou-se a vantagem do empreendimento, foram calculados os custos e um grupo de empresários franceses fez o investimento custeando sobretudo a mão de obra e todo o equipamento.

Jerônimo VIVEIROS transcreve a ata da reunião a que estiveram presentes os principais interessados na empresa colonizadora. Conforme Viveiros estiveram presentes à reunião as seguintes personagens:

- De PIZIEUX, que foi depois Ministro do Conselho de Estado.
- De PLESSIS, comerciante.
- BRICHANTEAU.
- Isaac de RASILLY, milionário francês.
- Charon e outros.

" O pacto firmado por estes homens em Cancale, no dia 1º de março de 1612, evidencia este caráter da sociedade". (Viveiros, 1954 p. 6).

Viveiros refere-se ao caráter genuinamente empresarial do empreendimento colonizador e diz: " A empresa foi meticulosamente organizada" (Viveiros , p. 6).

A maior parte do financiamento era garantida pela grande fortuna de Harlay. Um outro nome já glorioso pelas armas, Isaac de Rasily garantia o prestígio militar da empresa e a administração era afiançada ao grande tino e experiência administrativa de Ravardière. Ravardière demonstrou esse talento administrativo desde o primeiro instante pelo seu grande gesto de tolerância religiosa, coisa incomum na sua época. Apesar de professar o credo calvinista alistou para a viagem um grupo de frades capuchinhos do convnto da rua Saint - Honoré de Paris, visando antecipadamente a catequese do gentio do Maranhão.

"Sob estes auspícios, não lhe faltaram gentis-homens entre os seus alistados, cujo número subia a quinhentos" (Viveiros, 1954 p. 7).

As informações em que nos baseamos para demonstrar que franceses, ingleses e holandeses estiveram na Amazonia muito antes dos portugueses permitem-nos tirar duas conclusões fundamentais:

- a) Os portugueses não conheciam a região amazonica do Maranhão para o Norte antes de 1615, data da jornada do Pará. Os franceses, ingleses e holandeses desde o século XVI conheciam as paragens amazonicas a ponto de terem feito mapas da região, para fins de exploração.
- Em 1615 o Conselho das Índias em Madrid conseguira uma cópia do mapa secreto dos holandeses " onde se mostrava a região amazonica das portas do rio das Amazonas, e da costa até a ilha Margarida" (João Lúcio de Azevedo, 1893, pág. 229/231).
- b) As atividades de corsários estrangeiros que vistaram a região antes do estabelecimento de Daniel de la Touche não representaram nenhum esforço de fixação de povoadores.
- O primeiro esforço organizado que tomou todas as características de empresa colonizadora e que de fato prosperou no norte nos primeiros tempos foi sem dúvida o empreendimento de La Ravardière no Maranhão a partir de 1612. João Lúcio admite que de fato esta honra de ter lançado as primeiras bases de povoamento do Norte cabe a Ravardière - " que nem proveitos materiaes alcançou de seus trabalhos, nem glória equivalente grangeou para o seu nome" (AZEVEDO, 1893 p. 231).

Desta sua base no Maranhão os franceses projetaram a expansão atraídos certamente pelo rio das Amazonas cuja fama de riquezas andava de boca em boca. Foi Daniel de la Touche quem organizou a expedição ao Amazonas, partindo de São Luís em 8 de julho de 1613 - " levando consigo quarenta soldados, dez marinheiros e vinte principaes selvagens com sua gente. Seguiu para Cuman, e dahi foi a Caité, onde se demorou um mez, reunindo novos contingentes indigenas".

A 17 de agosto abalaram-se as forças com destino ao rio Pará, e sendo já em número de 1.200 homens entraram nos rios Pacajás e Parissô, onde andaram empenhados em guerras contra os selvagens, favorecendo umas tribos contra as outras.

(.../...)

Tinham entretanto os portugueses despertado da inércia em que desde tanto tempo jaziam" (AZEVEDO, 1893 pp. 234/235).

Só depois de saberem por numerosas notícias que os franceses aumentavam dia a dia seu poderio na região sobretudo na nova colônia da França Equinocial (Maranhão) graças ao apoio dos nativos Tupinambás, os portugueses tomaram consciencia do perigo que representavam esses sucessos dos franceses e começaram a mobilização por volta de 1613, porque naquele ano Martim Soares Moreno havia chegado à Índia e de lá alertara urgentemente as autoridades de Lisboa.

Os franceses, em 1614, começaram a pressentir que em Portugal se preparava um ataque mas não se preocuparam muito, seguros como se sentiam em suas posições conquistadas no Maranhão. Apesar de estarem de sobreaviso foram atacados de surpresa em 1615 na batalha de Guaxenduba, onde perderam suas forças e reconheceram a vitória portuguesa assinando a capitulação diante de Alexandre de Moura em 13 de novembro de 1615.

Ravardière preso foi levado para Pernambuco com o comandante Alexandre de Moura que o levou também de Pernambuco para Lisboa. Cumpriu a sentença de três penosos anos nos cárceres de Lisboa, na Fortaleza da Torre de Belém, de onde só saiu em 1619, por causa da intervenção política do Ministro do Conselho de Estado francês De PIZIEUX.

Um dos artigos da capitulação declarava que os portugueses forneceriam embarcações para os franceses regressarem à sua pátria e que poderiam ficar residindo na ilha os que houvessem estabelecido lavouras e que tivessem constituído famílias casando-se com as mulheres nativas. Muitos estavam nesta situação e ficaram residindo no Maranhão. Sobre o acordo diz BERREDO:

"... e em observancia deste mesmo acordo, passarão logo em três navios para a sua pátria mais de quatrocentos, ficando alguns no Maranhão, que se achavam casados com Índias da terra." (BERREDO, n. 400).

De todas estas informações se conclui que foram os franceses e Ravardière sobretudo que serviram de guia aos portugueses no reconhecimento e conquista do Norte. Porque tanto os flamengos como os ingleses não representaram nenhum papel colonizador. Eram "turbas anônimas" - diz João Lúcio de Azevedo. " Mas Ravardière foi realmente o precursor e guia dos portugueses, que sucessivos desastres conservaram por muito tempo afastados desta região". (Cf. Azevedo, João Lúcio de - 1893 p. 240).

Bibliografia Básica para o Capítulo II:

" A Presença Estrangeira como Fator de Mobilização na Amazonia".

- 01 - BERREDO, Bernardo Pereira de - "Annaes Históricos do Estado do Maranhão" - Lisboa, 1749.
- 02 - AZEVEDO, João Lúcio de - "Estudos de História Paraense". Pará, 1893.
- 03 - AZEVEDO, João Lúcio de - "Os Jesuítas no Grão Pará. Suas Missões e a Colonização." Lisboa, 1901.
- 04 - DOS PRAZERES, Fr. Francisco de N. Senhora - " Poranduba Maranhense", 1820.
- 05 - ACUÑA, Fr. Cristóbal de - "Descobrimento do Rio das Amazonas". Coleção Brasileira - Série 2a. Volume 203. Companhia Editora Nacional, 1941.
- 06 - VIVEIROS, Jerônimo - " História do Comércio do Maranhão - 1612-1895". Edição da Associação Comercial do Maranhão. São Luís, 1954.
- 07 - CRUZ, Ernesto Horácio - "História do Pará". Edição do Governo do Estado do Pará. (2 volumes) Belém, 1973.
- 08 - MEIRA FILHO, Augusto - "Evolução Histórica de Belém do Grão - Pará". 1a. Edição. GRAFISA, Belém, 1976.
- 09 - ANNAES DA BIBLIOTECA E ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ. TOMO XI (1969)
Cruz, ernesto - "Cametá. Aspectos de sua Formação."
- 10 - Revista de História (USP). n. 70 (1967)
MOLLAT, Michel - "As Primeiras Relações entre a França e o Brasil: dos Verrazani a Villegainon."
- 11 - REIS, Arthur César Ferreira - "História do Amazonas". (1931).
- "Limites e Demarcações na Amazonia". Imprensa Nacional. Rio, 1947.
- "A Amazonia e a Integridade do Brasil". Manaus s/d.
- "A Amazonia Brasileira". IBGE, Rio (1947).

Capítulo III - A Colonização como processo de ocupação efetiva da Amazonia no período colonial.

1.

"Evolução de pensamento colonizador português nas terras da Amazonia."

Arthur Cezar Ferreira Reis em várias de suas obras em que trata de tema da colonização portuguesa no vale amazonico " destaca sobretudo a maneira como a Amazonia foi revelada aos lusitanos, os aspectos economicos da ocupação e a empresa colonial portuguesa como ação programada (1). Reis toma algumas hipóteses de Mendes Correia e as desenvolve para mostrar o método de colonização portuguesa na Amazonia. As hipóteses retomadas por Ferreira Reis e levantadas por Mendes Correia podem ser resumidas da seguinte forma:

- a) Os portugueses na Amazonia montaram um quadro operacional capaz de lhes garantir o sucesso na ocupação e povoamento da terra.
- b) Os instrumentos de operação no quadro físico da Amazonia foram três e foram usados de maneira conjugada:

FORTALEZA MILITAR - IGREJA - FEITORIA.

Foram esses os instrumentos que de fato asseguraram para Portugal a soberania da área amazonica.

(1) Principais trabalhos em que Ferreira Reis trata especificamente do método de colonização dos lusitanos:

- a. "A Política de Portugal no Vale Amazonico" (Belém, 1940).
- b. "A Amazonia que os Portugueses Revelaram" (Rio, 1957).
- c. "Aspectos Economicos da Dominação Lusitana", (SPVEA, Rio, 1960).
- d. "A Empresa Colonial Portuguesa na Revelação da Amazonia".
(Coimbra, 1961).
- e. "O Negro na Empresa Colonial dos Portugueses na Amazonia".
(Lisboa, 1961).
- f. "Aspectos da Experiencia Portuguesa na Amazonia" (Manaus, 1966).

A obra material que apoiou a operação do povoamento foi a construção de residências, cidades, conventos, pontes, caminhos, estradas e portos marítimos e fluviais. Estas obras materiais completam o quadro operacional e funcionaram como infra-estrutura ou meios de execução do povoamento. A hipótese citada pode assim ser justificada:

- Fortalezas asseguraram a vitória militar;
- Igrejas possibilitaram o desenvolvimento dos propósitos religiosos;
- Feitorias asseguraram o tráfico mercantil entre a área ocupada e a metrópole. Neste sentido, a colonização foi antes de tudo um empreendimento "militar, político e cultural" (Reis, 1961 p.6).

A necessidade de utilizar-se um método específico para a colonização da Amazonia vinha de fato que o ambiente amazonico era diferente da África e da Ásia. Exigia ~~muita~~ uma tenacidade, uma decisão e um comportamento especial. Pioneiros concorrentes, representados por ingleses e holandeses estavam tentando vencer o meio físico através de feitorias e de estabelecimentos militares, atraídos pela matéria-prima abundante e de fácil colheita para transportá-la à Europa. (Reis, 1966 p.16).

Reis, citando ainda Mendes Correia escreve: "A expansão portuguesa assentou numa triplíce preocupação, que não exclui outras, e em que não é sempre fácil encontrar o aspecto verdadeiramente dominante: a do proselitismo religioso e assimilação, tanto quanto possível, das populações aos padrões nacionais; e da segurança e fortalecimento da ação desenvolvida pelo esforço militar e naval; e da utilização econômica dos recursos dos países distantes. O Sacerdote, o soldado (ou o marinheiro) e o mercador simbolizavam os agentes pessoais dessas atividades convergentes para um resultado coletivo da expansão luso-cristã." (2)

Para Arthur Reis, esta tese é vitoriosa e tem a solidez necessária para ser demonstrada pelo processo colonizador.

(2) REIS, Arthur César Ferreira - "Aspectos da Experiência Portuguesa na Amazonia". Edições Governo do Estado do Amazonas. Manaus, 1966, pág. 17.

A soberania portuguesa na Amazonia só foi possível pela ação integrada da fortaleza, da Igreja e da feitoria (Reis, 1966 p.17).

Completando esse raciocínio, Reis cita Jorge Dias, segundo o qual os elementos elasticidade, temperamento e afeição garantiram aos portugueses a assimilação ao meio ambiente amazonico.

A capacidade de adaptação (elasticidade), a simpatia humana (afeição) e o temperamento amoroso (temperamento) são a chave da colonização portuguesa (Reis, 1966, p. 16/17).

Há que se levar em conta dois outros fatores que respondem pelo sucesso da colonização portuguesa na Amazonia:

- 1 - A experiência portuguesa já acumulada em contato com a África, Oriente e costa do Brasil.
- 2 - A "inteligência" dos nativos que por serem tão numerosos causaram surpresa aos primeiros visitantes portugueses.

"A multidão indígena, constituindo o fundamental, no tocante ao quadro humano, ponderava expressivamente, impondo-se em tudo. Tropeçava-se no índio por todos os cantos!" (Reis, 1966 p.19).

Sem a contribuição do nativo, o lusitano não teria tido o sucesso que teve na Amazonia, porque dele dependeu o europeu para aprender a viver em terras da Amazonia. Do índio dependia a ciência na identificação do reino animal e vegetal, dele dependeu o europeu nas expedições de reconhecimento, dele dependeu o lusitano para coletar as primeiras especiarias que representaram a primeira base econômica da região, dele dependeu o lusitano nos afazeres domésticos e dele dependeu enfim o lusitano para estruturar a sociedade mestiça, que constituiu-se na principal base étnica e social da Amazonia.

Na Amazonia foi, portanto, repetida a experiência já vivida pelos portugueses em outras áreas do mundo, onde o método de povoamento havia sido o mesmo: levantando fortalezas, construindo Igrejas e implantando feitorias, cidades, hospitais, semeando, colhendo, criando espécies vegetais e animais, descobrindo o espaço e suas riquezas e a ele amoldando-se, pela ~~mistura~~ *mistura* com a gente nativa.

As teses defendidas por Ernesto Cruz.

x x x

Ernesto Cruz desenvolve importante hipótese para justificar as razões mais profundas da colonização da Amazonia pelos lusitanos. (3) . Formula uma indagação inicial:

- O que teria levado os portugueses à conquista da Amazonia ?
Apenas o objetivo militar de recuperar o espaço do domínio estrangeiro ou a predominância econômica do vale ?

Desta indagação de base, Ernesto Cruz justifica a hipótese de que a razão econômica primou sobre a razão militar e sobre as razões políticas e religiosas (Argumentos de Arthur Reis). Cruz justifica sua hipótese da primazia do fator econômico sobre o militar e religioso retomando o argumento de Adien Balbi que explica o motivo do silêncio português com relação ao comércio. Para Balbi, - "havia uma proibição formal de publicações relativas ao comércio e aos lucros portugueses". (CRUZ, 1960 pág. 103).

Cruz admite que nessa prática portuguesa de silenciar sobre as vantagens do comércio está o motivo de não se saber se os objetivos fundamentais da jornada de Caldeira Castelo Branco eram primordialmente econômicos. "... não seria de estranhar, pois, que Alexandre de Moura, não se referisse, não informasse no Regimento dado a Francisco Caldeira, a finalidade econômica da expedição portuguesa ao Amazonas". (CRUZ, 1960 pág. 103). Por isso Cruz advoga a causa de que a conquista da Amazonia deve ser estudada sob dois aspectos: o militar e o econômico.

-
- (3) A hipótese de Ernesto Cruz está contida em duas de suas obras:
- a) Cruz, Ernesto --"Temas de História do Pará." SPVEA, Belém, 1960. Cap. V. "A Conquista Militar e Econômica da Amazonia". O papel dos fortes".
 - b) Cruz, Ernesto --"História do Pará". Edição do Governo do Estado do Pará. Belém, 1973. Cap. II, itens:
 - 2 - A Evolução da Vida Econômica.
 - 3 - O Ciclo do Açúcar.

Era por demais sabido dos portugueses que os estrangeiros já haviam estabelecido feitorias em várias partes da Amazonia e que nessas feitorias haviam introduzido a cana-se-açúcar com muito sucesso.

"Estavam montados engenhos de açúcar. As drogas do sertão e as madeiras usadas pelos tintureiros, eram conhecidas e exploradas. O índio não estava indiferente à essa prática ; ajudava mesmo, o invasor a recolher os produtos da terra. Colaborava com ele, sem rusgas ou prevenções". (4)

Quando os lusitanos dirigiram-se ao Pará em 1616, após a expulsão dos franceses de São Luís, sabiam já do intenso comércio de açúcar no Amazonas. Berredo, nos seus ANNAES HISTÓRICOS DO MARANHÃO , n. 419 dá notícia de muitas feitorias de estrangeiros de diferentes gêneros (produtos): Diz Berredo:

"Com o mesmo título, com que ocupavam os piratas franceses pela parte do Sul a chamada Ilha do Maranhão, e a toda a sua costa, se introduziram pela do Norte algumas nações d'elle no verdadeiro rio deste nome (Conhecido mais pelo de Amazonas), assentando em várias ilhas da sua grande boca muitas feitorias de diferentes gêneros, que se amparavam de algumas casas fortes com bastante defesa." ... (Berredo, n.419).

João de Laet esclarece que a chegada dos flamengos no vale amazonico é anterior a 1598. Foram, porém, precedidos dos franceses que já faziam comércio com os nativos desde 1583 (Cruz,60/94).

Os flamengos mantinham próspero comércio com os nativos do Amazonas, quando os portugueses empreenderam a "jornada do Pará." A respeito desse florescente comércio de açúcar dos flamengos que mantinham várias feitorias na embocadura do rio mar diz Cruz:

"Pessuiam largas plantações nas costas de Macapá e até no Xingu, pois que haviam uma Companhia organizada para explorar as terras do Amazonas, e à frente dela achava-se a importante figura do burgo mestre do porto de Fleisins-
gue, Jean de Moor".(Cruz,1960,p. 94).

(4) CRUZ, Ernesto - " História do Pará." Edição do Governo do Estado do Pará. Belém.1973. pág. 67.

Os índios de Marajó, Nheengaiabas, eram aliados dos flamengos procedentes de Feisisinga a quem fornec^{am} importantes carregamentos de peixe-boi, abundante na Ilha.

Depois que Caldeira Castelo Branco informara a El-Rei em 12 de abril de 1616 sobre a situação do Pará, El-Rei recomendou ao Governador Geral do Brasil (carta de 4 de setembro de 1616) para socorrer Castelo Branco levando em conta que os estrangeiros auferiam grandes lucros do Amazonas no comércio com os nativos. Soube-se por um francês encontrado na região que na Holanda preparavam-se quinze naus que haviam de vir "a fazer fortalezas e povoar aquele rio". (Cruz, 1960 p.95). Sabia-se também que a 120 léguas rio acima havia uma colonia de ingleses, com mulheres e filhos, e da banda do Norte uma casa forte e povoação em que residiam holandeses, que já tinham feito engenhos de açúcar. (Cruz, 1960 p.96).

O Capitão André Pereira, na sua narrativa da viagem ao Pará (5) dá notícia de um flamengo que havia ficado entre o gentio para aprender a língua e que o dito flamengo avisara aos portugueses sobre a existencia de duas fortalezas agrupando entre 250 a 300 homens. O mesmo flamengo avisara que seus compatriotas tinham na região dois engenhos de açúcar - ..." de que carregavam alguns navios com o mais que a terra da de si" (MEIRA FILHO, 1960, pág. 210).

A Relação do Capitão André Pereira discrimina os gêneros de mercadorias que eram negociados entre os gentios do Amazonas e os holandeses:

"As mercadorias que este gentio vende a os Olandeses são algodão, tinta de oroco (urucu) que he como gram (grão), algũa pita, e este pao cotiara, como

(5) Annaes da Biblioteca e Arquivo Públicos do Pará. TOMO I. Doc. 1: - " Relação do que há no grande rio das Amazonas novamente descoberto."

Veja-se também MEIRA FILHO, Augusto - "Evolução Histórica de Belém do Grão - Pará." 1a. Edição, Belém, 1976 pág. 210.

(.../...)

outras sortes de madeiras que não faltão; tabaco; dizem que há castores, e este Capitão francês que alli nos serve de língua diz lhe derã hũa pelle de hum mui fina" (Annaes da Bibliotheca e Arquivo Público do Pará, TOMO I - Doc. 1).

O Padre Cristóbal d'Acuña no seu relato de viagem da descida do Perú, sugeria à Sua Magestade Rei de Espanha que cultivasse cana de açúcar que seria o gênero ... "mais nobre, mais proveitoso, mais seguro e de maiores rendimentos para a Coroa Real". Insistia com El-Rei para ñ que desde logo instalasse ... "muitos engenhos, que em breve tempo restaurassem as perdas daquella costa; pois a terra para a cana é a mais formosa que há em todo o Brasil". (Cruz, 1960 p. 97).

A fabricação crescente dos engenhos holandeses despertara a consciencia e a cobiça portuguesa para o projeto economico do açúcar na Amazonia. Daí a razão do total interesse pela conquista do Pará e do Rio ~~Amazonas~~ das Amazonas. A mesma força economica que atraíra os invasores para o vale tornou-se causa da luta pela expulsão: o açúcar.

Ernesto Cruz, citando Roberto Simonsen (História Economica do Brasil) diz:

"Os elementos lusitanos e nativos, interessados na indústria do açúcar não se conformaram, vendo-se assim despojados de tão grande riqueza. Daí um fundamento economico para a região, que culminou com a expulsão dos batavos da terra de Santa Cruz". (Cruz, 1960, p. 97).

Cruz tem argumentos suficientes para demonstrar sua tese de que a causa economica, notadamente o comércio do açúcar, foi mais forte do que as razões de defesa e as razões espirituais para levar os portugueses à colonização da embocadura e do vale do rio Amazonas.

"A conquista do Pará pelos portugueses, teve como causa principal o domínio do comércio do açúcar, que os invasores tinham em suas mãos, principalmente os ~~fr~~ flamengos, que já haviam montado engenhos pelo vale afora." (Cruz, 1960, pág. 98).

Conclui sua tese argumentando que durante quase meio século depois da expulsão dos invasores da Amazonia o que fizeram foi lavrar a terra, cultivando a cana e tabaco ao mesmo tempo que construíam Casas Fortes para defesa das propriedades.

... " O intuito que os animava era o do comércio. O da indústria do açúcar. O do aproveitamento da terra e do braço indígena".(Cruz, 1960 p. 98).

João Lúcio de Azevedo esclarece que os Nheengaitabas da Ilha de Marajó atacavam as aldeias dos índios submetidos aos portugueses e ..."vinham até junto da cidade (Belém) saltar os colonos: por essa causa muitos engenhos jaziam abandonados." (AZEVEDO, 1901 - Os Jesuítas no Grão Pará e Cruz, 1960, pág.101.)

x x x x x x x x x

3

COLONIZAÇÃO OFICIAL DA AMAZONIA COLONIAL

Historicamente podemos estabelecer um ponto de partida para a colonização dirigida (6) na Amazonia. Neste sentido, remontamos ao ano de 1618 quando chegaram ao Maranhão os primeiros colonos com objetivo de se fixarem na terra para cultivá-la. Foram trazidos pelo Capitão Simão Estácio da Silveira (7) e, nesta

(6) O conceito que adotamos de "Colonização Dirigida" é o que foi elaborado por Vania Porto Tavares - In " Colonização Dirigida no Brasil. Suas Possibilidades na região amazonica" - IPEA, Rio, 1972, pág. 25: " Tomando a colonização num sentido amplo, seu conceito se confunde com povoamento, isto é, o processo de ocupação e valorização de uma área realizada por indivíduos provenientes de fora. Num sentido mais restrito, colonização é o povoamento precedido de planejamento governamental ou privado." (TAVARES, 1972 p.25).

(7) AZEVEDO, João Lúcio de -

"Os Jesuítas no Grão-Pará. Suas Missões e a Colonização." Lisboa, 1901, pág. 130.

(.../...)

mesma época, outros colonos foram levados ao Pará às expensas de Jorge de Lemos de Bittencourt. Eram 200 casais açorianos que se dedicaram à lavoura nas imediações da vila de Belém. A respeito da chegada dos primeiros colonos açorianos no Grão Pará diz-nos Ernesto Cruz:

... "Deu-se logo princípio a um núcleo agrícola, tal como acontecera no Maranhão, quando por lá desembarcou outra leva de açorianos, conduzidos às expensas de Jorge de Lemos de Bettencourt que o fizera a troco de vantagens pecuniárias bem elevadas para a época".
(CRUZ, 1973 pág. 31) (8)

Em se tratando da colonização dirigida tal qual foi conceituada por Vania Porto Tavares, podemos considerar como ponto inicial da colonização portuguesa na amazonia a data da visita do primeiro governador do Maranhão e Grão-Pará a Belém (1627). Naquele ano, Francisco Coelho de Carvalho chegava a Belém, vindo de São Luís, "... para tomar contato com a gente da colônia e seus problemas" (MEIRA FILHO, 1976 pág. 147). Sua presença naquele ano fazia-se necessária para resolver vários problemas que preocupavam os primeiros moradores do Grão-Pará. O Governador tomou de imediato duas decisões importantíssimas para o crescimento da colônia:

- a) Fez com muita habilidade certas restrições aos resgates dos Tapuias, permitindo-os até certos limites, porque a administração não dispunha de mão de obra encontrava neles os elementos para servir ao interesse da causa pública.
- b) Deu à cidade de Belém do Grão-Pará uma fonte que garantisse sua receita tributária com arrecadações de impostos e de outras contribuições capazes de manter a economia da colônia que nascia; efetuou a doação da primeira léoa patrimonial.
(Cf. MEIRA FILHO, 1976 pág. 147).

(8) Há no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Caixas do Pará. Um documento com o seguinte título:
"Pará - 1618. Consta do Conselho ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~ da Fazenda de Sua Magestade sobre Jorge de Lemos de Bettencourt levar os 200 casais de açorianos ao Pará. Lisboa, 26 de Maio de 1618. MS do A.H.U. Lisboa.

Esta segunda medida marca de fato o início da colonização dirigida, porque com o estabelecimento dos limites da primeira légua de terra patrimonial estava aberta a fase do planejamento da ocupação territorial, visando a colonização. (9)

As medidas tomadas por Francisco Coelho de Carvalho foram relevantes para determinar o marco inicial da colonização oficial. No dia 29 de março do ano seguinte (1628), a Câmara de Belém do Grão Pará tomou posse oficialmente de sua primeira légua de terra e se iniciava com este ato um plano de ocupação do espaço. Quando Francisco Coelho retornou a São Luís ordenou, na sua passagem, a fundação da povoação do Gurupi, às margens do rio deste nome. De grande significação para o avanço do povoamento dos primeiros tempos na Amazonia foram também as medidas em favor da criação de novas Capitânicas. A preocupação que houve em estabelecer as áreas das Capitânicas e demarcá-las, para em seguida entregá-las a pessoas de confiança significa por parte dos administradores da metrópole uma visão de conjunto dos enormes problemas que tinha de enfrentar para conhecer e povoar e colonizar a área amazônica.

"O volume dos rios e a extensão das terras do Maranhão e mais as que guarneciam as do Pará, agora conjuntas com as do Ceará, representavam uma constante preocupação dos portugueses que conheciam todos esses sertões bravios sem qualquer traço de civilização ou de posse" (MEIRA FILHO, 1976 pág. 148).

Bento Maciel Parente dirigindo-se a El-Rei de Espanha demonstrava total conhecimento dos problemas de todo o litoral e do interior da Amazonia e sugeria à Corte uma hábil divisão em lo-

(9) A autora Vania Porto Tavares (In - " Colonização Dirigida no Brasil. Suas Possibilidades na região amazônica"-IPBA, 1972, p. 27) admite que a "Colonização Dirigida" no Brasil teria começado por volta de 1750, com a vinda de casais açorianos para trechos do litoral do Sul do Brasil. É engano da citada autora, porque já no início do século XVII (1818) casais açorianos aportavam no Maranhão e no Grão - Pará, para dar início aos trabalhos agrícolas estabelecidos dentro das metas traçadas para a colonização da Amazonia, conforme estamos demonstrando com base em documentos de arquivo.

tes e em Capitánias, desde a do Ceará, compreendendo em seguida as regiões de "Juruquaquara", do "Paraoassu", do "Itapuytaperá" e Cumá, do "Caité", do "Pará", de "Juannes", do "Cabo do Norte" etc., delimitando-os e citando as suas principais características geográficas e sempre reafirmando a necessidade urgente de sua colonização" (MEIRA FILHO, 1976, p. 148) (10)

Arthur Reis (Em Síntese de História do Pará pp.19/20) confirma que houve grande preocupação por parte dos Governadores e Capitães - Generais em criar Capitánias e concedê-las a súditos de confiança que se habilitassem a cultivar o solo. Foi por isso que em 1627 Feliciano Coelho de Carvalho recebeu a Capitania do Caité e depois a de Camutá.

A Bento Maciel Parente foi dada a Capitania do Cabo do Norte em recompensa de seus feitos em defesa do rio Amazonas.

A Ilha de Marajó foi dada a Antonio de Sousa Macedo e a Capitania do Xingu foi entregue a Gaspar de Souza Freitas. O Gurupá ficou como Capitania de El-Rei com Capitão - Mór e Regimento especial. Gurupá durante muito tempo teve a importante função de registro de embarcações que transitavam pelo Amazonas em operações comerciais.

Meira Filho atribui a essas Capitánias total fracasso dizendo que não " .. conheceram progresso".

Berrede nos seus "Annaes" fornece muitas referências sobre a preocupação das autoridades portuguesas em povoar e colonizar estas Capitánias bem como outras áreas da Amazonia depois da jornada do Grão-Pará. Diz Berrede:

"Neste mesmo tempo (1620) entrou na bahia da cidade de São Luiz hum navio das ilhas dos Açores, de que era Capitão Manoel Correa de Mello, que levava a seu bordo algumas famílias para povoação daquela Colonia... depois chegou também huma caravela com a mesma carga (gente) a que se seguio o Bittencourt, ... (Berrede n.485)

(10) Meira Filho, 1976 pág. 167 cita o "Memorial de Bento Maciel Parente, através do qual este grande almirante do Amazonas havia sugerido ao Rei da Espanha a divisão da Amazonia em lotes e Capitánias.

Candido Mendes de Almeida em suas "Memórias para a História do Extinto Estado do Maranhão" - Edição de 1874, reproduz o Memorial de Bento Maciel Parente.

" Entrou neste tempo (ano de 1621) outra embarcação das ilhas dos Açores com quarenta casaes, que o seu Provedor-Mor Antonio Ferreira Bitancourt também havia prometido meter no Maranhão, por contrato feito com a Coroa;"... (BERREDO, n.488).

As afirmativas de Berredo reforçam e confirmam a tese da primazia do fator economico sobre os fatores religiosos e políticos que pesaram ~~exxms~~ como elementos causadores da ocupação da Amazonia no século XVII. Neste sentido a tese de Ernesto Cruz é preferível à de Arthur Reis (11)

"Mendonça Furtado ... tinha levado de Portugal na sua companhia a Antonio Moniz Barreiros, nobre morador de Pernambuco com o despacho de Provedor-mor da Fazenda Real, que recebeu com a obrigação de levantar a sua custa na conquista do Maranhão dous engenhos de açúcar; e como era possuidor de grossos cabedaes, procurando logo facilitar a satisfação da sua promessa com novos interesses para a sua casa, esforçou de sobte as negociações com o Governador, para o provimento da Capitania nór de São Luiz em hum filho seu do mesmo nome, e apellido com mais o de Moniz, que muito apezar das emulações, que se lhe oppozerão, conseguiu o empenho com grande fortuna". (BERREDO, n. 492).

Este empreendimento de Antonio Moniz Barreiros de que trata Berredo foi realizado no ano de 1622, portanto, nos primeiros tempos da colonização do Maranhão e Grão-Pará. É muito provável que A. Moniz Barreiros gozasse de muita experiencia no lidar com engenhos de açúcar, pois sendo de Pernambuco, sua terra natal, era naquele estado o principal trabalho dos homens de cabedal o lidar com engenhos de cana de açúcar. Sem dúvida, as notícias das boas terras do Maranhão para o cultivo da cana o motivaram a ponto de insistir pelo investimento de seus "cabedaes" em engenhos de cana no Maranhão.

(11) CRUZ, Ernesto - "História do Pará." Belém, 1973. pág. 77, Ítem III -"A Influência do Açúcar na História Economica do Pará." Neste ítem, Cruz desenvolve muito bem seus argumentos em favor da prioridade total do ~~faxk~~ fator economico sobre os demais, como causa da jornada do Grão-Pará.

Ao falar do filho de Moniz Barreiros, que também se chamava Antonio Moniz, Berredo cita que ~~nen~~ foi incumbido pelo pai para fundar dois engenhos de açúcar no Maranhão:

" Levava o encargo Antonio Moniz (O filho de Antonio Moniz Barreiros) de levantar dous engenhos de assucar; obras que quando erão da sua utilidade, foy obrigação que se poz ao pay,... e entrando logo em huma destas fábricas nas margens do rio Itapicuru, a poz brevemente na sua perfeição, sendo ella a primeira de que se vio o uso naquella conquista; ... (Berredo, n.497).

Estes dois engenhos fundados por Antonio Moniz (Filho) foram no Maranhão os centros de irradiação da cultura canavieira, porque alguns anos mais tarde, quando ocorreu a invasão holandesa na ilha de São Luís (1642) foram tomados também os arredores da ilha, onde era expressiva a produção de açúcar. Os holandeses impuseram aos lavradores do vale do rio Itapecurú o pesado tributo de: " 1.000 arrobas a cada um dos cinco engenhos". (Poranduba Maranhense - Cap. VII, n. 5).

Quando os Senhores de engenho fizeram a rebelião para expulsar os holandeses, o principal chefe da rebelião foi Antonio Moniz, o mais rico e o mais antigo Senhor de Engenho situado no vale. Tinha sido já Capitão-Mór da Capitania e chefiou o povo contra o jugo dos ~~hã~~ holandeses invasores. Os ~~hã~~ holandeses haviam tomado São Luís, ~~expansã~~ haviam tomado as propriedades e o forte de Itapicuru. Os lavradores do vale haviam sido reduzidos à simples condição de fornecedores forçados.

Fica esclarecido mais uma vez que no processo de colonização da Amazonia o interesse economico primou sobre as demais razões, quer militares, políticas ou espirituais.

As instruções dadas a Castelo Branco por Alexandre de Moura não declaram o objetivo economico da expedição portuguesa ao Pará, mas deixam transparecer que o objetivo da jornada era fundamentalmente economico, por causa da recomendação incisiva do general insistindo para ... " reduzir a nós toda a gente circunvizinha", (CRUZ, 1960, pág. 104). Reforçando sua argumentação em favor dos factres economicos conclui Ernesto Cruz:

" Essa gente circunvizinha, era a mesma comã que os lolandezes contavam para as suas incussões no litoral, e para os seus engenhos, na fabricação do açúcar." (CRUZ, 1960 pág. 104)

" O Crescimento da Colônia Amazonica e a origem de seus problemas sociais."

Quinze anos decorridos depois da implantação do Forte do Castelo, origem da vila de Santa Maria de Belém do Grão-Pará, a povoação de Belém já apresentava uma configuração social que podemos chamá-la de Colônia Portuguesa na Amazonia. A tarefa do povoamento fazia-se lentamente, mas obedecendo sempre à metodologia já assinalada (Fortaleza - Igreja - Feitoria).

Obedecendo ao ritmo desse processo, a povoação se constituía de soldados no Forte e de missionários dedicados à catequese. Juntavam-se a esses os novos chegantes, ora imigrantes do Reino, das Ilhas e de outras Capitanias; ora degredados, fugitivos, ingleses, franceses e holandeses - " que restavam aprisionados ou vencidos nas lutas internas pela conquista da região".

Esse panorama social da jovem Colônia dá-nos a idéia de que Belém nasceu cosmopolita.

"Assim uma comunidade nascia para fortalecer a vida social da povoação" (MEIRA FILHO/ 76 p. 154).

Augusto Meira Filho não esconde a origem social humilde do povo da Amazonia. O Maranhão e o Pará receberam muitas remessas de degredados que a Coroa baniu dando-lhes como lugar de degredo São Luís ou Belém do Pará. O povoamento dos primeiros tempos se fez sem nenhuma seleção, embora a colonização obedecesse a um planejamento rígido. Oriundos de regiões diferentes, os portugueses do Continente e portugueses das Ilhas mesclavam-se com os silvícolas, principal base étnica da Amazonia. Desse caldeamento de raças heterogêneas teve o povo do Norte o seu fundamento social. Isto explicará mais tarde a rusticidade desses colonos que em repetidas vezes desobedeceram e afrontaram autoridades constituídas, expulsaram jesuítas. Tais atitudes tomadas não lhes provocavam nenhum pavor.

Caldeira Castelo Branco, mesmo na posição de Capitão General e fundador da cidade foi preso pelo povo de Belém e enviado preso ao Reino. Com esta mesma rudeza com esses colonos tratavam as autoridades civis, tratavam também autoridades religiosas que não se lhes pareciam oportunas.

Ficou famoso o episódio de expulsão do Padre Antonio Vieira pelos colonos do Pará em 17 de julho de 1661. O próprio Governador daquele ano, Pedro Mello, não teve forças para conter o povo furioso contra os jesuítas. Os colonos prenderam o Padre Vieira e remeteram preso a São Luís. Frei Francisco dos Prazeres Maranhão descreve em cores vivas o episódio:

"O povo de São Luís recebeu Anatonio Vieira, e com outros jesuítas remeteo em uma embarcação para Lisboa e, escreveo logo ao Pará a fim de que fizessem o mesmo aos jesuítas d'aquella Capitania" (Foranduba Maranhense, Cap. XIV n. 1 e 2).

Quarenta e três anos antes (em 1618) os antepassados desses colonos do Pará haviam metido em grilhões ao seu Capitão-General, Caldeira Castelo Branco que, depois de preso pelos soldados e pelo povo foi remetido para a Bahia donde voltou depois e tomou atitudes mais moderadas entre os colonos. (Berredo, 466).

"... ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~
 XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

... mas determinada naquella mesma noite a sua prisão, e conjurada para ella toda a guarnição da Fortaleza, seguida de povo" (Berredo, n. 466).

A base humana da colonização estava constituída pelos soldados, missionários e índios. Fizeram também parte deste panorama social, em escala bem reduzida, neerlandezes, ingleses e pessoas de diferentes nações que haviam sido aprisionadas pelos lusitanos nos combates nas águas amazonicas ou do litoral. Muitos desses estrangeiros já viviam no Pará - " havia 15 anos... trabalhando todos para o seu sustento e manutenção, com o risco de ficarem de tudo privados e morrerem de fome" (Meira Filho/76 p.155)

A presença dos casais açorianos chegados ao Pará em 1621 marca uma etapa importante no processo de colonização da Amazonia colonial, pois não demoraram a ser localizados no interior com sesmeiros e dedicaram-se ao cultivo da terra. O processo de povoamento não parou. Daí por diante começou-se a organização do espaço com vista ao aproveitamento racional da área. Uma economia regional surgiu na região de Belém com base sobretudo na cultura da cana e na criação de gado.

(... / ...)

No Tomo III dos Annaes da Biblioteca e Arquivo Público do Pará há uma relação nominal de ~~218~~ 2.158 sesmeiros que foram contemplados com sesmarias no Maranhão, Pará e Ilha do Marajó. Esta quantidade de proprietários é significativa do esforço que foi feito para que a terra fosse cultivada.

Até o ano de 1631 a vida economica de Belém do Grão-Pará foi pouco expressiva por causa, sem parte, da falta de dedicação às fainas agrícolas, pois a coleta das drogas consumia todas as energias dos poucos habitantes da villa e seus arredores, por outro lado, a retração indígena face à guerra dos colonos deixava a população do burgo sem aqueles a quem chamavam de "prisioneiros de guerras" reduzidos à mais vil das escravidões. O desenvolvimento da povoação girava em torno da possibilidade de fazer escravos como mão de obra.

"Seu desenvolvimento (referindo-se a Belém) girava em torno da posição desses cativeiros, do volume dos resgates e do maior ou menor número de descidas de silviculturas de suas tribos para o povoado".

(MEIRA FILHO, 1976, pág. 159 - vol. I).

O primeiro Governador do Maranhão, Francisco Coelho de Carvalho esforçou-se para regularizar a administração do Pará, onde a única preocupação dos primeiros colonos era escravizar índios e com eles vasculhar a floresta à procura das drogas do sertão - atividade que marcou o ciclo inicial da história economica da Amazonia. (Reis, 1960 - SPVEA, p. 15).

As primeiras determinações do Governador visavam conseguir vários fins:

- melhorar o tratamento do gentio por parte dos colonos,
- conquistá-los pacificamente e fazer com eles alianças para organizar a defesa de posições já conquistadas aos estrangeiros,
- com o apoio dos chefes indígenas formar entradas para penetrar o interior e vigiar o litoral, para liquidar definitivamente as posições fortificadas dos estrangeiros que insistiam em localizar-se na região Norte do Brasil.

A colonização em Belém estava em marcha. Os problemas eram enormes e o desenvolvimento quase invisível no povoado.

(.... / ...)

Urgia por parte do Governo português da metrópole a remessa de colonos lusitanos ou de outras possessões do Império para atender ao aumento demográfico do Grão Pará com elementos europeus. Em Abril de 1619 chegou a Belém uma frota vinda dos Açores trazendo Jorge de Lemos Bittencourt que havia celebrado contrato com o Reino para fornecer colonos alheus ao Brasil.

Nesta frota veio com ele Simão Estácio da Silveira, autor do trabalho que ficou famoso na Europa pela propaganda que fez das novas conquistas do Maranhão. O trabalho de Simão Estácio da Silveira circulou impresso em Lisboa em 1624 e mobilizou muitas famílias que transmigraram para o Nove Estado do Maranhão e Grão-Pará. Foi a "Relação Sumária das Cousas do Maranhão" um importante fator de propaganda das novas epopéias dos lusitanos na Amazonia.

A colonia de Belém cresceu rapidamente depois da chegada dos açorianos e quinze anos depois da construção do Forte do Castelo e da fundação da humilde povoação de Santa Maria de Belém do Grão-Pará, a nova colonia não era apenas um porto de desembarque. Eram ruas organizadas e povo produzindo para o comércio com o Reino.

"O domínio português cada vez mais se fortalecia e se caracterizava profundamente no seio da floresta".
(MEIRA FILHO, 1976 p. 160).

" Os Canaviais e Engenhos do século XVII no Grão-Pará".

Já ficou evidenciado pelas teses de Ernesto Cruz que não foram só razões de defesa que levaram os portugueses à conquista do Pará em 1616. A tese da primazia do fator economico sobre o fator segurança é tanto mais válida, quando ficou demonstrado que holandeses, ingleses e franceses haviam implantado a cultura da cana e fabricado açúcar na Amazonia antes da jornada de Francisco Caldeira de Castelo Branco. O que se vai mostrar a seguir é a função economica desses primeiros engenhos da Amazonia e seu papel como instrumentos de colonização.

Uma carta de El-Rei escrita em 2 de setembro de 1684 ao Governador do Maranhão, Francisco de Sá e Menzes recomendava-lhe expressamente que conciliasse a saída dos navios do Pará com a partida da frota do Brasil, para evitar o perigo dos corsários. (CRUZ, 1973 - História do Pará. p. 81).

Insistentemente, os vereadores do Pará faziam representações ao Reino pedindo escravos negros para trabalhar nos engenhos de açúcar que aumentavam rapidamente na região de Belém. Tal aumento devia-se ao vultoso negócio que o açúcar lhes proporcionava no comércio com o Reino. A Coroa esteve sempre muito atenta à tais solicitações porque a Fazenda Real beneficiava-se grandemente do comércio açucareiro de todo o Brasil.

Quando chegavam os navios negreiros, a "mercadoria humana" era repartida entre os Senhores de Engenho e Lavradores do Maranhão e do Pará.(12)

(12) Cf. Carta Régia de 20 de dezembro de 1695~~4~~ dirigida a Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho a quem era recomendado o seguinte:

(...) - " E porque os Officiaes da Camara do Grão-Pará, me representarão também a grande necessidade, que aquella Capitania tem de Escravos para o trabalho das lavouras, de que depende, o augmentarem-se os Engenhos de Assucar em utilidade daquelles moradores e das rendas Reaes; Me pareceo ordenar-Vos, que dos escravos, que se meterem nesse Estado

(.../

Determinações posteriores recomendavam ao Governador do Maranhão que canalizasse o esforço de produção em ... "lavar cana e levá-la a fabricar aos Engenhos" (Cruz, /73 p.81). Cruz afirma que o Engenho Santa Tereza de Monte Alegre dos frades do Carmo fora levantado em 1627 e prosperou rapidamente, bem como outro engenho dos padres jesuítas construído em 1669 no rio Moju. Este dos jesuítas tornou-se " um dos mais importantes da Capitania" pelo volume de produção.

A próspera produção açucareira sofreu séria concorrência da produção de cachaça dos engenhos menores que eram também chamados de "egenhocas". A aguardente que passou a ter elevado consumo no Pará e no Maranhão rendia mais lucros aos Senhores de engenho e tinha consumidores mais perto. Desta forma, os lucros da Real Fazenda foram seriamente ameaçados pela concorrência da aguardente que se tornou senão proibida (o que era impossível) porém muito controlada a sua fabricação. Ficariam punidos por lei os que produzissem mais aguardente do que açúcar.

...) -" façais igual repartição, assim na escolha como no número delles; ficando a metade nessa cidade do Maranhão, e a outra metade va para a Capitania do Pará, na qual repartição não somente se faça pellos Senhores de Engenhos mas também pellos lavradores." (In Annaes da Biblioteca e Arquivo Público do Pará. TOMO I. Doc. n. 59).

A respeito do mesmo assunto verifique-se também o Relatório João Antonio da Cruz Diniz Pinheiro, ouvidor que foi do Maranhão. Seu relatório foi feito em 1751 e é minucioso na descrição das riquezas das Capitánias do Maranhão e Pará. Encontra-se transcrito na obra de João Lúcio de Azevedo - " Os Jesuítas no Grão Pará". Lisboa, 1901. pág. 343: "Apendice".

(.../...)

A fase que antecede o Consulado Pombalino foi marcada por duas etapas da produção açucareira e de aguardente: uma caracterizada pelo rápido surto produtor a ponto dos engenhos de fabricar açúcar somarem 24 e as engenhocas de aguardente somarem (77) 77, conforme o relatório do Ouvidor Diniz Pinheiro em 1751. (13)

Os 24 Engenhos do Pará chamavam-se Engenhos Reais, conforme Antonil (14) - "por terem todas as partes de que se compõem, e todas as oficinas perfeitas, cheias de grandes números de escravos, com muitos canaviais próprios, e outros obrigados a moenda; e principalmente por terem a Realeza de moerem com água, a diferença de outros, que moem com cavalos e bois, e são menos providos e aparelhados". (Cruz, 1960, p. 14).

É curioso o fato que entre as 77 engenhocas de fabricar aguardente, 24 delas pertenciam aos lavradores e 2 outras bem aparelhadas pertenciam aos religiosos carmelitas e aos jesuítas. O que evidencia que já naquela época vender cachaça era um bom negócio mesmo para os missionários. Os dois engenhos dos missionários eram o Engenho de Santa Tereza de Monte Alegre, à margem esquerda do rio Guamá, propriedade dos religiosos do Carmo e o Engenho Jaguarary, no rio Mojú (Mojú), propriedade dos jesuítas do Pará.

"Ambos com centenas de escravos - diz Ernesto Cruz - de índios^s submissos, que deram às duas propriedades a fama e prosperidade que os cronistas coloniais registram com merecido destaque". (Cruz, 1960, p. 143).

O Relatório do Ouvidor Diniz Pinheiro é minucioso na descrição da situação econômica do Maranhão e Pará com relação aos canaviais e com relação à fabricação de açúcar e de cachaça: No Grão Pará e Maranhão o Ouvidor arrolara o total de 31 Engenhos Reais (os movidos a água) distribuídos por várias propriedades. Dos 5 Engenhos Reais da Capitania do Maranhão um deles era de propriedade dos Padres do Carmo, no rio Itapicurú, "com mais de duzentos escravos", diz o Ouvidor.

(13) João Antonio da Cruz Diniz Pinheiro, Ouvidor que foi do Maranhão encarregado de fazer o levantamento da riqueza daquele Estado em 1551.

(14) André João Antonil: " Cultura e Opulencia do Brasil, por suas drogass e minas". Edição anotada por Orlando Valverde In Boletim ~~Geográfico~~ Geográfico - Ano XX (1962) n. 166

Esta relação de engenhos com seus respectivos proprietários dá-nos claramente a idéia da função economica do açúcar no Estado do Grão-Pará e no Maranhão.

Na sua relação, Ernesto Cruz apresenta 33 Engenhos Reais de fabricação de açúcar fino para exportação e 150 engenhocas que fabricavam principalmente cachaça, açúcar moreno, rapadura padura, mel de engenho e álcool em pequena quantidade. Merecem destaque muito especial os 33 engenhos de fabricar açúcar fino de exportação para o Reino. Este açúcar fino desses engenhos garantia juntamente com o tabaco e o algodão o grosso do comércio com a Europa.

Eis a relação nominal dos principais engenhos que foram construídos entre os séculos XVII e XIX.

A - Região do Abaeté: (2 engenhos).

1. Fazenda e Engenho São Francisco, de Antonio Francisco Correia Caripuna.
2. Faz. e Eng. São José, de José Honório Roberto Maués, no rião Tucumanduba.

B - Região do Acará: (3 engenhos).

1. Engenho Real do Acará, de João Valente Purtado de Mendonça.
2. Engenho Itapicurú.
3. Engenho do Juassu, de Manoel de Moraes.

C - Região do Anapú: (1 engenho).

1. Engenho Anapú, do Alferes Felipe Corrêa de Sá.

D - Região do Arary: (1 engenho).

1. Engenho Santana, dos Mercedários, situado na foz do rio Arary (Marajó).

Região do Barcarena: (1 engenho).

1. Engenho São Mateus, do português Mateus Magno Ferraz.

F - Região do Bujarú : (1 engenho)

1. Engenhoca do Bujarú, dos frades Carmelitas Calçados, à esquerda do rio Bujarú.

G - Região do Capim: (1 engenho).

1. Engenho São José, do Sr. Calixto.

(... / ...)

Neste Engenho São José do Sr. Calixto esteve hospedado Wallace que verificou que o engenho tinha 50 escravos negros e que ali fabricavam açúcar e cachaça.

H - Região do Carapajó: (1 engenho).

1. Engenho do Caralo do Carapajó, de João de Moraes Biten-court, Mestre de Campo. Trabalhavam ali escravos e índios.

I - Região do Guamá: (3 engenhos).

1. Engenho Real de Mocajuba, de Feliciano José Gonçalves, que o havia comprado do Capitão João Pedro de Oliveira Furtado de Mendonça.
2. Engenho Murutucu.
3. Engenho Utinga, de João Antonio Rodrigues Martins.

J - Região do Rio Moju: (5 engenhos).

1. Engenho do Serrão, de José Pacheco Serrão de Castro.
2. Engenho Itaboca, de Domingos Monteiro de Neronha.
3. Engenho Real de Ibirajuba, de Dona Catarina da Costa, que em 1743 o doou aos jesuítas.
Neste engenho esteve hospedado o cientista francês Carlos Maria de la Condamine (1743).
4. Engenho de Jaguarary, de Ambrósio Henriques da Silva Pombo. Este engenho fora construído em 1669 pelos jesuítas e depois vendido. Neste engenho hospedaram-se os naturalistas Spix e Martius em 1819.
5. Engenho Juquiri-Assu, de Bento Alves da Silva, tesoureiro da Fazenda.

No vale do rio Moju concentravam-se os maiores engenhos de fazer açúcar. Por volta de 1849, quando Bates visitou esta região, todos os engenhos do vale eram muito prósperos.

K - Ilha do Marajó: (1 engenho).

1. Engenho Maruaru, de João Furtado de Mendonça.

L - Região de Óbidos: (1 engenho).

1. Engenho do Major. Foi visitado por Bates.

M - Região do rio Tocantins: (1 engenho).

1. Engenho Curussambaba, no Tocantins à margem direita, de Manoel Pestana de Mendonça, Capitão Mór do Camutã.

- N - Localidade Ponta de Pedras: (2 engenhos).**
1. Engenho dos Santos Reis, de Mateus de Carvalho.
 2. Engenho Vista Alegre, de Antonio Ferreira.

- O - Região de Val de Cães: (9 engenhos).**
1. Engenho Val de Cães, dos frades Mercedários.
 2. Engenho N.S. do Monte Líbano, no Guamá.
 3. Engenho Tauau.
 4. Engenho Itapicurú, no rio Acará.
 5. Engenho Marauarú, no rio Caniticú.
 6. Engenho Guajará-Miri, no rio Guajará.
 7. Engenho Tapecuru.
 8. Engenho Apuruaga, no rio Capim.
 9. Engenho Marapatá, na bahia de Marapatá.

Éis a relação das 150 engenhocas de fabricação de aguardente, açúcar moreno, rapadura, mel e álcool.

- 32 Engenhocas na região do Abaeté fabricando exclusivamente aguardente.
- 18 Engenhocas na mesma região fabricando açúcar moreno e mel.
- 10 Engenhocas na região do Afuá fabricando cachaça e açúcar moreno.
- 1 Engenhoca em Ananidéua fabricando apenas rapadura.
- 15 Engenhocas na região de Bragança fabricando exclusivamente cachaça.
- 1 Engenhoca em Ponta de Pedras fabricando cachaça.
- 30 Engenhocas na região de Breves fabricando conjuntamente açúcar moreno e aguardente. A produção açucareira nessas 30 engenhocas variava entre 1.500 a 12.000 quilos por safra.
- 25 Engenhocas no vale do Igarapé-Mirim fabricando mel, aguardente e álcool.
- 8 Engenhocas na região de Timboteua fabricando exclusivamente cachaça e rapadura.
- 2 Engenhocas do Gurupá fabricando açúcar. Nessas duas engenhocas verificou-se que 70 toneladas de cana renderam 7.000 quilos de açúcar e 50 toneladas de cana deram 5.000 quilos de açúcar.

A produção de açúcar do Pará no período colonial nada deixava a desejar aos plantios de hoje quando o rendimento considerado ótimo é de 1.000 quilos de açúcar para dez toneladas de cana.

- 1 Engenhoca em Vizeu, fabricando cachaça, açúcar e rapadura.
- 1 Engenhoca no local de João Coelho.
- 1 Engenhoca na localidade Monte Alegre.
- 2 Engenhocas na localidade Muaná, fabricando cachaça, álcool e açúcar fino (açúcar branco).
- 2 Engenhocas sem Cametá, fabricando cachaça.

Os holandeses e ingleses já haviam inaugurado a fabricação do açúcar na Amazonia nas suas Feitorias. E o açúcar foi o principal motivo da conquista do Pará pelos lusitanos que deram continuidade à exploração desse produto na região amazonica. O próprio Caldeira Castelo Branco já tinha canaviais plantados em 1623, conforme atestam seus companheiros de jornada. Toda a Capitania encheu-se de engenhos e de engenhocas ocasionando o surgimento de uma nobreza de açúcar no Grão-Pará.

Mas apesar da existencia dos 33 engenhos de açúcar fino e das 150 engenhocas o Rei D. José I determinou por aviso de 16 de junho de 1761, que a quota de exportação do Pará fosse diminuída e que se fabricasse somente o açúcar que fosse necessário ao consumo e comércio interior de Esta de Grão Pará.

Ernesto Cruz estudou detidamente esse assunto e aponta como causa desse medida a pressão dos consumidores estrangeiros que preferiam o açúcar da Bahia e de Pernambuco por considerarem-no de melhor qualidade e ~~maior~~ melhor apresentação. Esta razão é de fato plausível, mas não elimina uma outra que é o interesse de classe (a classe de Senhores de Engenho do Nordeste). A influencia dos Senhores de Engenho da Bahia e de Pernambuco que há muito mantinham o monopólio da exportação de açúcar para a Europa viu-se de repente ameaçada pela crescente concorrência do açúcar do Pará. Esta classe social do Nordeste que já era poderosa pressionou o monarca português no sentido de que fosse vetada a exportação de açúcar do Norte. (Pará). Com esta pressão dos Senhores de Engenho do Nordeste, o Monarca foi obrigado a restringir a exportação do Pará, deixando com os Senhores de Engenho do Norte apenas a tarefa de abastecimento do mercado interno.

Esta razão do interesse de classe justifica também as medidas que os Senhores de Engenho do Pará tomaram frequentemente desobedecendo a El-Rei por não fazerem açúcar e dedicarem-se ao fabrico da cachaça que no mercado interno dava-lhes maiores lucros. A esse respeito diz Ernesto Cruz:

"Desde que o açúcar não compensava os gastos dos Engenhos, e não podia ser exportado, para não prejudicar a produção da Bahia e de Pernambuco, nada mais certo que a fabricação de bebida em grande escala."
(CRUZ, 1973 pág. 107).

A findar o século XVII, a situação do povoamento da Amazonia era a seguinte:

O rio Solimões na parte superior estava povoado por jesuítas castelhanos; na bacia amazonica, nos domínios portugueses o povoamento assim se distribuía:

Belém e arredores estava povoado e com florescentes lavouras de cana e tabaco. Ao longo do rio Amazonas pontilhavam pequenos núcleos de missionários e fortalezas militares que deram origem a Gurupá, Santarém, Óbidos, Manaus.

O vale do rio Negro até as cachoeiras estava povoado pelos carmelitas e o vale do Rio Branco havia sido penetrado por portugueses, mas não havia sido ocupado ainda. O vale do rio Madeira estava povoado pelas aldeias jesuíticas. Núcleos antigos como Borba (aldeia do Trocano) e Itacoatiara tiveram suas origens nos aldeamentos dos jesuítas.

No vale do Tocantins, Cametá era o ponto extremo de ocupação. A ocupação e conquista do Tocantins de Cametá para cima será epopéia do século XVIII na qual tomaram parte muito ativa os vaqueiros de Pastos Bons que em procura de melhores pastagens para seus rebanhos buscaram o médio Curso do Tocantins à altura de Carolina e Tocantinópolis e daí irradiaram para baixo em direção ao Pará e para cima em direção a Goiás.

No Maranhão, os núcleos povoados no século XVII eram Caeté no litoral (Bragança), Tapuitapera e a Ilha de São Luís. Haviam sido ocupados com alguns engenhos de cana os vales do Mearim e do Itapecurú. (15)

(15) Consulte-se a respeito do povoamento do século XVII os trabalhos seguintes:

- a) NEIVA, Arthur Hehl - "Povoamento do Brasil no século XVIII" In Revista de História (PUC) n. 10, Ano III (1952.p.379)
- b) CARVALHO, João Renôr Ferreira de - "As Bases históricas da área da Belém-Brasília", 1977 (mimeografado).

As Primeiras Estradas na Amazonia

Vários documentos apresentam descrições// detalhadas sobre as primeiras estradas que foram abertas na Amazonia. A primeira estrada aberta na Amazonia foi a picada feita por Pedro Teixeira em março de 1616, logo depois da fundação do Forte do Presépio.

Depois que Francisco Caldeira Castelo Branco enviou ao Reino o seu relatório sobre as ocorrências// de Pará (conquista) enviou também notícias a Jeronimo de Albuquerque que ficara no Maranhão no governo daquele Estado recém-conquistado aos franceses. Castelo Branco incumbiu ao alferes Pedro Teixeira a tarefa de fazer por terra a viagem entre Belém e São Luís. Pedro Teixeira deveria informar pessoalmente ao Capitão mor do Maranhão sobre todas as ocorrências da nova conquista e da nova fortaleza edificada. Deveria relatar a situação da tropa e solicitar novos recursos, víveres, soldados e imigrantes para garantir pelo povoamento efetivo a posse dessa nova conquista. Teixeira partiu de Belém a 7 de março de 1616...

... "Acompanhado de Antonio da Costa, três soldados pagos e um grupo de índios flexeiros". (16)

Vencendo enormes obstáculos da natureza ainda desconhecida no trajeto percorrido e enfrentando a resistencia dos Tupinambás, Senhores de toda a região, Teixeira chegou com sua pequena escolta a São Luís depois de dois meses de marcha a pé.

"Essa viagem veio rasgar, através de uma região exuberante, mas hostil, o primeiro caminho terrestre ligando São Luís a Belém." (Studart Filho, 1959, pág. 162).

Ernesto Cruz assegura que a rota percorrida por Pedro Teixeira em 1616... "partia de Belém, subia o Guamá, passava por Ourém e Bragança e saía na costa junto ao Turiassú."

(16) Studart Filho, Carlos - "Fundamentos Geográficos e Históricos do Estado do Maranhão e Grão-Pará."
Biblioteca do Exército Editora, 1959. Rio. pág.162.

Meira Filho argumenta que a razão maior que determinou a abertura dessa primeira estrada de Belém a São Luís foi de ordem econômica para ... "facilitar a remessa e permuta de mercadorias e de outros interesses das duas Capitanias". (Meira Filho, 1976 p.131).

Posteriormente outras vias de comunicação foram abertas varando a selva amazônica e ao longo das praias para evitar os obstáculos do caminho marítimo no sentido Belém-São Luís, travessia que por mar se tornava quase impossível. Ernesto Cruz cita o Padre Vieira dando as razões dessa dificuldade de navegação para quem partia do Pará para ir ao Maranhão via marítima.

"Com esta contrariedade contínua das águas e dos ventos que ordinariamente são brisas desfeitas, fica toda a costa deste Estado quase inavegável para barlavento, de sorte que do Pará para o Maranhão de nenhum modo se pode navegar por fora". (Cruz, 1973 p.33).

Como se vê pela citação de Cruz a viagem por dentro (por terra) era um imperativo da própria natureza. Pedro Teixeira conhecia os mares e sabendo da dificuldade arriscou o trajeto a pé ciente que seriam menos demorado e razoável, sobretudo porque os indígenas da região conheciam o trajeto para se ir de Belém a São Luís.

O mesmo alferes Pedro Teixeira abriu outra estrada entre Belém e Alcântara. Estrada que depois de vários anos de uso caiu no esquecimento e foi abandonada, depois que os meios náuticos foram sendo aperfeiçoados favorecendo as viagens pela costa. No início do século XVII essas estradas desempenharam função relevante para as primeiras comunicações regionais. A estrada aberta por Teixeira em 1616 foi mais tarde reaproveitada em face da determinação régia de 31 de março de 1722, em que sua Magestade recomendava a João da Maia da Gama para acabar de fazer o caminho que Cristóvão da Costa Freire havia começado "em tempo de seu governo". A estrada foi uma necessidade porque se tiravam ... "as maiores utilidades em se comunicarem, e commerciareem por terra sem trabalho, e risco de hũa navegação por mar tão perigosa e prolongada". (Cruz, 1973 p.33)

(.../...)

A referida carta régia de 31 de março de 1722 de D. João V. insistia que a conclusão da estrada entre Belém e São Luís era de total interesse da Fazenda Real.

Escrevia El-Rei ao Governador João da Maia da Gama:

"Dom João etc... Faço saber avos João da Maya da Gama Governador e Capitão General do Estado do Maranhão, que havendo visto o que me fez presente Francisco Galvão da fONSECA Ouvidor Geral que foi da Capitania do Pará, em carta de quatro de Mayo do anno de mil e setecentos e vinte os grandes interesses que se podiam seguir aos moradores desse Estado, abrindo-se hum caminho pella terra firme por onde são fazer jornada de hũa para outra Capitania utilizando-se reciprocamente no comércio, que com mais facilidade possam fazer hũns com outros; attendendo ser este o meyo hum dos mais importantes que pode haver nesse Estado, e de se por em prática, se poderão seguir aos moradores das duas Capitancias de São Luiz e Pará, e mais povoações as maiores utilidades, em se communicarem por terra sem trabalho, e risco de hũa navegação por mar tão perigosa,..."(17)

A preocupação com as estradas foi muito grande durante o Consulado Pombalino. Nesse período, foram incentivadas as vilas e as comunicações entre elas. Uma carta de 24 de fevereiro de 1755, enviada da chancelaria real para o Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado ~~parax~~ parabenizava-o pela fundação das vilas de Bragança e Ourém e pela abertura de uma estrada por terra " para a comunicação das duas novas villas". Diz o documento:

"... Fiz presente a S. Mgde. a carta de V Sa. de 10 de Septro; em que da conta do estabelecimento das duas V. as (vilas) de Bragança e Ourém nas margens dos dons Rios Guamá e Cayeté, e determinando para a primeira ~~sem~~ povoadores, ..."

" ...Fiz presente a S. Mgde o mapa, que com esta

(17) Cf. Annaes da Biblioteca e Arquivo Público do Pará.

TOMO PRIMEIRO - Documento n. 147. Reedição, 1969.

carta me remeteu V.Sa., em que se mostra a estrada q. V.Sa mandou fazer por terra para a comunicação das duas novas Vas.(vilas) acima declaradas e o mesmo Sr. foi servido approvar este projeto, vista a falta de indios, q. experimentariam pa. se poderem communicar por mar os habitantes dellas." (18)

Essas estradas abertas no século XVII foram aproveitadas em todo o século XVIII e serviram de roteiro para o traçado das modernas rodovias do século XX.

Em 1811, o Major português Francisco de Paula Ribeiro encontrara vestígio da antiga estrada do Pará para o Maranhão. A velha estrada passava perto da atual cidade de Viana, tocando as localidades de Estiva, Anajatuba, atravessava o rio Mearim, o Pindaré e o Turi. Daí rumava para Belém.

Capistrano de Abreu opina que esta rota não era a da primitiva estrada de Pedro Teixeira, mas sim uma estrada que em 1770 ... " abriu com exito não muito satisfatório Evaristo Rodrigues, natural de Pernambuco, para introduzir no Pará gado do Maranhão e do Piauí." (19)

O importante dessas informações é que a preocupação com as estradas na Amazonia esteve presente na mente dos dirigentes lusitanos desde os primeiros momentos (1616) da conquista do Grão-Pará. Esta infra-estrutura montada pelos portugueses foi reaproveitada pela engenharia moderna por representar profundo conhecimento da topografia da Amazonia e muito senso de realismo.

(18) Cf. Códice n. 665 - Arquivo Público do Pará.

Documentos Manuscritos. Belém. (Biblioteca Pública).

(19) Cf. ABREU, João Capistrano de - "Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil". Editora Civilização Brasileira / MEC, 1975 pág. 59.

"Os incentivos à lavoura e à colonização dirigida"
(O Desenvolvimento da Amazonia no século XVIII)

Durante mais de cento e cinquenta anos a colonização se tornara função direta da mão de obra nativa. Era do gentio que o colono recebia as primeiras experiencias de adaptação à nova vida do trópico amazonico. Tal conjuntura explica-se também pela escassez de população do Reino que deveria atender a todos os seus domínios e não podia fazer remessas de colonos a contento das necessidades do novo mundo. Por isso, o recém-criado núcleo populacional de Belém teve sua base demográfica na população nativa que se viu acrescida de soldados e missionários. Eram esses os moradores dos primeiros tempos.

Passaremos a abordar a colonização da Amazonia sob o prisma dos incentivos oficiais para destacar uma série de medidas políticas que foram tomadas pela administração portuguesa a fim de racionalizar a produção agrícola e equipar a região de uma infra-estrutura administrativa capaz de reativar a produção, a exportação e a comercialização dos produtos amazonenses na Europa. Semelhante política economica só foi possível com o proteccionismo estatal e com o dirigismo de Marquês de Pombal e de seus sucessores, notadamente Martinho de Melo e Castro, que depois de Pombal voltou-se também para a Amazonia. Dom Rodrigo de Souza Coutinho que foi nomeado para Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinhos também manteve uma política de incentivos voltados para a região amazonica. Dom Rodrigo de Souza Coutinho (Conde de Linhares) à exemplo de Pombal(20) confiou a Amazonia a seu irmão D. Francisco Maurício de Souza Coutinho que definiu mais elaramente os objetivos da colonização da Amazonia.

(20) Obs. O Conde de Linhares estando à frente do Ministério do Ultramar deu continuidade à politica pombalina. Seu paralelo com o Marquês consiste no fato que nomeou também seu irmão D. Francisco Maurício de Souza Coutinho para governar o Grão-Pará, como já o fizera nateriormente Pombal, nomeando Francisco Xavier de Mendonça Furtado para Governador do mesmo Estado (1551).

"Linhares - diz Arthur Reis - que possuía um sentido admirável das realidades do Ultramar Português, além do que se contém no Sistema Político que mais convém à nossa coroa obrace para a conservação dos seus vastos domínios, particularmente dos da América, plano seguro, penetração aguda das condições fisiográficas e humanas a que Portugal precisava atender nas colonias, cogitou muito em particular das coisas da Amazonia. Seus problemas, sua produção, foram objeto de especial exame do estadista, que compreendeu a autonomia geográfica do vale." (Reis, 1940 p.118).

As numerosas ordens régias que emanaram do Consulado Pombalino para os Governadores da Amazonia regulamentando o povoamento, a estrutura produtiva, a cultura, a segurança da região, a lavoura de espécies vegetais que mais se dessem na terra, as rendas, a localização dos núcleos populacionais e verificando os efeitos dessas medidas demonstram que da diplomacia inaugurada por Alexandre de Gusmão até a independência do Brasil a colonização da Amazonia foi dirigida, amparada e estimulada pelo Governo Português.

O termo colonização dirigida tem aqui a conotação muito específica e significa colonização concebida e posta em prática pelo governo. Neste sentido e dentro desta conceituação, vamos dar como marco inicial dessa colonização a publicação das Instruções dadas pela Rainha Dona Mariana de Áustria ao Governador da Capitania de Mato Grosso, Dom Antonio Rolim de Moura em 19 de janeiro de 1749, inspiradas fortemente por Alexandre de Gusmão. Esta legislação que mostra a diplomacia da época é bem explícita também nas "Instruções Régias Públicas e Secretas para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Capitão General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, datadas de 31 de maio de 1551, inspiradas pelo Marquês de Pombal, já Ministro de D. José I. no início de seu reinado." (21)

Gusmão e Pombal podem ser considerados os dois estadistas que conceberam a política de aproveitamento racional da Amazonia.

(21) Esta documentação encontra-se na íntegra no trabalho monumental do Prof. MENDONÇA, Marcos Carneiro de - "A Amazonia na Era Pombalina" (3 volumes) Publicação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio, 1963.

Dom Antonio Rolim de Moura em Mato Grosso e Mendonça Furtado no Grão Pará foram os governadores que colocaram em andamento a política de valorização econômica da região. A análise das "Instruções" emanadas do Conselho Ultramarino para esses dois governadores permite deduzir a essência da orientação política que foi posta em prática. Nas "Instruções ao Governador de Mato Grosso (Cf. A Amazonia na Era Pombalina, Tomo I, pág. 15) nos parágrafos 1,2,3,4 e seguintes fica muito claro que a colonização com fins econômicos e a defesa são as principais tarefas dos Governadores. Diz o Parágrafo 1º das Instruções ao Governador de Mato Grosso:

"... atendendo a que no Mato Grosso se requer a mior vigilancia por causa da vizinhança que tem, houve bem determinar que a Cabeça do Governo se pusesse no mesmo distrito de Mato Grosso; no qual fareis a vossa mais costumada residencia. Mas será conveniente que também algumas vezes vades ao Cuiabá, e a outras minas do mesmo Governo, quando o pedir o bem do meu serviço e a utilidade dos moradores".

Parágrafo 2º :

"... Por se ter entendido que Mato Grosso é a chave e o propugnáculo do sertão do Brasil pela parte do Perú, e quanto é importante por esta causa que naquele distrito se faça população numerosa (grifo nosso) e haja forças bastantes a conservar os confinantes em respeito, ordenei se fundasse naquela paragem uma vila (Vila Bela) e concedi diversos privilégios e isenções para convidar a gente que ali quisesse ir estabelecer-se."

Parágrafo 3º :

"... vos recomendo que examinando os sítios daquele distrito, onde bem possa colocar-se a vila, escolhais o mais próprio para a sua estabilidade e o mais cômodo pelas suas circunstâncias, atendendo a que o lugar seja defensável e, quando for possível, vizinho ao rio Guaporé ou a algum outro navegável que nele deságue para lograr as comodidades da navegação e da pesca." ..

(.../...)

Parágrafo 4º :

"... Quanto aos privilégios e isenções que tenho concedido, considerareis se se poderão, sem inconveniente, acrescentar alguns outros que contribuam a convidar moradores e mineiros para irem povoar aquele território."

Fica demonstrado que são abundantes as recomendações no documento régio para que o Governador zele e se empenhe pela fixação e estabilidade dos moradores, que estimule a pesca, a lavoura, a navegação e o comércio.

x x x x x

8

"O Protecionismo Estatal na Amazonia".

A Política inaugurada pelo Marquês de Pombal (1751) na Amazonia tem a característica fundamental de que a região foi sempre supervisionada por pessoas ligadas diretamente ao Marquês.

Três documentos régios de D. José I, seguramente de inspiração do Marquês, foram promulgados entre abril e junho de 1751 concedendo privilégios especiais a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Pombal. Os três documentos foram assinados todos antes de Mendonça Furtado ser enviado ao Pará. O que evidencia a participação também de Mendonça Furtado na elaboração dos decretos régios.

- Em 27 de abril (1751) saiu a carta de mercê do título de conselheiro de S. Magestade a Mendonça Furtado.
- Em 31 de maio do mesmo ano saíram as "Instruções Régias Públicas e Secretas para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Capitão General do Estado do Grão-Pará e Maranhão. É o documento mais importante do ponto de vista político porque concedia ao Capitão-General amplos poderes de ação na Amazonia ao mesmo tempo que especificava-lhe o método de governar uma comunidade tão dispersa e vivendo em estado contínuo de conflitos por causa da divergencia de interesses entre colonos e missionários. O novo Governador deveria munir-se de poderes excepcionais, porque além da função de Governar tão vasto domínio, teria de impor a autoridade oficial para resolver o sério problema dos índios, dos colonos e dos padres da Companhia de Jesus.

(.../...)

- Em 7 de junho (1751) saiu a carta de patente de Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Grão-Pará a Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

A promulgação desses três documentos régios seguidamente prova, pela sua sequência e pelo conteúdo, que a matéria fora discutida e bem refletida com o próprio Governador do Grão-Pará antes de sua partida para a Amazonia, de modo que fora fixado para a região amazonica uma ampla plataforma administrativa com antecipação. As "Instruções públicas e secretas" promulgadas a 31 de maio de ~~1751~~ 1.751 podem por isso ser consideradas a "Primeira Constituição Política da Amazonia".

Nesse documento de fundamental importancia para a história da região Norte é muito explícito o propósito de desenvolver a região amazonica, pela implantação de bases economicas sólidas e permanentes. No conjunto de 38 artigos do documento há 9 artigos que tratam especificamente:

- a - da problemática do assentamento dos colonos, da repartição de terras e dos incentivos oficiais para estimular a lavoura.
- b - do sistema de cultivar a terra e da prioridade das lavouras a serem estimuladas pelo Governo.

Os parágrafos 1. 6. 8. 12. 17. 19. 27. 32. e 33. dessa "Constituição da Amazonia" (termo e grido nosso), são bastante elucidativos da orientação política que deveria ser seguida em todo o Estado do Grão Pará e Maranhão.

Vejamos alguns tópicos desse documento:

Art. 1º - " Confiando de vós, que me servireis com a atividade e zêlo e prudencia que requerem os negócios do Estado vos encarrego, em primeiro lugar, que atendais muito à Glória de Deus, ... como também das povoações desse Estado".

.....

Art. 6º - " ... e quero que só valha esta minha resolução que fui servido tomar no decreto de 28 do corrente, (22) que baixou ao Conselho Ultramarino para que todos os moradores do Estado cuidem em fabricar as suas terras

(22) Referencia a um decreto de 28.5.1751, publicado antes destas Instruções Régias, recomendando o trabalho da terra aos habitantes do Pará.

como se usa no Brasil, ou pelo serviço dos mesmos índios, pagando a estes os seus jornais (tarefas) e tratando-os com a humanidade, sem ser, como até agora se praticou, com injusto, violento e bárbaro rigor."

Art. 8^o : "Para o estabelecimento acima referido cuidareis muito... pelo cuidado dos missionários que os exortarão (exortarão os índios) a virem cultivar as terras, propondo-lhes para esse fim conveniências nos jornais e comodidades que não de perceber no dito exercício, ... (cultivo da terra).

.....
 Art.12^o : "Com os novos moradores que mando desta cidade (Lisboa) e das Ilhas (Açores e outras) para o Pará, será muito conveniente e útil que, quando os estabelecerdes, cuideis muito que eles sigam a sua condição, acostumando-os ao trabalho e cultura das terras, na forma que praticavam nas Ilhas;"...(23)

(23) Francisco Xavier de Mendonça Furtado cumpriu rigorosamente este artigo das "Instruções". Empenhou-se sempre no zelo e estímulo aos moradores para não viverem na ociosidade, mas para cultivarem todas as terras repartidas em sesmarias ou lotes. Nas instruções que passou ao seu subalterno, o primeiro Capitão Mor da Vila de Macapá em 18 de dezembro de 1751, recomendava-lhe: ... "Logo que V. Mercê chegar àquella povoação deve por todo cuidado e esforço em persuadir e obrigar a estas gentes ao trabalho, a cultura das terras advertindo-lhes que este foi o único fim para que S. Magestade os mandou transportar para este Estado e que nelle devem seguir a mesma vida e trabalho com que foram criados nas suas terras scientificando-lhes da disposição de S. Magestade que o trabalho que fizerem pellas suas mãos nas suas terras não os inhabilitarão para todas aquellas honras a que pello costume do Pays pudessem aspirar antes pello contrário e que maior serviço render ao público neste futuro e interessante trabalho das culturas das terras terá a preferencia nas ditas honras." (Cf. REIS, Arthur César Ferreira, In - "Aspectos Economicos da Dominação Lusitana na Amazonia". Coleção Pedro Teixeira - SPVEA, Belém, 1960. pág. 29).

(... /...)

Art. 17^o - " Tenho-vos referido o que é da minha real intenção que observeis a respeito da liberdade dos índios, sou servido encarregarvos do modo com que deveis cuidar sobre as missões, para que estas se façam como importa ao bem espiritual daquela conquista e que por meio das mesmas missões se cultivem, " pousem e segurem os vastíssimos países do Pará e Maranhão."

.....

Art. 19^o - " Recomendo-vos muito a extensão da cultura e povoação de todo esse Governo, conforme a oportunidade e ocasiões que tiverdes para esse efeito, porém, mais particularmente vos encarrego de povoardes o distrito de Rio Mearim, que fui servido mandar aldeiar por resolução de 7 de fevereiro do ano passado, (isto é: uma resolução de 7.2.1750) e também, especialmente, as missões de Cabo do Norte, onde cuidareis em estabelecer não só povoações " mas também logo alguma defesa para fazer barreira desse Estado por essa parte, evitando por esta forma as desordens e conquistas que por esta parte podem fazer os franceses e holandeses, para cujo " fim mandareis missionários, executando-se sem demora nem admitir escusas, a resolução que fui servido tomar a este respeito, em 23 de julho de 1748"(24)

.....

(24) Pela referida resolução de 1748 (23 de julho) o Rei D. João V., pai de D. José I, havia confiado amplas áreas da Amazonia aos cuidados missionários dos padres jesuítas. Estas novas Instruções (de 31.05.1751) no Art. 21^o relembram a Mendonça Furtado para apelar para o Vice-Provincial dos jesuítas a fim de que os padres da Companhia sem demora estabeleçam uma aldeia de índios no Solinões, outra aldeia no rio Javari e outra no rio Japurá ... "junto às primerias cachoeiras de dito rio". Pela resolução de D. Pedro, avô de D. José I., em 19.03.1693: " As missões do Sul do Rio Amazonas pertenceriam aos jesuítas e as do Cabo do Norte ficariam com os padres de Santo Antonio. (Franciscanos da Província de Santo Antonio - Portugal).

(.../...)

Art. 27^o - "Recomendo-vos muito que procureis atentamente os meios de segurar o Estado, como também os de fazer florescer o comércio, para se conseguir o primeiro fim, além do que fica dito a respeito de se ~~híspanos~~ aldearem os índios, especialmente nos limites das Capitanias e tereis o cuidado quanto for possível, que se povoem todas as terras possíveis, introduzindo-se novos povoadores".

.....
 Nota-se neste artigo 27^o a preocupação constante em aliar o binômio: "Povoamento - Defesa", ao mesmo tempo.

Art. 32^o - "Tereis grande cuidado de animar os Senhores das Fazendas, instando com eles a que cuidem na cultura e perfeição delas, para que se experimente bondade e abundancia dos gêneros que melhor se produzem, (...) ... Ouvireis com benevolencia e agrado todos os requerimentos e propostas que vos figerem para o aumento e estabelecimento das suas fábricas e lavouras, prometendo-lhes pôr tudo na minha Real Presença, como ~~na~~ com efeito e executareis pela Secretaria de Estado e pelo Conselho Ultramarino".

.....
 Art. 33^o - "Por não convir ao meu real serviço, nem ao aumento do comércio desse Estado, que nele se abram minas de qualquer qualidade ou metais, vos ordeno que por nenhum princípio permitais que se abram minas em todo o distrito desse governo, e que tenhais todo o cuidado e vigilancia na execução dessa ordem, ... Para evitar que os povoadores se distraiam com este pretexto da cultura das terras, e os persuadireis que este é o meio mais seguro da sua subsistencia, pois que com o comércio dos seus gêneros se faz infalível a subsistencia."

Fica muito claro em todos esses artigos dessas Instruções o propósito firme do Governo de Lisboa em estabelecer a agricultura como única atividade capaz de assegurar à população sua própria subsistencia e sua prosperidade economica com base no comércio dos produtos agrícolas.

(.../...)

A experiência da mineração em Mato Grosso e Goiás havia demonstrado no início do século XVIII que as atividades mineradoras não fixavam a população ao solo. O povo passava a viver de modo itinerante e não tinha uma base econômica segura. Os numerosos povoados que se haviam constituído nas áreas de mineração em Goiás e Mato Grosso e nas Minas Gerais em pouco tempo de existência haviam-se esvaziado demograficamente.

A política de povoamento adotada na Amazonia teria necessariamente que levar em conta estas ocorrências noutras partes do Brasil e voltar-se para uma base econômica mais estável que no caso teria de ser a agricultura. Consciente dessa realidade, o Governo de Lisboa concebera para o Norte uma política agrária visando a fixação permanente da população, desenvolvendo dessa maneira o protecionismo estatal sobre toda e qualquer atividade que tivesse o objetivo de estimular a produção agrícola.

As mesmas Instruções Régias reguladoras da política global na Amazonia, no artigo 38^o recomendam cuidado especial para incentivar os movimentos de penetração para o interior do Maranhão e do Pará, por meio da abertura de estradas. (25)

(25) Anteriormente (1616) e (1722) as autoridades tinham-se empenhado para abrir a comunicação por terra entre Belém e São Luís. Pedro Teixeira fizera a primeira picada e foi de Belém a São Luís em dois meses de marcha a pé. (1616).

No ano de 1722, esta picada primitiva serviu de base para uma estrada melhor aberta por determinação de D. João V, que encarregara ao Governador do Estado do Maranhão, João da Maia da Gama de abrir de novo o caminho.

Já se sentia naquela época a importância das estradas como fator de execução do povoamento do interior. Foram essas primeiras estradas que proporcionaram aos primeiros ocupantes a comunicação entre as primeiras comunidades e o seu desenvolvimento do comércio.

O artigo 38^o das "Instruções Régias de 1751" recomenda textualmente: "... Recomendo-vos muito que cuideis em procurar os meios possíveis para haver comunicação da cidade do Maranhão com a terra firme". Neste artigo é explícita a grande preocupação de Lisboa com o desbravamento dos interiores ou "terra firme" como diz o texto das Instruções.

(.../...)

A experiência de colonização portuguesa em outras regiões tropicais serviu de suporte para a experiência portuguesa na Amazonia. Ainda nos primeiros dias do século XVII havia-se tomado consciência em Portugal de que o sucesso econômico na Amazonia teria de se assentar numa base agrária organizada.

Depois da instalação no Maranhão (1618) e no Pará (1621) dos primeiros colonos açorianos, foram eles penetrando o interior e ocupando as sesmarias que lhes eram doadas. Em 1676, chegou dos Açores um novo contingente de colonos para as terras do Grão Pará. Eram 234 pessoas, conforme opina Arthur Reis. (REIS, 1960 SPVEA, p. 17).

"O povoamento processava-se com a concessão das sesmarias que levavam os povoadores aos pontos mais distantes do Estado. Com a dispersão povoadora ocorreu também a dispersão agrária. Plantou-se em todos os distritos do Estado. Plantou-se intensamente."
(Reis, 1960 p. 30).

Essa política de construção agrária na Amazonia idealizada pelo genio de Alexandre de Gusmão e posta em execução pelo pragmatismo do Marquês de Pombal é o assunto que tentarei abordar nas linhas que seguem.

~~As condições~~

As cidades de Bragança, Macapá, Ourém dão testemunha do sucesso dessa política de colonização. O colono era assistido desde sua saída do lugar de origem até sua implantação definitiva na área de destino. Chegou-se a uma preocupação tamanha com a adaptação do colono ao novo habitat tropical que cada contratante dos transportes desses colonos das Ilhas ou do Reino tinha obrigações minuciosas sobre o modo de tratá-los durante a viagem, a fim de evitar abatimento físico, doença ou desperdício de força por parte dos colonos que se destinavam ao Grão Pará. Para os velhos, os homens feitos, os jovens, as mulheres e crianças havia dietas ~~exatas~~ alimentares regulamentadas na cláusulas do contrato de frete. A dieta alimentar era especificada para cada categoria de idade, a fim de que fizessem boa viagem e pudessem chegar em condições de atriar-se ao trabalho com bastante desenvoltura. Ferreira Reis fez uma transcrição de uma dessas dietas alimentares que constavam na cláusula de contrato de transporte dos colonos para a Amazonia:

(.../ ...).

" As rações serão pela maneira seguinte. Ao jantar legumes, em cada dia diversos, como feijoens fradinhos, ou brancos, ervilhas, favas etc... a razão de hum alqueire por cada quarenta pessoas. As ceias dos Domingos, terças e quintas feiras, para cada pessoa três quartas de carne: a saber meyo arratel de vaca, e huma quarta de toucinhos, e poderá este toucinho cozer-se com os legumes do jantar dando para a ceia o azeite, e vinagre que havia de servir com os legumes para com elles se temperarem e salgado da vaca. As ceias de quartas feiras, sábados, meyo arratel de bacalhao, e arrôes, pimenta, ou alhos, ou cebolas, e huma canada de azeite para cada sessenta (60) pessoas, e de vinagre o que baste conforme a sua força; hum arratel de bom biscoito novo, e sem corrupção alguma para cada pessoa por dia, a água a tinello, ou ao menos huma canada por dia a cada pessoa somente para beber, além da que for necessária para cozer a comida.

A reção sobredita se entende para pessoas de tres anos completos; porque as que os não tiverem não serão contadas, nem se lhes dará reção, mas a água necessária. A reção se continuará a dar a cada pessoa até com effeito desembarcar no Pará, ~~xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx~~ e os mantimentos sobreditos os fará o assentista (26) para viagem de dous mezes ou menos, contando da partida das Ilhas para o Pará, e fazendo conta à gente da equipagem. Com declaração, que em caso, que se reconheça ser diminuta em alguns destes mantimentos a reção estipulada para bem se sustentarem os passageiros se acrescentará quanto for razoável, sem por isso pertender o assentista alteração do preço do transporte." (27)

A experiencia lusitana nos trópicos durante um século no trato quase contínuo com os homens desse meio geográfico havia ensinado aos dirigentes portugueses que somente homens bem nutridos poderiam resistir os choques climáticos na mudança de um

(26) "Assentista" - era o contratador dos transportes dos colonos do local de origem (Continente ou Ilhas) até o Maranhão ou Pará.

(27) REIS, Arthur César Ferreira - "Aspectos Economicos da Dominação Lusitana na Amazonia" - SPVEA, Belém, 1960 pág.17/18.

habitat para outro. Entendiam também os lusitanos que eram necessárias muitas calorias por pessoa para que pudessem produzir na rude faina agrícola da Amazonia. Esta ciencia de lidar com o meio tropical é fruto da experiencia acumulada em contato com a Ásia, África e na costa brasileira do Nordeste. No lidar com o homem do trópico está implícito no caso português a descoberta de um método de trabalho adequado ao meio. Esse método de trabalho é a razão profunda de sucesso dos lusitanos na Amazonia. Outro aspecto importante da politica de colonização portuguesa nessa região Norte do Brasil foi a introdução de degredados e estrangeiros. Muitos suíços, franceses, irlandeses, espanhóis e alemães seguiram os passos dos açorianos na trajetória do povoamento. Este fato demonstra até certo ponto uma politica aberta aos estrangeiros, quanquanto que esses estrangeiros não criassem dificuldades ao Estado Português.

A atitude política de abrir a colonização aos estrangeiros já havia sido tomada no início do século XVII no Maranhão, quando depois da expulsão dos franceses foi facultada a permanencia na Ilha de São Luís de todos os que quisessem dedicar-se à agricultura ou que estivessem casados com mulheres da terra (as índias). Só em ~~em~~ casos excepcionais uma proposta de colonos estrangeiros era recusada pela administração. Isto ocorreu no Reinado de D. João IV, na ocasião em que um grupo numeroso de colonos irlandeses solicitaram ao Monarca Português uma ~~uma~~ autorização para localizar-se na Amazonia. Tinha havido já antecedentes históricos com relação àquele país. A Irlanda havia sido instrumento dos ingleses e holandeses para a fundação de feitorias e colonias onde tanto Inglaterra como Holanda tinham livre transito. No pensamento de D. João IV, os irlandeses" podiam ser uma espécie de cabeça de ponte dos ingleses, interessados em converter a Amazonia num de seus distritos coloniais". (REIS, 1960 pág. 19).

Reis defende o seguinte ponto de vista sobre as razões que levaram os lusitanos a serem bem sucedidos na colonização da Amazonia: "Um retorno à politica que os portugueses realizaram é condição para qualquer exito no espaço amazonico". (Reis, 1960 p.12)

Isto equivale a dizer que torna-se indispensável compreender o que se fez na Amazonia no período colonial, para que se chegue a formular novos planos de valorização economica dessa mesma região nos dias atuais.

Para Reis, os processos de trabalho inaugurados pelos portugueses nesta região amazonica devem ser repetidos e o abandono desses processos acarretarão fracassos na política de ocupação do governo brasileiro.

Esse argumento de Arthur Reis em favor da reutilização da experiencia portuguesa se assenta no fato histórico de que os lusitanos tiveram a seu favor um século de experiencia no tratamento com os problemas de colonização de áreas tropicais no Ultramar antes de conhecerem a Amazonia e tiveram aqui mais de duzentos anos de experiencia, fato que lhes autoriza a ~~lhes~~ darem algumas lições sobre os métodos de colonização nos trópicos.

No caso da experiencia portuguesa na Amazonia, no primeiro século de colonização, apenas o meio físico lhes foi elemento estranho, mas o espírito de acomodação lusitana a qualquer tipo de singularidade regional iria preencher esta lacuna e facilitar o empreendimento de conquista desse ambiente estranho.

Em qualquer cinscustancia já estavam habituados a extrair do meio geográfico estranho o necessário aos "seu viver" - "condicionando o meio às suas necessidades políticas e economicas". (Reis, 1960 pág. 11).

9

"A Acomodação Portuguesa ao viver amazonico, um modelo de integração bem sucedida".

O que vamos tratar a seguir são os modos de acomodação dos lusitanos a uma natureza física totalmente estranha. Os imperativos do processo de colonização fizeram parte integrante da experiencia vivida na Amazonia e noutros lugares.

As terras e águas que constituem a Amazonia já eram de longas datas povoadas de multidões indígenas. (28)

(28) Eduardo Galvão em seu trabalho - " Estudos de Antropologia na Amazonia" (Belém, 1967 pág. 6) defende a procedencia ocidental sub-andina de populações do alto, médio e do delta amazonicos. Cita a área do rio Napo como o ponto de partida das tradições culturais indígenas, remenotando ao ano de 1200 - 1450 D.C. a fase áurea da cultura marajoara, no delta. Os argumentos de Galvão se assentam em pes-

"Trabalhando os mil produtos regionais, engenhosos, com um admirável sentido objetivo das coisas, criadores de uma manufatura interessantíssima, necessários aos afazeres diários, canoeiros, pescadores, caçadores, oleiros, decoradores, tecelões, viviam o nomadismo de todos os primitivos, mas deles se distinguíam pela produção de um cem número de utilidades que os colonos souberam aproveitar sob ~~EXTRA~~ aprovação régia". (Reis, 1960 SPVEA p.13)

Jaime Cortesão, sem o conhecimento profundo das coisas amazonicas critica a cultura do primitivo amazonico caracterizando-a como de mais baixo padrão. Reis o critica por não ter aprofundado o assunto e ter emitido conceitos sem fundamento.

A posição de Arthur Reis tem muito fundamento, porque, se por um lado houve tribos com grau de tecnologia muito baixo, houve também tribos que já haviam atingido tecnologia muito avançada demonstrando com isto um grande avanço cultural para a época da chegada dos lusitanos na região. O guaraná, por exemplo, era industrializado pelos índios Maués constituindo sua bebida doméstica muito bem elaborada. A borracha havia sido descoberta e industrializada pelos índios Gambebas do Alto Amazonas. Faziam com ela vários utensílios de uso doméstico. *depósitos de carregar água etc.*

Os contingentes de portugueses do Reino, os açorianos e os negros que em diferentes épocas vieram repovoar a Amazonia não alteraram substancialmente nada da cultura que encontraram entre os indígenas. A estrutura de vida que adotaram no meio geográfico foi a dos nativos.

..."os usos e costumes, grosso modo, da generalidade populacional, continuam fiéis aos padrões marcados pelo gentilíssimo". (Reis, 1964 p. 14).

Assim, Arthur Reis refuta a tese de Jaime Corte-

nota (28) ... (continuação:)

quisas arqueológicas de Meggers e de Evans.

(Cf. Galvão, Eduardo - In Estudos de Antropologia na Amazonia. Conferencia preferida no Simpósio sobre a Biota Amazonica em 6 -11-66 em Belém. Publicação do Governo do Estado do Amazonas, Manaus, 1967.)

(.../...)

são e justifica que não se pode negar a esta população nativa um elevado padrão cultural, capaz de influenciar a cultura lusitana.

O grande mérito da colonização portuguesa dos séculos XVII e XVIII está na sua capacidade de assimilar rapidamente esta cultura dos nativos e apropriar-se dela incorporando-a doravante como patrimônio seu. O genio desse processo aculturativo está na formação de um novo tipo "híbrido" de pessoa que é o "caboclo", uma versão amazônica do "mameluco" paulista dos primeiros tempos da colônia. Reis diz que o colonizador encontrara as multidões dispostas de padrões culturais apreciáveis e que prontamente os lusitanos os compreenderam e trataram logo de utilizá-los.

Tudo o que ficou dito explica a possibilidade que tiveram os portugueses de vencer os principais obstáculos encontrados na Amazonia; tais como:

- descoberta e conhecimento do meio geográfico,
- penetração do espaço no sentido Leste-Oeste até as fronteiras atuais do Brasil com os países vizinhos,
- expulsão dos estrangeiros (franceses, ingleses e holandeses) que já ~~havia~~ haviam penetrado a Amazonia e estabelecido feitorias fortificadas.

Tudo isto foi um ... "cometimento efetuado com a eficiente e constante contribuição do gentio, que forneceu a sua ciência acerca das coisas regionais, forneceu braço para manejar os remos, braço para construir os utensílios necessários, inclusive as embarcações, braço para coletar especiarias, inteligência para indicar águas e espécies vegetais e animais, e mesmo garantir, facilitar, por conseguinte, o descobrimento e a dominação portuguesa." (Reis, 1960 - SPVEA pp. 14/15).

Nos dois primeiros séculos de povoamento o número de colonos foi insignificante em relação ao número de populações nativas. No primeiro "Ciclo Econômico", o ciclo da "Droga do Sertão" a contribuição do índio foi preponderante em tudo por tudo. Nesse ciclo, que se estende até o "Ciclo da Experiência Agrária" e mesmo durante o "Ciclo Pombalino" e depois, a cultura indígena representada pelo fabrico de ~~alimentos~~ alimentos, pela descoberta da fauna e da flora, pela confecção dos artefatos domésticos e de trabalho foi indispensável para que os portugueses se acomodassem ao meio ambiente amazônico.

Pode-se questionar se a cultura nativa ter-se-ia chocado com a cultura arrivista. Nos dois primeiros séculos não se chocou, porque a "Acomodação Cultural" (29) se processou através da assimilação por parte dos portugueses dos hábitos da terra. O português nos primeiros tempos dependia culturalmente e tecnologicamente do indígena.

Samuel Benchimol, tratando do processo inverso ou seja da contribuição portuguesa ao nativo diz que a sociedade amazônica recebeu os valores da cultura portuguesa por via da "acomodação e assimilação, aculturou seus valores integrando-os à sua cultura indígena. Esse autor arrola dentro desse processo complexo as principais contribuições culturais portuguesa - hispanica:

- 1 - Mestiçagem com o gentio.
- 2 - Formação da classe dominante e da liderança.
- 3 - Organização mercantil e de exploração de recursos.
- 4 - Hábitos alimentares e modos de vestir.
- 5 - Introdução do boi e culturas alimentares.
- 6 - ~~Raça~~ Fala portuguesa e espanhola.
- 7 - Técnicas/ e formas de construir.
- 8 - Valores religiosos.
- 9 - Ensino e aprendizagem. (30)

Para Benchimol, esta acomodação cultural se efetivou não só através desses traços dominantes, mas sobretudo por vias do casamento ou da mancebia, em razão da ausência da mulher e da família que ficavam na metrópole. Foi frequente o uso também de se casarem colonos com filhas de Tuxauas para firmar alianças com a tribo.

A escravidão do índio para trabalhos na lavoura e da índia para serviços domésticos contribuíram poderosamente para a difusão dos valores culturais europeus que passaram a predominar depois do segundo século de colonização.

(29) O conceito de "Acomodação cultural" é o que mais se presta para explicar esse processo de aculturação bilateral. Por isso é que o enfoque desse item é a maneira como essa "acomodação" se processou durante três séculos.

(30) BENCHIMOL, Samuel - "Estrutura Geo-Social e Economica da Amazonia" - Ed. Gov. do Estado do Amazonas, Manaus, 1966.
Vol. 1. p.121/122.

Na segunda fase da integração o processo se alterou radicalmente na proporção do aumento quantitativo dos forasteiros. No século XVII, quando chegaram os primeiros portugueses para se fixarem na Amazonia, sua cultura já era pintada aqui e ali pelas culturas das gentes nativas do Nordeste do Brasil e de outros trechos da Colonia. Neste primeiro ciclo, portanto, o "Ciclo da Droga" foram vitoriosas a cultura e a economia indígenas (de base nativa). No ciclo seguinte, quando se intensificou o processo aculturativo do século XVIII com a política de miscigenação e com as experiencias agrárias, prevaleceu a cultura importada de base lusitana por causa da imposição da língua portuguesa e das técnicas européias de trabalho agrícola. Neste segundo processo, este da imposição dos valores da cultura lusitana tiveram atuação preponderante os missionários das várias ordens religiosas. Sem o missionários, - diz Arthur Reis, - que preparou o clima de trabalho organizado, o gentio não teria vindo para a experiencia social que se inaugurou no Consulado Pombalino, quando se lhe deu atribuições políticas de votar e ser votado nas edilidades, para dirigir os seus negócios, para contribuir livremente na direção da coisa pública..." (Cf. Reis, SPVEA, 1960 p. 16).

O "Ciclo da Experiencia Agrária," chamado por Arthur Reis de "segundo ciclo economico da Amazonia" teve rendimentos para o Reino, mas tal rendimento só se tornou possível pela grande contribuição dos nativos em primeiro lugar, dos missionários e colonos em segundo lugar. Entre os missionários que se distinguiram no assentamento das bases economicas podemos ressaltar os franciscanos da Província de Santo Antonio, os Jesuitas, os mercedários, os capucinhos da Piedade e os frades da Conceição da Beira e do Minho. Foram esses missionários que fizeram os primeiros ensaios de "Aménagement du Territoire" na Amazonia Brasileira.

(.../ ...)

A Introdução da mão-de-obra africana na Amazonia.

Urgia sem demora criar uma Amazonia economica como suporte da economia mercantilista da metrópole. E tendo sido agora descoberta a vocação da terra era preciso usá-la no seu potencial econômico. O trabalho agrário passou a exigir grande volume de mão de obra e a demanda dos produtos amazonicos cresceu no mercado mundial. Açúcar, algodão, arroz, cacau, cravo, canela, salsa, óleos e madeiras representavam os produtos de maior procura na Europa. Os lucros desses produtos justificavam os investimentos com mão-de-obra escrava, como se fazia no Estado do Brasil. A experiencia da mão de obra negra havia sido testada no Nordeste açucareiro e dera ótimos resultados. No século XVII, a primeira Companhia de Comércio do Maranhão havia introduzido escravos para o trabalho nas fazendas e as lavouras e engenhos do vale do Itapicuru e Mearim haviam prosperado rapidamente no século anterior. Pela lógica, podia-se repetir aquela experiencia do século XVII em outros lugares da Amazonia. Pensou-se portanto na organização de empreendimentos de maior vulto do que aqueles do século XVII no Maranhão.

Foi criada a Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão com capitais de ricos do Reino e de alguns abastados da Amazonia. "Por alvará de 7 de agosto de 1755 foi criada a Companhia Geral do Comércio do Maranhão e Grão-Pará com o capital de 445 600 , dividido em 1.164 ações de 400 "(31).

A Companhia era uma espécie de órgão pára-estatal que supriria a ação do Estado lá onde este não podia agir diretamente ou por falta de representação ou por falta de recursos públicos. Uma das finalidades da Companhia, entre outras, era abastecer a colônia da mão-de-obra necessária à lavoura.

"Em execução a esse imperativo, a Companhia trouxe para o Pará, nos vinte e dois anos dessa atividade, 12.587 negros, embarcados principalmente em Cacheu e Bissau" (Reis, 1960 p. 20).

(31) Marques, César Augusto - "Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Maranhão". Typ. do Frias, São Luís, 1870. pág. 149.

A Companhia desenvolveu amplo programa de colonização com o apoio dos acionistas entre os quais figuravam o próprio Marquês de Pombal e seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador do Grão-Pará e inspirador da Companhia. João Lúcio de Azevedo esclareceu com suas pesquisas o equívoco sobre a procedência da idéia da Companhia do Grão-Pará. (32)

" É sabido que o grande marquês teve diversos oráculos, e um destes, a quem se deve a idéia da Companhia, era seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, primeiramente Governador do Grão-Pará, e mais tarde Ministro da Marinha." (Azevedo, João Lúcio de - In Estudos de História Paraense", Pará, 1893, pág. 13. Cap. I. A Companhia de Comércio do Grão-Pará e o Marquez de Pombal."

(32) César Marques (1870, pág. 149) e Manoel Diéguas Júnior (1950) In "Revista de História, n. 3 pág. 325 confundem a data da criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Marques dá a data de 7 de agosto de 1755, confundindo provavelmente com 7 de Junho. Diéguas dá a data de 7 de junho de 1755 que também não é a data correta.

Quem melhor tratou do assunto foi João Lúcio de Azevedo que em duas obras trata do problema com muita ~~in~~ clareza:

Em "Estudos de História Paraense" (1893) e em "Os Jesuítas no Grão-Pará, em 1901. João Lúcio pé o autor que merece mais crédito ao tratar do assunto e afirma ter sido o dia 6 de junho de 1755, por ser "aniversário do Rei" data em que foi publicado o decreto instituindo a Companhia. Textualmente afirma João Lúcio de Azevedo:

... " No dia 6 de junho de 1755, aniversário do Rei, se publicou o decreto, instituindo a Companhia, a quem entregava, nas duas províncias, o monopólio da navegação, do comércio externo, e do tráfico de negros" (Azevedo, 1901 p.247).

Manuel Nunes Dias (Revista de História n. 70 p. 474) confirma a data de 6 de junho de 1755, já esclarecida pela pesquisa de João Lúcio de Azevedo.

Nunes tem sua tese de Livre Docencia na USP sobre o crescimento e atuação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

Com o apoio do Governo de Pombal e do Governo do Grão-Pará que teve a seu lado a ação atuante da Companhia tomou grande impulso na Amazonia a atividade agrária. Produtos alimentares e outras espécies de plantas comerciáveis nativas ou importadas foram protegidas e seu cultivo intensificado por todos os meios. Produtos nativos eram o cacau, o cravo, a salsa, o algodão e uma infinidade de plantas aromáticas e fornecedoras de óleos. Introduzidos de fora foram a cana, o arroz, o tabaco, o café e outros.

Entre os produtos nativos de maior consumo entre os índios estava a mandioca que era comumente chamada de "maniba". Sem ela o colono, nem o negro introduzido na área, teriam assegurado sua alimentação. Até os dias atuais, a farinha de mandioca mantém-se na Amazonia como o principal sustento do povo ao lado do peixe. Dificilmente outro produto alimentar na Amazonia concorrerá com ela nesta função de alimento cotidiano.

Para situar melhor a contribuição do negro na colonização da Amazonia é necessário voltar-se ao século XVI. De fato, a Companhia do Grão-Pará empenhou-se em introduzir a mão-de-obra negra na região, mas o pioneirismo da ação de trazer os primeiros negros para a Amazonia cabe aos ingleses. Foram os ingleses que nas duas últimas décadas do século XVI e na primeira do século XVII tentaram empossar-se do extremo Norte do Brasil e introduziram ali o braço africano em algumas feitorias, a fim de poupar o indígena a quem preferiam ter como aliado na terra, principalmente aliado de guerra. Para os ingleses era muito mais estratégico e vantajoso ter o gentio nativo como aliado de guerra do que como inimigos de guerra. Por isso não lhes interessava escravizá-los como faziam os lusitanos. Esta política deu-lhes bons resultados e conseguiram sempre manter-se amigos dos indígenas da Amazonia.

No Estado do Pará, no século XVII, tornou-se difícil a introdução dos escravos negros, por causa da pobreza material dos primeiros colonos, pois a compra de escravos vindos da África dependia de grossos cabedais. Os Senhores de Engenho do Nordeste do Brasil podiam comprá-los, mas os lavradores do Grão-Pará, só excepcionalmente, adquiriam algumas peças.

O Governador Antonio Albuquerque Coelho de Carvalho, entendendo a situação, expusera ao Rei a penúria da Capitania e justificava a necessidade da entrada de mão-de-obra escrava na condição das peças serem vendidas mais baratas do que noutros cantos da Colonia.

Manoel Barata e Arthur Reis fornecem a cifra de 12.587 escravos negros introduzidos na Amazonia no período de vigência da Companhia. Manuel Nunes Dias, especialista nos assuntos da Companhia altera esta cifra para 14.749 escravos. (33)

Na realidade, a entrada regular de negros na Amazonia foi tarefa da Companhia. Antes dela, "não havia escravidão na região"- diz Nunes Dias. A população negra na Província do Rio Negro foi mínima. Somente 592 escravos trazidos de fora, conforme afirma Reis.

Arthur Viana que também estudou o assunto esclarece que durante as viagens da África para o Pará numerosos escravos pereceram. Houve casos em que carregamentos saídos da África com 408 escravos tiveram de sobra a mínima quantia de 143 sobreviventes que aqui chegavam totalmente debilitados. Outro carregamento de 120 negros no ano de 1778 da Corveta São Pedro só desembarcou 73 escravos no Pará. Os outros 47 haviam morrido durante a viagem.

Arthur Reis diz que a varíola foi introduzida na Amazonia pelos escravos negros trazidos em porões de navios.

"Essa importação realizada através, muitas vezes, dos navios negreiros que desembarcavam a sua carga já afectada". (34)

(33) Veja-se sobre o assunto a magistral tese de Manuel Nunes Dias: "Fomento e Mercantilismo: A Companhia do Grão-Pará e Maranhão (1755 / 1778). Publicada em vários números da Revista de História da USP, a partir do número 66.

O número 66 e os subsequentes publicaram na íntegra esta magistral obra de Nunes Dias.

(34) REIS, Arthur César Ferreira - "O Negro na Empresa Colonial dos Portugueses na Amazonia". Lisboa, 1961.

Bibliografia fundamental para o Capítulo III:**"Colonização como processo de ocupação efetiva da Amazonia"**

01 - Annaes da Biblioteca e Arquivo Público do Pará.
TOMOS I, II, III, IV e XI.

02 - CRUZ, ernesto Horácio -

- "Colonização do Pará"- Instituto Nacional de Pesquisa da Amazonia (INPA), Belém, 1958.
- "Temas de História do Pará"- SPVEA, Belém, 1960.
- "Cametá: Aspectos da sua formação".

Trabalho apresentado ao X^o Congresso Brasileiro de Geografia. Publicado nos Annaes da Biblioteca e Arquivo Público do Pará. TOMO XI, Belém, 1969.

- "História do Pará". - Edição do Governo do Estado do Pará. Belém, 1973.

03 - MEIRA FILHO, Augusto:

"Evolução Histórica de Belém do Grão-Pará".
1a. Edição. GRAFISA, Belém, 1976.

04 - BERREDO, Bernardo Pereira de -

"Annaes Históricos do Maranhão". 1a. Edição.
Lisboa, 1749.

05 - LOPES, Raimundo -

"Uma Região Tropical". Cia. Editora Fon-Fon e Seleta.
Rio de Janeiro, 1970. Coleção São Luís - 2.

06 - GAIOZO, Raimundo José de Sousa -

"Compêndio Histórico - Político dos Princípios da
Lavoura do Maranhão." - Ed. Livros do Mundo In-
teiro. Rio, 1970. Coleção São Luís - I.

07 - VIVEIROS, Jerônimo -

"História do Comércio do Maranhão (1612 - 1895).
Edição da Associação Comercial do Maranhão, São
Luís, 1954.

Bibliografia fundamental do Capítulo III

.....

AZEVEDO, João Lúcio de -

- " Estudos de História Paraense". Pará. 1893.
- " Os Jesuítas no Grão - Pará. Suas Missões e a Colonização. Bosquejo Histórico com vários documentos inéditos. T. Cardoso E Irmãos. Lisboa, 1901.
- " O Marquez de Pombal e a sua época". Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1909.

09 - SMITH, John (Organizador):

- " Memórias do Marquez de Pombal, contendo extractos de seus escriptos." - Livraria de Antonio Maria Pereira Editor, Lisboa, 1872.

10 - SORIANO, Simão José da Luz -

- " História do Reinado de El - Rei D. José e da administração do Marquez de Pombal. (2 Tomos). Typografia Universal, Lisboa, 1867.

11 - LISBOA, João Francisco -

- " Cronica do Brasil Colonial" (Apontamentos para a História do Maranhão. Reedição. Editora VOZES/ INL / MEC, 1976.

12 - NUNES DIAS, Manuel -

- " Fomento e Mercantilismo: A Companhia do Grão-Pará e Maranhão (1755 / 1778). In "Revista de História da FHE USP, números 66 e seguintes.

13 - MARQUES, César Augusto -

- " Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Maranhão." Typografia do Frias, S.Luís, 1870.

14 - REIS, Arthur César Ferreira -

- " Aspectos Economicos da Dominação Lusitana na Amazonia. SPVEA, Belém / Rio, 1960.

(.../ ...)

REIS, Arthur César Ferreira -

- " O Negro na Empresa Colonial dos Portugueses na Amazonia" - Lisboa, 1961.
- " Aspectos da Experiencia Portuguesa na Amazonia". Edição Governo do Estado do Amazonas, Manaus, 1966.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de -

- " A Amazonia na Era Pombalina". (3 Volumes). Edição de Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio, 1963.

16 - ABREU, João Capistrano de -

- " Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil". Coedição da Ed. Civilização Brasileira / MEC, 1975.
- " Capítulos de História Colonial". Coedição da Ed. Civilização Brasileira / MEC, 1976.

17 - HOLANDA, Sérgio Buarque de -

- " Raízes do Brasil". Livraria José Olímpio Editora. Coleção Documentos Brasileiros - 1. 9a. Edição, 1976.

18 - GALVÃO, Eduardo -

- " Estudos de Antropologia na Amazonia". Conferencia proferida no Simpósio da Biota Amazonica em 6.11.66 em Belém. Publicação de Governo do Estado do Amazonas, Manaus, 1967.

19 - FURTADO, Francisco Xavier de Mendonça -

- " Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador do Gão -Pará a Thomé Joaquim da Costa Corte Real, Ministro da Marinha. Pará. 23 de Maio de 1757. ?- In João Lúcio de Azevedo. Apendice - "Os Jesuítas no Grão-Pará, 1901.

20 - PINHEIRO, João Antonio da Cruz Diniz, Ouvidor que foi do Maranhão, composto em 1751.

- "Notícia do que contém o Estado do Maranhão em comum, e em particular succintamente dentro no seu distrito. " In "Apendice: JOSÉ LÚCIO Azevedo, João Lúcio - "Os Jesuítas no Grão - Pará". Lisboa, 1901. Nota "E".

Capítulo IV.As Medidas Políticas tomadas pelo Marquês de Pombal e pela Companhia para desenvolver a Amazonia no seu conjunto.1 - Gusmão e Pombal.

Alexandre de Gusmão e o Marquês de Pombal podem ser considerados os dois grandes estadistas da política portuguesa no século XVIII. Inauguraram eles uma política de aproveitamento racional da região amazonica. Um executando a soberania jurídica portuguesa através da diplomacia, onde a conquista e a posse já eram realidades consumadas e incontestáveis na Amazonia. O outro, incorporando a grande área ao mercantilismo europeu e revelando, portanto, ao mundo esta imensa área tropical como um novo espaço de grande capacidade economica. A política de povoamento tomou corpo a partir de Gusmão à frente do Conselho Ultramarino e a partir de Pombal na Chancelaria Real.

" Com os governos de Alexandre de Gusmão e Sebastião José de Carvalho e Mello, Conde de Oeiras, Marquez de Pombal, começou então a ser executado um programa de vulto que importava em promover o desenvolvimento de todas as energias do solo, a exploração racional da produção espontânea, a fixação definitiva do colono, com a propriedade e o lar, de par com outras várias medidas, decretadas com absoluta segurança nessa direção alevantada." (1)

(1) REIS, Arthur César Ferreira -
" A Política de Pombal no Vale Amazonico".
Belém, 1940, pág. 116.

2 - Um Programa de Colonização:

O programa pombalino teve muitos executores competentes. A grande arrancada data da instalação do Governo do Capitão - General Francisco Xavier de Mendonça Furtado, ..." que tomou posse do governo do Estado em 24 de setembro de 1751 e deixou a administração em 2 de março de 1759". (Cf. A.B.A.P.P. TOMO IV - Catálogo da Correspondência dos Governadores e Capitães Gerais do Pará com o Governo da Metrópole). (2).

Os sucessores de Mendonça Furtado, Manoel Bernardo de Melo e Castro (2/03/1759 a 14/09/1763), Fernando da Costa de Ataíde Teive (14/09/1763 a 4/03/1780), João Pereira Caldas, de (21/11/1772 a 3/03/1780), continuaram ininterruptamente o programa agrário idealizado pelo Marquês.

Já nas "Instruções Públicas e Secretas" expedidas a Mendonça Furtado em 31 de maio de 1751 o programa de colonização revelava suas proporções. O novo Governo recebia a obrigação de: ... " cuidar em especial da cultura e povoação de todo esse governo, olhando cuidasosamente para a fronteira com o holandez e o francez do Cabo do Norte, para onde despachariam missionários que aldeassem os nativos, em cumprimento à ordem régia de 23 de julho de 1748." (Ordens que haviam sido baixadas por D. João V, nos últimos dias do seu governo.)

2) Annaes da Biblioteca e Arquivo Público do Pará - Tomo IV, 1905 - pág.323: "Officios do decimo-nono governador e capitão general do Grão-Pará, e Maranhão, e Rio Negro, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Commendador de Santa Marinha de Mata Lobos da Ordem de Christo e capitão tenente da Real Marinha. Tomou posse do Governo em 24 de Setembro de 1751 e deixou a administração em 2 de março de 1759.

É sumamente importante para a história da região amazônica esse período administrativo, porque nesse curto espaço de tempo foram lançadas as principais bases economicas e administrativas do Estado.

(.../...)

- ... " promover a segurança da região, povoando, com o nativo aldeado, a zona lindeira que se estendia por trechos em abandono, reparando as fortificações, examinando as possibilidades de erguer outras, disciplinando as forças militares."
- ... " animar o desenvolvimento da lavoura das espécies vegetais que mais se dessem na terra."
- ... " zelar pelas rendas, impedindo desvios das riquezas, fiscalizando a execução da medida pela qual se encontravam fechadas, via Madeira (Rio) as comunicações com as minas de Mato Grosso."
-" localizar convenientemente os colonos que vinham da Metrópole (3) e das Ilhas, levando-os à agricultura que tanto prometia."

(3) Existe no Arquivo Público do Pará (Belém) - no Códice 665 dos manuscritos uma carta inédita do Marquês de Pombal, escrita em 12 de março de 1755, fazendo recomendações expressas p/ alguns colonos vindos do Reino. Recomendava sobretudo um oficial de pedreiro que viera com sua mulher para o Pará. Entre outras recomendações que faz na carta, diz o Marquês:

..... " Também foi o dito Senhor servido mandar transportar na mesma embarcação a creada destes menores por nome Isabel Maria, e juntamente a seu marido Manoel Gonçalves official de pedreiro, que se vão estabelecer nessas novas colonias ordenando a V. Sa. haja de praticar com este casal, o mesmo que se tem praticado com os mais na conformidade das ordens respectivas. Quanto porém as filhas do Sargento - Mor e ajudante de ordens ordena S. Mggde. que V. Sa. na repartição das terras concedidas aos novos colonos os haja de praticar aquella ampliação de que lhe parecerem dignas.

Deos Gg. (guarde) a V. Sa. Lisboa, 12 de março de 1755. Sebastião José de Carvalho e Mello. Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

(In Códice 665 - Manuscrito. Arquivo Público do Pará.)

... " verificar das excelencias ou prejuízos do tratado firmado , em 1750 , entre Portugal e ~~ESPAÑA~~ Espanha, para fixação dos respectivos domínios no novo mundo;"

... " e mais que tudo, enfrentar e resolver a grave questão da liberdade do selvícola" (Reis, 1940 pp. 116/117).

O programa de Pombal constitui a primeira experiencia séria de colonização da Amazonia. É bem verdade que medidas anteriores das administrações precedentes contribuíram bastante para o sucesso do empreendimento de século XVIII.

O espaço já havia sido dividido em Capitánias e sesmarias, os missionários e sertanistas colhedores das "drogas do sertão" já haviam penetrado a fundo todos os sertões através de rios e igarapés e com esse arrojo, esses pioneiros já tinham ganho para Portugal esse imenso espaço físico. A conquista estava realizada, mas todas essas experiencias foram ações isoladas sem um plano diretor, visando o aproveitamento útil da terra conquistada.

Pombal lançou-se ao empreendimento de aproveitamento da área através da instalação de um Governador de sua total confiança e logo depois de poucos anos, inspirado pelo irmão, criou a Companhia de Fomento Agrícola (4) que fez irradiar de São Luís e de Belém o progresso para o interior. Áreas desconhecidas foram ocupadas por lavoura e pecuária. Os navios da Companhia voltavam sempre lotados de gêneros alimentícios para o comércio europeu. Vastas áreas do rio Mearim, do ~~Itap~~ Itapicuru, da Ilha do Marajó, do Baixo Amazonas e dos interiores viram-se ocupadas pelos campos agrícolas e de criação de gado.

(4) NUNES DIAS, Manuel - " Fomento e Mercantilismo: A Companhia do Grão-Pará e Maranhão". (1755 - 1778). Tese publicada pela Revista de História da USP, a partir do número 66.

Por ordem cronológica eis a seguir os principais autores que estudaram aspectos da Companhia do Grão-Pará e Maranhão:

1870 - MARQUES, César Augusto - In "Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão". (1870)
Typ. do Frias, São Luís, 1870 pág. 149 e ss.

(.../...)

A respeito da produção nessa época diz Manuel Nunes Dias: "... O valor e o volume dos carregamentos embarcados nos portos de São Luís e Belém refletem a ampliação da empresa. A ação civilizadora não era apenas horizontal. Era vertical também. A colonização expandia-se no espaço através do agrarismo e aprofundava-se no tempo por meio da imigração e cruzamento de elementos oriundos das Ilhas Atlânticas, da Metrópole e da África, com os quais se argamassou a nova sociedade do Norte da Colônia. A empresa pombalina nucleou as populações, reunindo os lavradores em torno de si, sedentarizando-os e fixando-os à terra agricultada, processo esse diverso do cetequista que proibia ao branco sua entrada na missão. Em derredor do amanho da terra condensaram-se os grupos demográficos das Baixadas amazônicas e maranhenses forças sociais e econômicas animadoras do povoamento."

(Cf. Dias, Revista de História - USP, n.70 p.472).

(continuação da nota (4) :

1893 - AZEVEDO, João Lúcio de -

"Estudos de História Paraense". Typografia Tavares Cardoso, Pará, 1893. Cap. I. "A Companhia de Comércio do Grão-Pará e o Marquez de Pombal".

1901 - AZEVEDO, João Lúcio de -

"Os Jesuítas no Grão-Pará. Suas Missões e a Colonização. Bosquejo Histórico com vários documentos inéditos. Tavares Cardoso e Irmãos, Lisboa, 1901. Cap. X : "A Companhia de Comércio" págs. 227 / 253.

1950 - DIÉGUES JÚNIOR, Manuel -

"As Companhias Privilegiadas no Comércio Colonial". Revista de História, Ano I. n. 3 (jul / set, 1950) pp. 325/331 : "A Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão."

1954 - VIVEIROS, Jerônimo -

"História do Comércio do Maranhão (1612 - 1895). Edições da Associação Comercial do Maranhão, São Luís, 1954. Cap. VIII: " A Companhia de Comércio" pág. 67 do TOMO I.

(.../ ...)

3 - Escopo de uma direção de escol na Amazonia.

Muito já se tem assinalado a respeito do paralelismo político entre o Marquês de Pombal e seu mano Francisco Xavier de Mendonça Furtado com relação a Dom Rodrigo de Souza Coutinho e seu mano Dom Francisco Maurício de Souza Coutinho. À exemplo de Pombal, Dom Rodrigo, grande diplomata também confiara o Governo da Amazonia a seu irmão Dom Francisco. Per coincidência, Dom Rodrigo Coutinho também ocupou a pasta da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha, posto que correspondia pela autoridade ao que ocupara o Marquês anteriormente. Na sequencia de sucessão a Pombal tivemos Mello e Castro e Dom Rodrigo de Souza Coutinho, que seguiram com relação à Amazonia a mesma política que o marquês havia concebido.

"Sob a ação de Mello e Castro Alexandre Rodrigues Ferreira estudava a Amazonia, enquanto outros cientistas estudavam o império colonial português, sua terra, suas riquezas naturais, com objetivo economico e cultural. E no Brasil trabalhava o Marquês de Lavradio (Dom Francisco Maurício de Souza Coutinho), estadista também de grande porte, em quem por vezes se inspiravam os ministros portugueses."(5)

(continuação da nota "4"):

1960 - Dias, Manuel Nunes - "Universidade de São Paulo".
Tese de Livre Docente - " Fomento e Mercantilismo: A
Companhia do Grão - Pará e Maranhão (1755 - 1778).
Revista de História n. 66.

1966 - REIS, Arthur César Ferreira -
"Aspectos da Experiencia Portuguesa na Amazonia".
Série Alberto Torres. Edições Governo do Estado do
Amazonas, Manaus, 1966. Cap. 9: "Ao Começar a Experiencia
da Companhia de Comércio". E Cap. 10. " Negadores
e Entusiastas da Companhia de Comércio"

(5) NUNES, Odilon -

" Pesquisas para a História do Piauí". 2a. Edição.
Editora Arte Nova S/A, 1975. (4 volumes).
Volume I, pág. 136.

(.../...)

A experiencia lusitana em outras áreas tropicais garantiu aos dirigentes o sucesso na Amazonia depois do século XVII. A área tinha enormes problemas a resolver. Sabia-se de todas as dificuldades que existiam nas bases. O cumprimento da vontade real deparava-se sobretudo com as questões concernentes, à produção, ao comércio, à liberdade dos índios e à escassez de mão-de-obra. Era preciso executar uma política de cautela, inteligente e sem rigores. Para isto concorria "favoravelmente a experiencia e a informação acumuladas pelo Conselho Ultramarino e os informes dos antecessores.

Até o ano de 1820, apesar de altos e baixos devido à circunstâncias imprevistas, foram numerosas as determinações régias orientando os administradores da região amazonica como se pode constatar pela volumosa documentação disponível no Arquivo do Pará em Belém e no Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa.

O que vale salientar aqui é o método de colonização portuguesa, muito bem caracterizado e posto em prática na experiencia amazonica desde os primeiros momentos do século XVII. Esse método que distingue e diferencia a ação lusitana na Amazonia se caracterizou fundamentalmente pela sábia escolha dos funcionários que vinham representar a metrópole nas terras estranhas e longínquas. Eles representavam em cada gesto os interesses do governo metropolitano. As designações não se faziam por razões de política, mas por razões de competência e de fidelidade ao dever. Salvo raras exceções, foram sempre homens de muita experiencia administrativa e de muita prudencia os que vieram administrar a Amazonia. Foram prudentes no trato com os governados e dirigiram com conhecimento de causa os negócios da Amazonia.

"Interessados no bem estar coletivo, inspecionavam por vezes a interlandia". (Reis, 1940 pág. 119)

Temos numerosos exemplos desse interesse dos Governadores pelos colonos:

- Antonio Albuquerque Coelho de Carvalho saiu do Pará em 1697 e visitou os principais lugares da Capitania do Rio Negro.
- Hilário de Souza de Azevedo estava frequentemente junto dos colonos procurando saber suas necessidades.

(... /...)

- Bernardo Pereira de Berredo visitou vários interiores, para estimular os lavradores nas suas plantações de cana e de algodão.
- Muitos outros Governadores da estirpe de Mendonça Furtado, Mello e Castro, Athaide Teive, Lobo d'Almada, Souza Coutinho etc.. são homens de escol que realizaram notáveis trabalhos em contato com os colonos, estimulando-os a realizarem a obra colonizadora da Amazonia.

Já nos primeiros tempos da conquista a Amazonia fora premiada com grandes capacidades administrativas:

- Christóvão da Costa Freire,
- João da Maya da Gama,
- José da Serra,
- João de Abreu Castelo Branco.

Os primeiros Capitães-Generais da conquista foram também homens dotados de muito tato e experiencia e viveram na Amazonia no período mais difícil: a fase de adaptação:

- Alexandre de Moura, conquistador do Maranhão (1615).
- Francisco Caldeira Castelo Branco, conquistador do Pará (1616).
- Jerônimo de Albuquerque, primeiro administrador do Maranhão, depois da expulsão dos franceses.
- Bento Maciel Parente, que fez muitas incursões pelo Amazonas contra os invasores estrangeiros.
- Manoel de Souza D'Eça que veio do Reino como Provedor-Mor da Fazenda e se distinguiu por muitos serviços prestados ao Maranhão e Grão-Pará.

Esses Capitães-Generais e muitos outros não cessavam de reclamar da Metrópole o maior apoio possível para os colonos que pouco a pouco iam-se implantando neste Novo Mundo amazonico. A política das competencias não sofreu interrupção na área amazonica durante o período colonial. Em 1804 eram frequentes os apelos do Conde dos Arcos (Dom Marcos de Noronha e Brito) em favor da área amazonica que ele denominava de ... " Colonia Bruta". (Reis, 1940 p. 120.) Dizia certa ocasião o Conde dos Arcos a El-Rei:

" O serviço que aqui há a fazer S. M. Real he a meu ver o mais importante possível; trata-se de converter uma colonia bruta, despovoada e pobre, em

huma que seja civilizada, popularíssima e rica...
 justamente na posição local de toda a América
 que mais necessita neste momento de bom serviço e
 que tendo-o pode ser a mais valiosa hypotheca da
 Nação" (Reis, 1940 pág. 120).

O "bom serviço que reclamava o Conde dos Arcos era
 justamente a nomeação e a remessa de pessoas capazes para tra-
 balhar na região que poderia ser na mente daquele estadista
 " a mais valiosa hipoteca da nação" portuguesa.
 Fica demonstrado com numerosos exemplos que na Amazonia colo-
 nial tanto os problemas políticos como os assuntos economicos
 estiveram sempre sob a responsabilidade de pessoas competen-
 tes.

O ciclo da "experiencia agrária" não se limitou apenas
 ao incentivo governamental à agricultura e ao comércio. É ver-
 dade que o principal objetivo traçado pelo Governo de Lisboa
 foi fazer prosperar a agricultura da cana, algodão, café, arroz,
 fumo e ampliar os plantios das espécies nativas como mandioca,
 cacau, salãa, cravo e canela. Estimulou paralelamente as ati-
 vidades ancilares da criação de gado e das indústrias da cerâ-
 mica, das cordoarias de piassaba, das serrarias de madeiras e
 incentivou por todos os meios na pesca do pirarucu e do pei-
 xe boi. Para isto, o Governo colonial criou a chamada "indús-
 tria da salga" ou indústria pesqueira.

Vimos anteriormente que as "Instruções Régias de 31
 de maio de 1753" recomendavam insistentemente que se cuidas-
 se da lavoura. Esta determinação foi cumprida rigorosamente
 por Mendonça Furtado e por seus sucessores no poder. Quando
 Furtado terminou seu mandato na Amazonia regressou ao Reino
 em 1759 e assumiu o Ministério da Marinha e à frente desse
 importante Ministério continuou ajudando aos governadores da
 Amazonia.

"A aventura da droga - diz Arthur Reis - foi de fato
 sucedida pelo comentimento agrário."

A política dos incentivos oficiais obedeceu a etapas
 bem definidas:

- a - concessão de lotes (as sesmarias) aos colonos.
- b - fornecimento de implementos agrícolas (ferramenta e se-
 mentes).
- c - instruções aos lavradores.

(... /...)

d - controle e supervisão dos trabalhos agrícolas pelo "Intendente do Comércio, Lavoura e Manufaturas".

Apoiados de longe pela Metrópole e de perto pelo Governador e por seus funcionários ... "os colonos operaram a transformação econômica" (Reis, 1960 p. 29).

Foi muito importante para a vida de todos os colonos a presença assídua e sempre animadora entre eles desse funcionário denominado Intendente do Comércio, Lavoura e Manufaturas. Era uma espécie de agente do governo local com a responsabilidade de visitar o interior e de prestar auxílio aos agricultores estimulando-os nas tarefas produtivas. O Intendente do Comércio era simultaneamente um porta-voz do poder público e o intermediário dos colonos. Eram nomeados dois Intendentes, um para supervisionar as lavouras e indústrias do Pará e outro para supervisionar as lavouras e indústrias da Capitania do Rio Negro. Como o próprio nome já indica suas funções, deveriam, portanto os dois Intendentes fomentar as lavouras por toda parte, supervisionar as manufaturas e estimular o comércio de toda a vasta área das duas Capitânicas. Falando de suas atribuições específicas, esclarece Arthur Reis:

" Percorrendo o Estado, assistindo os colonos, removendo dificuldades, eram os homens de cuja inteligência, de cujo patriotismo dependia, grosso modo, o êxito da experiência de Pombal" (Reis, 1960 SPVEA, pág. 30).

Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, por exemplo, desempenhou este cargo na Capitania do Rio Negro e dedicou-se de tal modo ao cumprimento de suas funções que mereceu louvores unânimes de todos os colonos, das autoridades locais e do Reino.

O método empregado para intensificar o povoamento foi o da dispersão que consistiu em conceder sesmarias levando os povoadores aos mais distantes pontos do Estado.

" Com a dispersão povoadora ocorreu também a dispersão agrária" (Reis, 1960 p. 30).

Assistia-se o colono em qualquer lugar onde ele se estabelecesse e aos mais diligentes o Estado concedia prêmios especiais e honras em nome de El - Rei.

Já no ano de 1.731, o colono Luís de Farias Esteves reclamava o pagamento dos favores que a legislação prometia. Tinha plantado ~~sele~~ sozinho 18.900 pés de cacau.

O Bispo Frei João de São José contemporâneo dessa fase do agrarismo pombalino na Amazonia é testemunha da importância econômica do esforço dos colonos mobilizados todos pelos incentivos dos poderes públicos. Nas suas visitas pastorais pelo interior da Amazonia o prelado Fr. João encontrara muitos sítios e grandes propriedades bem cultivados com milhares de espécies plantadas. NO vale do Rio Negro foi adaptado o cânhamo vindo da ~~Índia~~ Índia e deu excelentes resultados. Ai também se plantou o cravo também com ótimos resultados. Da África veio a pimenta e da Guiana Francesa a cana caiana e árvore da fruta pão. Culturas que deram excelentes resultados e muitos lucros aos proprietários e ao Reino. Da Guiana Francesa também veio o café, que se espalhou rapidamente pela Capitania do Rio Negro, pelo Pará e no Maranhão. Em 1759, já havia no Pará 17.000 pés de café cultivados e em 1785 só na Capitania do Rio Negro contavam-se em média 220.920 pés de café cultivados. (Reis, 1960 p. 31).

Da Amazonia o café foi levado ao Sul que em pouco tempo monopolizou ~~total~~ totalmente a sua cultura. No período colonial a legislação protegia todos os produtos provenientes da Amazonia isentando-os de impostos na alfândega de Lisboa. Esse protecionismo proporcionou à região Amazonica um próspero comércio com a Europa.

O açúcar, como já ficou demonstrado pela tese de Ernesto Cruz(6) foi um grande fator de progresso econômico do Pará e do Maranhão. Arthur Reis afirma que a vida dos barões do açúcar chegou a ser tão expressiva que:

.....
" a única nobreza amazonica foi justamente a nobreza dos Senhores de Engenho!.." Como no Nordeste, experimentando uma existencia faustosa que os cronistas assinalaram; assim, os proprietários de engenhos, senhores de imensos canaviais, conseqüentemente, de grossa escravaria. Em Cametá, em 1762, o Bispo Frei João de São José encontrou a família Moraes Batten-court cercada de um fausto régio. À mesa uma prata-

(.../...)

ria notável. Senhoras e Senhores vestindo veludo e sêdas custosíssimas... Os homens que possuíam grandes posses eram os produtores de açúcar." (Reis, SPVEA, 1960 p.32).

Joaquim de Mello Póvoas que foi o primeiro Governador da Capitania de São José do Rio Negro (7), ao mesmo tempo que comunicava a instalação dessa Capitania ao Ministro dos Negócios Ultramarinos, mostrava seus propósitos e seu programa de trabalho voltado para a agricultura, a fim de fomentar o povoamento no vale do Rio Negro. Em 21 de dezembro de 1758, escrevai da nova vila de Barcelos, a capital da nova Capitania:

..." Sendo igualmente necessário para o augmento destes povos o fazerem as plantaçoens de algodão, e mais generos q. produzem estas terras, e de manibas de q. prezentemente muito necessitão para a sua subsistencia, e tão-bém para o negócio (comércio), e colheita de cacao, e mais drogas, de q. por falta de farinhas se não aproveitarão no anno passado algũas povoaçõens desse Ryo, e actualmente tratão de fazer applicar os índios a estas culturas, e de os dispor para o negócio de cacao a q. brevemente irão."

.....
"O meio mais eficaz, e prompto para se introduzir nos habitantes desta Capitania a civilização de q. tanto caressam hé o cazarem os soldãdos com as índias, como muitos têm feito, e a frequencia das escolas em q. aprendem os pequenos, não só a ler, mas também a língua portugueza, motivo por q. farey as deligencias precisas para q. se continuem estes meynos, e delles resultará tão importantes fins."(8)

O mesmo Mello e Póvoas, governando depois o Maranhão, empenhou-se seriamente pelo progresso da lavoura como já o fizera na Capitannia do Rio Negro. Desenvolveu muito a cultura

-
- (6) Cf. Cruz, Ernesto - Trabalho já analisado por nós:
"História do Pará" - Volume I. Edição do Governo do Estado do Pará, Belém, 1973. Cap. II, ítem III.
"O Cielo do Açúcar" (págs. 63 / 125).
- (7) Criada em 1757 e instalada em 1758 com a presença do Governador do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Em 7 de maio de 1758, Mendonça Furtado instalava oficialmente

do arroz e do algodão, notadamente no vale do rio Itapecurú. O comércio do Maranhão prosperou muito com a administração de Mello Póvoas, que além de grande administrador foi notável estadista colonial.

Esses fatos comprovam que o sucesso do agrarismo na Amazonia no século XVIII foi fruto da capacidade administrativa dos dirigentes regionais que a Metrópole tão sabiamente enviou à Amazonia, estimulando-os e fiscalizando-os através do Conselho Ultramarino. É fora de dúvida que o Marquês de Pombal colocou na Amazonia uma equipe de escol.

X X X X X
X 5 X X X X

nota (7) .. continuação...

.....
te na aldeia de Marauá (depois vila de Barcelos) a Capitania do 3^o Governo. (Cf. Carta Régia de 3 de março de 1755, que manda estabelecer um 3^o Governo autonomo na Amazonia).

(8) Cf. Arquivo Histórico Ultramarino - Lisboa, Documentos do Pará. Caixa 18 (1756 - 1758) e REIS, Arthur César Ferreira - "Autonomia do Amazonas". Edições do Governo do Estado do Amazonas, Manaus, 1965.

Cinco instrumentos de colonização aplicados à Amazonia Colonial.

- A - Povoamento.
- B - Defesa.
- C - A Lei.
- D - O Comércio.
- E - O Protecionismo Estatal.

De tudo o que já ficou dito sobre o programa de colonização da região amazonica no período colonial, verificamos que Portugal elaborou e aperfeiçoou alguns instrumentos de colonização que foram todos aplicados à realidade amazonica:

- a) Pelo Povoamento - se concretizou a posse e o desbravamento da interlandia bem como a descoberta das possibilidades economicas.
- b) Pela Defesa - se asseguraram as fronteiras através do policiamento estabelecido nos principais pontos estratégicos já conhecidos e conquistados por missionários e sertanistas. As medidas para garantir as fronteiras eram tomadas ao mesmo tempo que se estimulava o povoamento. Um exemplo dessa preocupação com as fronteiras é a atitude tomada por Manoel Bernardo de Melo e Castro, sucessor de Mendonça Furtado no Grão-Pará. Melo e Castro, encarregado agora da vasta área enviou em 1760 destacamentos militares para ocupar a zona das cachoeiras do rio Negro, perto da fronteira espanhola. Perto das cachoeiras, os espanhóis já vinham desenvolvendo grandes esforços para ocupar a zona fronteiriça, atitude que os portugueses viam como uma tentativa formal de avançar em direção da fronteira de Brasil.

Muito antes da ocupação definitiva da zona das cachoeiras, pequenos destacamentos volantes de portugueses policiavam a região do alto rio Negro e observavam os movimentos dos espanhóis.

O sistema de fortes aliado ao esforço de povoamento tinha a vantagem de não isolar os colonos nem os soldados e de garantir a ambos (soldados e colonos) uma maior tranquilidade no trabalho, pela bilateral solidariedade nos momentos de dificuldade.

Souza Delgado executando ordens de 22 de maio de 1761 ... "montou uma Casa Forte na Ilha de São Gabriel e um armazém na cachoeira grande; estabeleceu as aldeias de São João Batista, Santa Izabel, Senhor da Pedra, N.S. da Nazaré, São Sebastião, São Francisco Xavier, Santo Antonio, em que fixou grupos indígenas que congregou para a soberania portuguesa; tomou posse dos povoados indígenas de São José, São Pedro, Santa Maria, e São João Batista. Realizou, assim, uma grande tarefa política, barrando a penetração espanhola" (Reis, Lisboa, 1961 p.9).

O esquema de defesa funcionava aliado ao esquema de povoamento e com o esquema de comunicações entre as várias localidades já povoadas na Amazonia. As autoridades sediadas em Barcelos e nos fortes do Rio Negro e das fronteiras tinham a preocupação de avisarem-se mutuamente em casos de ameaças. Valério Correia Botelho, Governador do Rio Negro, colocou de sobreaviso todas as forças da Capitania e enviou destacamentos para o rio Solimões. Reforçou todas as guarnições do alto rio Negro. Antes dele, Manuel Bernardo instruíra aos seus subordinados do Rio Negro e do Solimões para se manterem em contato com as autoridades de Mato Grosso e do Cuiabá, para informarem-se mutuamente sobre os setores de fricção, para que, desta forma, o Estado estivesse sempre de alerta.

c) Pei Lei (Legislação específica para a Amazonia) - garantia-se a posse já efetivada por missionários, civis, soldados que em nome da soberania portuguesa haviam penetrado e desbravado a área desde o início do século XVII. Através do instrumento legal fazia-se a concessão gratuita das terras, dos instrumentos de trabalho e regulamentava-se o modo de plantar, o comércio e a prioridade dos produtos. A lei também amparava e estimulava as alianças através dos casamentos dos soldados com as mulheres da terra.

d) Pelo Comércio - ficava assegurada a todos os colonos a venda da produção agrícola e a exportação, garantindo-se dessa maneira a todos os colonos o mercado certo a seus produtos. Coube à Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará esta tarefa de distribuição do produto nos mercados europeus bem como a responsabilidade do abastecimento aos colonos dos generos necessários ao desenvolvimento da lavoura.

e) Pelo Protecionismo Estatal - o colono via-se animado constantemente pelo Intendente do Comércio, Lavoura e Manufaturas. A supervisão dos Intendentes visava sobretudo estimular os lavradores e garantir-lhes o apoio do Estado em tudo o que faziam para aumento da produção agrícola.

Pelo mecanismo da integração desses instrumentos de colonização houve um trabalho de conjunto em benefício " dos colonos e do Estado. Tratando do progresso que houve na Capitania de São José do Rio Negro diz Arthur Reis:

"Percorreram (os Intendentes e outras autoridades reinóis) a Capitania estabelecendo vilas, povoados e Paróquias, assistindo às agrupações humanas com as advertencias e as medidas que lhes assegurassem bem estar e estabilidade, incentivando-se e assistindo-se para que enfrentassem o meio sem as vaçilações perigosas aos interesses coletivos" (Reis, 1961, Lisboa, pág. 7).

Esse método de colonização desenvolvido na região amazonica nada deixa a desejar em face dos outros métodos que foram tentados posteriormente pelas autoridades brasileiras após a Independencia. As autoridades brasileiras olvidaram que o planejamento do desenvolvimento da Amazonia de hoje implica num conhecimento histórico das estruturas coloniais. O progresso amazonico implica também a retomada de processos que já demonstraram largamente sua eficiência como foi o caso concreto do programa da Era Pombalina.

X X X

5 - Revisão crítica de alguns conceitos de Arthur Reis à Propósito dos "Ciclos Economicos" da Amazonia.

O prof. Arthur César Ferreira Reis estabelece, na Histórica Colonial da Amazonia, uma divisão em "Ciclos Economicos":

- a - O Ciclo da Droga do Sertão,
 b - O Ciclo da Experiência Agrária, que, segundo Reis, principiou com o "Consulado Pombalino" (Reis, 1960 SPVEA, p.27). Para o prof. Arthur Reis, o primeiro ciclo economico - O Ciclo da Droga do Sertão - é um longo período caracterizado pela coleta das especiarias ... "coletadas em toda a extensão do vale e, realizado, pari-passu, com a marcha conquistadora de sentido político". (Cf. Reis, 1960 SPVEA p.15). Enquanto o "Ciclo da Experiência Agrária e das Atividades Ancilares" - é caracterizado pelo trabalho organizado, a lavoura iniciada e conduzida por entre experiências vitoriosas, a criação de gado levada adiante igualmente com exite, o povoamento com imigrantes trazidos das Ilhas dos Açores processando-se, insistentemente, a moeda, importada igualmente circulando em substituição aos gêneros até então servindo para as trocas mercantis". (Reis, 1960 SPVEA, pág. 15/16)

.....
 "... Esse ciclo agrário principiou com o Consulado Pombalino" (Reis, 1960 SPVEA p. 24).

É mais lógico e mais didático, para se compreender a evolução economica da Amazonia, admitir a existencia de cinco ciclos economicos até os nossos dias, entendendo-se que três / desses cinco ciclos cobrem o período colonial e os dois restantes cobrem o período pós-colonial. Teremos, então, na história economica e administrativa da Amazonia os seguintes ciclos bem caracterizados:

Primeiro ciclo + O Ciclo da "Droga do Sertão", como definiu já o prof. Arthur Reis. Neste ciclo sobressai sobretudo a obra dos missionários incorporando os nativos aos padrões culturais europeus, através da catequese. Período que coincide também com a violencia dos colonos contra os nativos, para explorá-los como

(.../...)

mão-de-obra escrava fazendo a colheita da "droga do sertão". Sem o missionário que fazia os "descimentos" neste ciclo o colono pouco teria conseguido do que conseguiu.

Segundo Ciclo: "O Ciclo da Experiência Agrária" - usando o mesmo termo do prof. Arthur Reis. Foi o ciclo da lavoura, e das atividades anexas (criação de gado e manufaturas).

Nesse ciclo houve:

- aumento das lavouras,
- estabelecimento da criação de gado,
- intensificação do povoamento com a introdução de imigrantes dos Açores e do Reino,
- introdução da moeda metálica, em substituição aos gêneros que funcionavam como moedas: sementes de cacau, e rolos de pano de algodão tecidos em casa e nas missões,
- organização do comércio com o reino.

Terceiro Ciclo: "O Ciclo Pombalino" - que não se caracteriza unicamente pelo esforço agrícola e pela expansão das lavouras e da criação de gado, mas caracteriza-se principalmente pela promoção social dos índios e dos colonos, pelo desenvolvimento das comunicações na Amazonia, pelo estabelecimento das vilas, pela campanha em favor da liberdade dos índios e pelo maior conflito ideológico já registrado na Amazonia: o conflito jesuítico-pombalino.

O "Ciclo Pombalino" tem características próprias e engloba fatos outros além da simples experiência agrária. Vamos, pois, caracterizar mais detalhadamente esse terceiro ciclo econômico da Amazonia:

As características que tomou a colonização da Amazonia durante o "Ciclo Pombalino" são sobretudo as seguintes:

a) Intensificação das migrações das famílias das Ilhas e introdução do negro na Amazonia.

~~b) Intensificação~~

b) Integração do índio na vida pública.

c) Igualdade de direitos dos colonos da Amazonia com os colonos do Reino (caso dos colonos do Pará que passaram a gozar dos mesmos direitos dos cidadãos do Porto).

(... / ...)

- d) Padronização da moeda.
- e) Fundação de novas vilas e mudança estrutural das aldeias.
- f) Incentivos materiais aos colonos sem exceção de pessoas.
- g) "Recebiam esses casais os instrumentos necessários para a tarefa agrária, espécies vegetais para plantar e um boi e duas vacas". (Reis, 1960 p. 17).
- g) Ample apoio à política de miscigenação.
Os incentivos régios à miscigenação deram ótimos resultados porque diminuíram os conflitos entre nativos e colonos, além de facilitar rapidamente a integração do colono europeu aos hábitos na terra bem como possibilitar rapidamente a aprendizagem da língua portuguesa aos filhos dos novos casais.
" A colono que se casava com mulher da terra, dava o Estado um machado, uma foice, um ferro de cova, sete varas de linhagem ou estôpa. Se soldado, imediatamente tinha baixa do corpo de tropa onde servia, entregando-se-lhe, mais, os mesmos utensílios e pertences que se concediam aos colonos civis". (Reis, 1960 p. 19).
- h) Criação da Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão.
- i) Introdução de várias espécies vegetais até então desconhecidas na região amazônica.

Quarto Ciclo - O "Ciclo da Borracha". A economia da região esteve enfeada à borracha durante parte do Império e parte do período republicano. A literatura a respeito é vasta e mostra como a borracha marcou um ciclo econômico da Amazônia.

Quinto Ciclo - O Ciclo Agro-Pecuário e de Exploração Mineral dos Nossos Rios.

Não faz muito sentido identificar o "Ciclo da Experiência Agrária" com o "Consulado Pombalino" como admite o prof. Arthur Reis. As razões dessa inadmissibilidade são assaz plausíveis, porque muito antes de Pombal aparecer em cena política os colonos do Maranhão e do Pará plantavam mandioca, tabaco, cana e algodão. Já fabricavam açúcar e aguardente e faziam bons negócios com o Reino com a venda desses produtos agrícolas.

Temos notícias de que experientes plantadores de cana vieram de Pernambuco para a Amazonia e dedicaram-se ao fabrico de açúcar com muito sucesso. É o caso de Antonio Moniz Barreiros e de seu filho também de nome Antonio Moniz que instalaram dois engenhos de cana no Maranhão, na vale do Itapicurú por volta de 1622. O prof. Arthur Reis admite que a ... "única nobreza amazonica foi, justamente a nobreza dos Senhores de Engenho" (Reis, 1960 SPVEA, p.32). E essa "nobreza do açúcar" já havia inaugurado o "Ciclo da Experiência Agrária" muito antes do Consuado Pombalino, portanto, antes de 1750.

O prof. Ernesto Cruz já em várias ocasiões elucidou muito bem o problema da experiencia agrária na Amazonia no período colonial. (9) Ele tem defendido seu ponto de vista sobre a prioridade do fator economico sobre o militar na conquista do Pará. Nos "Temas da História do Pará" Cap. VII, Ernesto Cruz esclarece os pontos seguintes:

a) que a Côrte empenhou-se pela produção do açúcar fino e de boa qualidade produzido no Pará.

Uma carta de El-Rei escrita em 2 de setembro de 1684 recomendava ao Governador Francisco de Sá e Menezes ... "cuidado com os barcos que levavam para o Reino o açúcar fino". (Cf. Cruz, 1960 SPVEA pág. 137).

b) que em 24 de julho de 1623 o depoente Manoel Soares de Almeida, depondo no processo em favor de dona Maria Cabral e Francisca Caldeira Castelo Branco, mulher e filha do conquistador do Pará, deu testemunha de que ...

.... "viu que com efeito começou o dito Francisco Caldeira plantar canas". (Cruz, 1960 pág.138).

Este precioso depoimento, rico em informações sobre a experiencia agrária de Caldeira Castelo Branco no

(9) Cruz tratou do problema das primeiras experiencias agrárias na Amazonia nas seguintes obras:

1958 - "Colonização do Pará". INPA, Belém, 1958.

Cap. I: "Visão Histórica e Economica do Pará dos séculos XVII a XIX."

1960 - "Temas da História do Pará". SPVEA, Belém, 1960.

1973 - "História do Pará". Tomo I. Cap. Segundo. Itens I, II, e III.

(... / ...)

Pará está no manuscrito número 53 - Documentos avulsos do Pará, Caixa n.1, anos de 1616 - 1678, no Arquivo Histórico Ultramarino. Uma cópia desse valioso manuscrito ~~seu~~ encontra-se hoje no Arquivo Público do Pará.

c) que outras testemunhas tais como Manuel Álvares Maciel, alferes da conquista do Maranhão, João Nunes Fragoso, Custódio Valente Cabral, Capitão de Infantaria que estiveram no Pará no tempo da conquista, afirmaram que as plantações de cana de açúcar feitas por Castelo Branco foram as primeiras que se fizeram na Capitania. (Cruz, 1960 p. 139).

O fato de os colonizadores portugueses terem se apossado dos canaviais e dos engenhos de açúcar tomados aos ingleses e holandeses espalhados em várias áreas da Amazonia testemunha também que muito cedo os lusitanos passaram pela experiencia agrária.

É fato também incontestável já demonstrado por Ernesto Cruz que os engenhos de Caldeira Castelo Branco foram bem sucedidos conforme consta dos depoimentos dos seus contemporâneos. Tudo isto vem provar que o prof. Arthur Reis cometeu um equívoco ao dizer que:

"O Ciclo da Experiencia Agrária principiou com o Consulado Pombalino". (Reis, 1960 SPVEA p. 27).

A administração do Marquês de Pombal por si só constituiu um ciclo economico com amplas repercussões na economia regional do Norte do Brasil. E o ciclo pombalino é tão bem caracterizado como ciclo economico por outros elementos que não são somente a experiencia agrária.

Problemas sociais e políticos foram preponderantes nesse ciclo pombalino e a experiencia agrária na Amazonia já se havia revelado ~~uma~~ vitoriosa desde o século XVII.

O famoso relatório de Ouvidor João Antonio da Cruz Diniz Pinheiro, escrito em 1751 diz:

"Há em todo o Estado trinta e um engenhos reais de fazer açúcar". (10)

(10) Diniz Pinheiro, (Ouvidor) - "Relatório do Bacharel Antonio da Cruz Diniz Pinheiro, Ouvidor que foi do Maranhão, composto em 1751. Notícia do que contém o Estado do Maranhão em commum e em particular succintamente dentro no seu districto". (In - AZEVEDO, João Lúcio de - "Os Jesuítas no Grão-Pará. Suas Missões e a Colonização." Lisboa, 1901. pág. 343. Apendice. Nota "E".

Se o Ouvidor Diniz Pinheiro já em 1751 constatava a existência de "... trinta e um engenhos reais"... fazendo açúcar fino, é uma evidência que a experiência agrária dos portugueses na Amazonia antecederá de muito tempo ao Consulado Pombalino.

Outros autores amazonenses trataram também desse assunto embora tenham opiniões divergentes sobre a caracterização fásica dos ciclos economicos. Não revelam também idéias muito profundas sobre as características fundamentais dos ciclos economicos da Amazonia.

O professor Mário Ypiranga Monteiro em trabalho publicado recentemente em Manaus (11) apresenta no capítulo I de seu livro uma divisão da história da literatura regional condicionada por nove (9) ciclos economicos a que ele chama de "Os Ciclos Economicos Influitivos". Para o prof. Ypiranga Monteiro ... " os ciclos economicos locais agrupados em ordem rigorosamente sucessiva mas nem sempre cronológica (são);

- 1 - extrativista (drogas do sertão, isto é, produtos naturais da selva, incluindo mais tarde a goma elástica);
- 2 - da escravatura amarela (tropas de resgate, descimentos de índios);
- 3 - da pesca (fixando-se principalmente a captura de tartarugas e beneficiamento dos ovos);
- 4 - da escravidão negra (medíocre);
- 5 - da agricultura (desde o anil na colônia até produtos recentemente aclimatados);
- 6 - da indústria pastoriã;
- 7 - da indústria de transformação; com aplicação de máquinas primitivas às modernas;
- 8 - da mineração;
- 9 - da industrialização atual.

Já Samuel Benchimol opina que os ciclos economicos propostos por Arthur Reis correspondem à realidade do período colonial, mas que a história economica da Amazonia do período pós-Independência pode ser caracterizada por três ciclos economicos a saber:

(11) MONTEIRO, Mário Ypiranga - "Fatos da Literatura Amazonense".
Universidade do Amazonas, Manaus, 1976 pág. 21.

- Ciclo economico da borracha e do extrativismo.
- Ciclo economico da juta - malva.
- Ciclo economico dos incentivos fiscais. (12)

Des três autores citados:

prof. Arthur Reis.

prof. Mário Ypiranga Monteiro.

prof. Samuel Benchimol, é Mário Ypiranga Monteiro o que melhor caracterizou os ciclos economicos da Amazonia, não especificando, porém, a influencia desses "ciclos economicos influitivos" na vida política e economica do ~~pequ~~ povo da região amazonica, mas restringe a influencia dos ciches economicos ao campo restrito da literatura regional.

(12) Entrevista com Samuel Benchimol, em dezembro de 1977 na cidade de Manaus.

BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL DO CAP. IV.

" As medidas políticas tomadas pelo Marquês de Pombal e pela Companhia para desenvolver a Amazonia no seu conjunto".

01 - Annaes da Biblioteca e Arquivo Público do Pará.
TOMO IV (Belém, 1905).

02 - REIS, Arthur César Ferreira -

- " A Política de Portugal no Vale Amazonico", Belém, 1940.

- " A Autonomia do Amazonas". Edições do Governo do Estado do Amazonas, Manaus, 1965.

- " Aspectos Economicos da Dominação Lusitana na Amazonia". - SPVEA, Belém, 1960. Coleção Pedro Teixeira.

03 - Arquivo Público do Pará, Belém.

" Códice manuscrito nº 665. Carta do Marquês de Pombal a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Lisboa, 12 de março de 1755. (inédita).

04 - DIÉGUES JÚNIOR, Manuel -

" As Companhias Privilegiadas no Comércio Colonial".
In - Revista de História. Ano I. nº 3 (jul/set, 1950).

05 - NUNES, Odilon -

" Pesquisas para a História do Piauí". 2a. Edição.
Editora Arte Nova, S/A, Rio, 1975 (4 volumes).

06 - CRUZ, Ernesto -

" História do Pará". Edição do Governo do Estado do Pará. (Belém, 1973) (2 volumes).
Vol. I. Cap. II - ítem III: "O Ciclo do Açúcar".

07 - SIMÕES, Veiga -

" Daquém E Dalém Mar". (Portugal e Amazonia) 1a. Edição.
Typografia Palais Royal, Manaus, 1916.

08 - CARVALHO, João Renôr Ferreira de -

"A Obra do Marquês de Pombal na Amazonia". In - Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas".
Vol. IX, n. 1. (1977 - 2a. Parte).

09 - YPIRANGA MONTEIRO, Mário - " Fatos da Literatura Amazônica" - Publicação da Universidade do Amazonas.
Manaus, 1976. Cap. I págs. 21 / 53.

1

O povoamento da Amazonia Legal(1) nas últimas décadas é consequência do desdobramento da fronteira econômica do Centro-Sul do Brasil, e viabilizado pela abertura dos novos eixos de penetração que são as novas estradas, notadamente as rodovias:

Belém - Brasília (BR - 010)

Cuiabá - Santarém(BR - 165)

Cuiabá - Porto Velho (BR - 364)

Manaus - Porto Velho (BR - 319)

A RR - 236 que liga Rondonia com a fronteira do Perú e a rodovia Transamazonica, que como seguimento da BR - 230 vinda do Nordeste está desempenhando função muito específica atravessando a Amazonia em sentido leste-oeste. Está permitindo a penetração da população do Nordeste e do Maranhão es especial em territórios da Amazonia Ocidental.(2)

(1) "Amazonia Legal" - O conceito de Amazonia Legal apareceu pela primeira vez em 1953 através da lei n. 1.806, de 6 de janeiro de 1953 que assim estabelecia: "Artigo 2º - A Amazonia brasileira, para efeito de planejamento economico e execução do plano definido nesta lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Pará e do Amazonas, pelos territórios federais do Acre, Amapá, Guapauré e Rio Branco e ainda a parte do Estado do Mato Grosso a norte do do paralelo de 16^o, e do Estado de Goiás a norte do paralelo de 13^o e a do Maranhão a Oeste do meridiano de 44^o". (Reis, Arthur César Ferreira - "Aspectos Sociais da Valorização Econômica da Amazonia". Texto mimeografado, 1964 pág. 1. Biblioteca Pública de Manaus.).

Posteriormente, a lei n.5.173, de 22 de outubro de 1966 manteve o conceito de Amazonia Legal comportando o mesmo espaço definido em 1953 pela lei 1.806, alterando apenas a nomenclatura de Território Federal do Acre para Estado do Acre, de Território de Guapauré para Território de Rondonia e de Território de Rio Branco para Território de Roraima.

A colonização da Amazonia nestas áreas do desdobramento da fronteira economica do Centro-Sul está sendo feita por dois processos:

- a) o processo espontâneo (colonização não dirigida);
- b) o processo dirigido (colonização oficial a encargo do INCRA e de empresas particulares com algumas experiencias isoladas. Em Tomé - Açu no Pará temos por exemplo a experiencia da JAMIC que tem dado bons resultados.)

A colonização espontânea se faz com efetivos populacionais bastante expressivos, graças ao pioneirismo de posseiros e de desbravadores. O povoamento da margem da Belém Brasília é nos últimos 17 anos o caso mais expressivo de colonização espontânea. Outro exemplo muito expressivo de colonização espontânea foi a ocupação rápida do território federal de Rondonia por forasteiros de todos os Estados brasileiros. Estes dois casos (Belém-Brasília e Rondonia) demonstram muito bem a dinâmica do processo espontâneo do povoamento de áreas amazonicas. Nesta década tem-se processado em Rondonia o encontro da frente tradicional povoadora cabocla-nordestina com paranaenses, paulistas, mineiros, gaúchos, goianos etc..

O território de Rondonia, mesmo antes da abertura da estrada BR-364 que colocou em contato povoadores do Centro - Sul e do Centro -Oeste com Porto Velho e arredores, já havia sido invadido por populações garimpeiras entre os anos 60 e 70. Nesse período, houve intenso movimento de povoadores mineradores (garimpeiros) que precederam os lavradores e pecuaristas chegados depois de 1970 na região.

Entre os anos 60/70 a população de Rondonia cresceu de 70 %.

A esse respeito diz Fernando Henrique Cardoso:

"Estima-se que neste período 30 mil pessoas dependiam do garimpo, pois havia 6 mil garimpeiros em atividade".

(CARDOSO, F. H. "Amazonia: Expansão do Capitalismo", 1977,

pág.102(3)

(2) Veja-se ARRUDA, Hélio Palma de - "Sistemas e Programas de Colonização na Amazonia Brasileira" (Assunção, Julho/76) M.A. INCRA, 1976 pág. 32: "Mapa Anexo".

(3) O mesmo assunto está citado no jornal OPINIÃO 14/11/75 n. 158, p.12

O processo de colonização dirigida a encargo do Ministério da Agricultura sob a execução direta do INCRA acha-se emperado pela falta de poder de decisão do órgão frente às medidas que devem ser tomadas para pressionar a estrutura latifundiária brasileira. Criou-se no interior dessa autarquia uma burocracia jurídica e sua morosidade na solução dos problemas de discriminação, identificação e entrega de lotes retarda o processo de reforma agrária. Outro problema sério dessa autarquia é a falta de continuidade de política agrária e em decorrência disso, certos programas que anos atrás foram considerados prioritários passam a não sê-los mais com simples mudança de Ministros da Agricultura ou com a mudança dos presidentes do órgão. A ação do INCRA deixa muito a desejar em face das exigências da produtividade agrícola nacional.

"Em dezembro de 1972 o INCRA anunciou a venda de 500 mil hectares em Rondonia e 250 mil ha. em Marabá, no Pará. Simultaneamente as 100.000 famílias cogitadas em 1971 que seriam instaladas a curto prazo na área de colonização da Transamazonica (e 1 milhão em 1980, segundo declaração de Moura Cavalcante a O Estado de São Paulo de 02/02/73 reduziram-se às modestas cifras indicadas na secção anterior - avaliado em 6.154 colonos numa área de 615.400 hectares, conforme o jornal "O ESTADO DE SÃO PAULO, 02/10/75) (4)

(4) CARDOSO, F. H. "Amazonia: Expansão do Capitalismo"

Editora Brasiliense - CEBRAP, 1977 p.157/158.

Historicamente a população do interior da Amazonia se constituiu de caboclos descendentes de portugueses e de índios. A população cabocla, fruto da política de miscigenação estimulada oficialmente pelo Marquês de Pombal no século XVIII, permaneceu coletora e ribeirinha vivendo exclusivamente da pesca, dos produtos da selva e de uma insignificante agricultura de subsistência plantando sobretudo mandioca. Nos meados do século XIX (1850 em diante) esta população tradicional ribeirinha (caboclos) foi reforçada por novos contingentes demográficos pelo período de ~~quase um século~~ mais de meio século. No início do século XX sobretudo entre os anos de 1920 a 1940, a população cabocla ribeirinha ~~se~~ foi enriquecida étnicamente pela enorme contribuição de nordestinos que desciam dos altos rios durante o período da recessão econômica dos anos 30 a 40.

No decorrer dos 70 anos da euforia do extrativismo da borracha (1850 a 1920), a Amazonia ganhou muita gente vinda do Nordeste que vieram atraídos pelo alto preço do "ouro negro" como era chamada a borracha da Amazonia. Foi incalculável em termos demográficos e étnicos a contribuição do Nordeste à Região Amazonica.

"Eles começaram a chegar, a partir de 1850, procedentes da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e do Ceará, em sua maioria, daí a denominação genérica de "cearense" atribuída a todo imigrante nordestino. Procediam geralmente da zona do agreste e do sertão, sendo tangidos ora pela seca - imigração por fome - ora simplesmente atraídos pelo "apetite da seringa" - imigração por cobiça e fortuna, ou simultaneamente por ambas.

A seca de 1877/1878 deslocou 19.910 retirantes. Em 1892 as entradas registraram 13.593. No triênio 1898/1900 os portos de Belém e Manaus acusavam a entrada de 88.709 imigrantes nordestinos, no auge desse movimento poveador, que no período que vai de 1877 a 1900 deslocou para a Amazonia 158.125 nordestinos, cerca de 20% da população amazonica da época.⁽⁵⁾

Esse processo de penetração de nordestinos na Amazonia coin-

(5) BENCHIMOL, Samuel - "Estrutura Géó-Social e Economica da Amazonia" - Série Euclides da Cunha. Edições Governo do Estado do Amazonas. Manaus, 1966 - 1º volume. pág. 148 n. 181.

cide com três momentos históricos distintos e bem caracterizados:

- a - De 1850 a 1920, fase caracterizada pela entrada de grande volume de imigrantes nordestinos e pelo aumento da produção da borracha em decorrência de grande alta de preços do produto no mercado mundial. Nessa fase, os nordestinos penetraram toda a região amazônica e chegaram até os altos cursos dos rios da bacia amazônica e até às fronteiras meridionais e ocidentais. Os episódios da conquista do Acre se inscrevem nesse período de expansão territorial em procura da borracha.
- b - De 1920 a 1942, fase caracterizada pela regressão econômica da Amazonia em consequência das crises econômicas do pré-guerra e do aparecimento da borracha do Oriente que conquistara o mercado mundial. Nesse curto período de 22 anos a região dos seringais amazônicos se despovoou bem como as áreas de fronteira que já haviam sido ocupadas heroicamente durante a primeira fase: (1850/1920).
- c - De 1942 a 1945, fase da reativação da imigração nordestina para o empreendimento que se denominou de "Batalha da Borracha". É o período correspondente ao acirramento da 2ª. guerra mundial e ao controle das fontes produtoras de borracha no Oriente pelos japoneses. Nestas circunstâncias, os americanos necessitavam urgente de muita borracha para sua indústria de guerra e projetou-se a "Batalha da Borracha" na Amazonia. Do entendimento entre o Governo Americano e o Governo Brasileiro surgiram os "Acordos de Washington". (6)

Ocorreu nesta época a criação do Banco de Crédito da Borracha (depois Banco da Amazonia) com 40% de capital americano. Mais tarde, o Governo Brasileiro comprou as ações dos americanos e estatizou o capital. Outros importantes órgãos foram criados nesse importante curto espaço de tempo (1942/1945):

- O Instituto Agrônomo do Norte para apoiar a pesquisa em torno do plantio da seringa.
- O SESP (Serviço Estadual de Saúde Pública) que prestou ...

(6) "Acordos de Washington" -

inestimável colaboração ao povo da Amazonia no campo da saúde. Nesse período da "Batalha da Borracha" em apenas 3 anos a imigração ~~na~~ nordestina foi novamente reativada e cerca de 30 mil imigrantes do Nordeste foram encaminhados para a Amazonia. (Benchimol, 1966, p. 14 8)

4

O mapa demográfico elaborado por Samuel Benchimol (Veja-se "Estrutura Géo-Social e Economica da Amazonia" quadro número 129) revela com nitidez esta situação das fases várias do povoamento e esvaziamento posterior do interior da Amazonia. Vejamos, por exemplo, os casos do Pará, Amazonas e Acre, conforme os dados dos censos de 1872 a 1950:

Estados	1872	1890	1900	1920	1940	1950
Pará	275.237	328.455	445.356	983.507	944.744	1.123.273
Amazonas	57.610	147.915	249.756	363.166	438.008	514.099
Acre	-----	-----	-----	92.379	79.768	114.755
TOTAL	338.847	476.370	695.112	1.439.052	1.462.520	1.752.127

Em menos de um século a população desses Estados quintuplicou-se graças principalmente à contribuição nordestina que chegou a somar 300.000 imigrantes conforme dados fornecidos por Samuel Benchimol;

"No período portanto de um século, de 1850 a 1950, podemos estimar que entraram na Amazonia cerca de 300.000 mil "cearenses", (7) representando assim o maior contingente humano recebido pela região, pois o censo nacional de 1950 ainda registrou a presença de 114.388 nordestinos vivendo na região amazonica, o que corresponde a 6% no conjunto da população da Amazonia Clássica". (Benchimol, 1966 1- volume, pág. 148 n. 182.)

(7) O termo "Cearense" no texto tem a conotação genérica de nordestino.

Pelo quadro exposto se vê que a população nordestina que residia no Acre em 1920 (92.379 habitantes), vinte anos depois baixou para 79.768 habitantes em 1940. A recessão economica da borracha provocou grande exodo do povo do Acre. Esse movimento de imigração interna beneficiou sobretudo o Estado do Amazonas que no mesmo período teve sua população acrescida de 74.842 habitantes. Nesse período, o Amazonas exerceu a função de centro detentor das populações vindas do Acre e dos altos rios sobretudo do Solimões, Madeira, Juruá e Purus. Nesse período de esvaziamento demográfico do Acre, a população nordestina que meio século antes havia subido os rios até as fronteiras do Perú e da Bolívia na fase de 1877/ 1900 e os que haviam também subido para os altos cursos até 1920 regressaram das regiões de seringais por ocasiãe do declínio dos preços da borracha. O regresso dessa população dos altos rios se efetuou em direção aos médios cursos onde há séculos já vivia a população cabocla ribeirinha, a população tradicional da Amazonia. Os nordestinos e seus descendentes se caldearam aí com a população cabocla já estabelecida desde a época colonial. O estudo de cunho antropológico feito por Charles Wagley - "Uma Comunidade Amazonica. Estudo do homem dos Trópicos" Col. Brasiliana. Vol. 290, Companhia Editora Nacional, 1957" - mostra a estrutura das relações sociais de uma comunidade do interior da Amazonia. Vê-se nesse trabalho de Wagley a força do sentimento da elite branca descendente de portugueses do período colonial.

"Àquela época existia uma "aristocracia" em Itá, famílias como a do barão de Itá orgulhavam-se de seus ancestrais portugueses. Mandavam educar os filhos nas grandes cidades do Brasil e da Europa. Possuíam ricas propriedades territoriais e participavam da vida social e política de toda a região amazonica. Viajavam frequentemente para Belém e Manaus e recebiam visitantes de outras comunidades. Formavam a alta sociedade, ou a aristocracia. Na sua qualidade de comerciantes e donos de terras, controlavam a vida economica e política da cidade, e ocupavam todos os cargos públicos da municipalidade."(8)

(8) Wagley, Charles - "Uma Comunidade Amazonica. Estudo do Homem dos Trópicos". Tradução de Clotilde da Silva Costa. Cia. Editora Nacional, 1957. Coleção Brasiliana. Volume 290. pág. 151.

No encontro de populações arrivistas (nordestinos) com a população tradicional residente nos vales ~~pra~~ processou-se já neste século um novo movimento de miscigenação através de casamentos de nordestinos com mulheres caboclas. O nordestino se "acabocloou" também por via da miscigenação.

5

O encontro dos nordestinos com a população ribeirinha (caboclos) dos médios cursos fluviais se processou sem choques por dois motivos:

primeiro, porque quando as primeiras levas de nordestinos chegaram à Amazonia no século XIX, dirigiram-se diretamente aos seringais localizados nos altos cursos e não tiveram tempo de estagiarem e de se misturarem logo de início com a população tradicional ribeirinha. Nesta trajetória pioneira, os nordestinos foram além dos médios cursos, portanto além do habitat do caboclo amazonico. segundo, porque só meio século depois, quando regressava dos altos cursos, do Acre e das fronteiras o elemento nordestino misturou-se com o caboclo ribeirinho identificando-se com ele em todos os setores da vida do vale: coleta e pesca.

O que facilitou rapidamente a integração do nordestino com o ribeirinho amazonico foi sem dúvida a miscigenação. Grande parte dos imigrantes do Nordeste chegavam ~~em~~ solteiros na Amazonia. Ocorreu, portanto, processo semelhante ~~que~~ ao que já se verificara no período colonial, no século XVIII, quando os portugueses também chegavam solteiros na Amazonia e se casavam com as índias.

A falta de mulheres nos seringais foi um problema muito sério para todos os nordestinos. Muitas brigas e crimes registrados dentro dos seringais tinham como causa a cobiça de alguém por uma mulher. O seringueiro sonhava com o fim da safra, quando pegava o saldo obtido e descia para as praças de Manaus ou Belém, para em menos de uma semana gastar nos bordéis o que ganhara num ano de enormes sacrifícios e solidão.

A estatística dos primeiros tempos dos seringais são raras para que se possa demonstrar a profundidade desse problema da solidão afetiva do seringueiro, mas os dados de 1950 ainda revelam uma desproporção muito grande entre o número de homens e o de mulheres na Amazonia.

O autor Mário Guedes em seu livro intitulado:
"Os Seringaes. (pequenas notas) às páginas 131/132
tece importante comentário sobre o problema da falta de mu-
lheres nos seringais do Amazonas.

"A mulher, pela raridade que offerece, é com relativa
frequencia uma questão de brigas e de ciúmes. É pro-
curada, é tentada de todos os lados. E, como Eva que
é, quando não cede a tentação, nem por isso deixa de
sentir-se orgulhosa.

Conta-se um cem número de assassinatos pro-
vocados por questões de saias...

Se o "cabra" não tiver cabelo na venta, para
usar da expressão local, "tomam-lhe a mulher", caso
ela não seja escolhida pela raça, como lá conceituam
no centro - norte: "mulher e cavalo se escolhem pela
raça". Tanto assim que, segundo o mesmo conceituar,
faz-se preciso ir até a quarta geração da família para
ver se há algum caso..."

(Cf. Guedes, Mário - "Os Seringaes. Pequenas notas".
Rio de Janeiro. Jacinto Ribeiro dos Santos Editor,
1920, pp. 131/132).

O número de homens solteiros que chegavam para trabalhar nos seringais da Amazonia foi muito expressivo sobretudo nos períodos em que o apelo da fortuna mobilizava no Nordeste milhares de retirantes.

Da obra de Samuel Benchimol extraímos um quadro demonstrativo dessa situação em 4 unidades da federação; Rondonia, Acre, Amazonas e Pará.

Faixas etárias nessas unidades da federação em 1950:

U.da Fed.º	20-24	25-29	30-39	40-49	50-59	60 - 69
Rondonia:						
H -	2.499	2.627	3.587	1.658	985	608
M -	1.856	1.587	1.956	1.039	509	229
Ter. Acre:						
H -	6.024	5.622	7.869	4.374	3.519	2.547
M -	5.402	3.910	5.863	3.117	1.598	940
Amazonas:						
H -	24.841	21.793	32.220	20.139	11.203	6.801
M -	25.424	20.230	28.792	18.142	9.069	4.983
Pará						
H -	52.034	43.168	69.595	48.099	26.772	14.830
M -	55.088	43.030	67.148	46.592	26.539	15.576

Fonte: Benchimol, Samuel, 1966 n. 120. Quadros estatísticos.

No quadro se observa que é o Estado do Pará onde a situação demonstra equilíbrio entre o número de homens e o de mulheres. Isto deve-se muito ao fato de que o Pará é um Estado de povoamento antigo. Outro ~~razão~~ explica em parte o equilíbrio numérico entre homens e mulheres nesse Estado é sua proximidade do Maranhão de onde vieram muitos imigrantes trazendo suas famílias.

Esta situação de falta de mulheres foi seriíssima principalmente no Acre e Rondonia (antigo território do Guaporé) para onde a população partia sem suas famílias ou solteiros os mais jovens. O Amapá e Roraima também receberam grandes contingentes populacionais de solteiros.

De 1950 para cá ocorreu novo movimento de penetração em áreas amazonicas com a entrada de matogrossenses, goianos, mineiros, paranaenses, capixabas, paulistas e gaúchos. Esses imigrantes vêm-se utilizando dos novos eixos de penetração (as novas estradas) e estão se apropriando de antigas áreas povoadas por posseiros ou por seringueiros. É o mais recente movimento de povoamento da Amazonia tendo como característica fundamental o conflito e as numerosas tensões ~~xxx~~ sociais por causa da posse da terra. Além do conflito dos posseiros com os novos povoadores adventícios processa-se na região amazonica a substituição da mão de obra cabocla já assentada na região (população tradicional) pelos peões, mão-de obra trazida de fóra pelos investidores em empreendimentos agropecuários e de mineração.

Os interesses empresariais e os interesses dos posseiros se chocam violentamente porque o desdobramento da fronteira economica do Centro - Sul não incorpora o posseiros como proprietário. Conflito ainda mais agudo é o que ocorre entre interesses capitalistas do Centro-Sul e o interesse das tribos indígenas que são proprietárias das melhores terras da Amazonia. O conflito na Amazonia ~~xxxx~~ existe em três níveis diferentes:

- a) Conflito entre "peões" do Centro-Sul e habitantes tradicionais (caboclos e posseiros).
- b) Conflitos entre interesses empresariais do Centro-Sul e índios.
- c) Conflitos entre os interesses de pequenas e médias empresas da Amazonia (as empresas tradicionais da região) e as grandes empresas do Sul, de capital estrangeiro ou não.

A causa desses conflitos é uma só: o modelo de desenvolvimento nacional calcado sobre o grande empreendimento em prejuízo da ~~pequena~~ pequena e da média empresa. O modelo se impôs ao país e se estende agora à área amazonica que, durante muito tempo, ficara marginalizada do processo de desenvolvimento economico nacional.

A análise da política de incentivos fiscais adotada pela SUDAM mostra com clareza porque existe conflitos latentes entre a média e a pequena empresa com relação aos grandes empreendimentos que estão investindo na Amazonia.

Na Amazonia, a superfície média das fazendas em fase de instalação é de 18.750 hectares. "A SUDAM passou a não aceitar projetos com menos de 25.000 hectares, mínimo necessário para garantir a rentabilidade nas condições de exploração extensiva de gado nas terras amazonicas e para "preservar o equilíbrio ecológico" (Cardoso, 1977 pp 161/162)

O destino das populações tradicionais da Amazonia: índios, caboclos, ribeirinhos pescadores, posseiros, descendentes de nordestinos é muito inseguro diante dos fatos que estão acontecendo, porque esse povo tradicional da região se constitui numa população sem muitas alternativas: ou abandonam as terras cedendo as pressões dos grandes empreendimentos do Centro-Sul e vão viver nas periferias das maiores cidades da região (Manaus, Belém, Santarém, Parintins, Manacapuru, Tefé, Coari etc..) ou se tornam mão de obra barata dos novos empreendimentos por imposição do modelo de desenvolvimento que o país adotou e põe em prática rigorosamente.

7

Em janeiro de 1976 - os conflitos de terra na Amazonia se tornaram tão agudos que a CNBB (Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil) divulgou um documento chamado de "Pastoral da Terra" (9) com o objetivo de chamar a atenção em nível nacional para tão conflituosos problemas. A preocupação dos Bispos Brasileiros foi a de revelar às autoridades e ao povo em geral sobretudo alertando a consciência dos cristãos para a enormidade desses conflitos na Amazonia Legal e no resto do Brasil onde a estrutura agrária nacional está sendo a causa de numerosos e horrendos crimes entre brasileiros.

Até o presente momento (1977) foram os Bispos brasileiros quem melhor enfocaram e denunciaram as tensões na Amazonia e as respectivas causas dessas tensões. Os Bispos analisaram detalhadamente o Plano de Integração Nacional (PIN), o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) e toda a filosofia política agrária nacional. Explicaram em seu documento "Pastoral da Terra" as causas fundamentais dos conflitos de terra na Amazonia.

(9) C N B B - "Pastoral da Terra" - Estudos da CNBB n. 11.
Edições Paulinas, São Paulo, 1976.

O documento em apreço enfoca a situação específica da Amazonia que pode ser descrita nos seguintes tópicos:

- 7.1 - O problema básico, na Amazonia Legal, é o conflito entre direitos de propriedade da grande empresa agro-pecuária e os mesmos direitos da pequena propriedade de quem já estava " instalado (os posseiros).
- 7.2 - O choque se efetua, quando os prepostos dos empresários usam de todos os meios, sobretudo da violencia para obrigar os posseiros a desocupar as terras.
- 7.3 - Os grandes grupos economicos (10) do Sudeste e do Sul, que se dirigem à Amazonia são apoiados pelos incentivos da SUDAM. As terras compradas por esses grupos, via de regra, estavam ocupadas pelos primeiros desbravadores da região. Essas empresas "não pederão empregar senão uma ínfima parcela das populações de posseiros" (Pastoral da Terra - CNBB. Doc. 11 pág. 18)

(10) Fernando Henrique Cardoso - In "Amazonia: Expansão do Capitalismo" p. 161 fornece uma lista desses principais grupos economicos que estão investindo na Amazonia.

- 1 - Projeto Jari S.A. comprou em 1962 (1,5 milhões de hectares),
- 2 - Suiá-Missu (hoje com 678.000 ha),
- 3 - Codeara (666.000 ha.),
- 4 - Vale Cristalino (Volkswagen) com 140.000 ha.
- 5 - King's Ranch (Pargominas) com mais de 100.000 hectares.
- 6 - ~~Br~~ Bruynzeel, com 500.000 ha.
- 7 - Georgia Pacific, com 500.000ha.
- 8 - Robin Mac Gloim, com 400.000 ha.

(As firmas correspondentes aos númeors 5,6,7,8 são de proprietários norte-americanos).

- 9 - Toyomenka, com 300.000 hectares (Japonesa)

Além desses, muitos outros grupos industriais e financeiros investiram na agropecuária em Mato Grosso, Goiás e Pará.

- 10- Anderson Clayton; 11- Goodyear; 12 - Nestlé; 13-Mitsubishi;
- 14- Liquifarm, 15-Bordon; 16 - Swift-Armour; 17-Camargo Correa;
- 18- BRADESCO ; 19 -MAPPIN; 20 - Eletrobrás.

7.4 - Os mais afetados pelos danos da implantação dessas grandes empresas agro-pecuárias do Centro-Sul são os posseiros, seringueiros, castanheiros e os próprios colonos instalados pelo governo, porque lhes falta apoio jurídico, assistência agrícola, sanitária, escolar, falta-lhes moradia e transporte e vivem na incerteza quanto à venda de sua produção agrícola.

7.5 - Na Amazonia - cita o referido documento dos Bispos - 3,4 % dos proprietários dispõem de 62 % da terra, e 51 % dos que cultivam, possuem 3,4 % da terra". (Pastoral da Terra, 1976, pág. 18).

Toda esta situação de conflitos e de miséria humana da Amazonia está muito bem caracterizada no memorial que foi entregue pela CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) ao Presidente da República, Gen. Ernesto Geisel em 19.04.74. Diz aquele memorial:

"Com mais apreensão vemos a tendência de se limitar a colonização social a reduzido número de famílias, fazendo com que os desejosos de terra própria que se dirigiram para a Amazonia se tornem desempregados, mão de obra abundante e barata para firmas agropecuárias e mineradoras. Em 8 anos , cerca de 13 mil famílias receberam terra em projetos de reforma agrária e colonização, atingindo em torno de 600 mil hectares. Isto significa 1,6 % do total de famílias rurais sem terra. Enquanto isso, Cr# 1.920.000.000,00 foram investidos em 477 projetos agropecuários no Nordeste. Na Amazonia, 311 projetos pecuários carrearam Cr# 2.580.000.000,00 para 7 milhões de hectares (lotes médios de 23 mil hectares). Indagamos seriamente se esses projetos contribuem com eficácia para melhor distribuição de terras e de renda, tanto regional como das camadas sociais. Projetos pecuários tem significado plantar capim, criar boi, despejar trabalhadores das terras e diminuir a pequena lavoura". (Cf. Doc. Pastoral da Terra - CNBB, 1976 pág. 20.).

A CONTAG fez também um trabalho de localização dos principais focos de conflitos e verificou que são mais latentes nas áreas que o governo federal elegeu para pólos de desenvolvimento visando explorar a agricultura ou as jazidas de minérios. São as áreas chamadas Agropecuárias (AP) e Agrominerais (AM).

Áreas escolhidas pelo Governo Federal para pólos de desenvolvimento na Amazonia:

1. Kingu-Araguaia, MT e Sul do Pará. (AP)
2. Carajás - Sul do Pará (AM)
3. Araguaia - Tocantins (AP) Pontal de Goiás e Sul do Pará.

4. Rondonia (AM)

5. Pré-Amazonia Maranhense (AP)

6. Estado do Acre (AP)

7. Juruema (AP) e Norte de Mato Grosso.

8. Aripuanã (AP e AM)

9. Tapajós (AP), Centro do Pará.

10. Juruá - Solimões. (AP)

Focos de tensões e conflitos:

BRs - 242, 158 e 080 São Félix e Conceição do Araguaia.

Toda a região de Marabá.

Vales do Araguaia e do Tocantins.

Margens das estradas Porto Velho-Cuiabá. Porto Velho - Manaus. BR - 421 (cassiterita) Bacia do Madeira, Bacia do Guaporé, Mamoré, Jipuanã, Jamaú e Candeias.

Vales dos rios Mearim e Pindaré Mirim, nas BRs - Belém-Brasília, Belém - São Luís e Santa Luzia - Açailândia.

Em torno das rodovias BRs Rio Branco - Cruzeiro do Sul, seguindo parte dos vales dos rios Purús, Acre e Juruá.

Juruema - Aripuanã, BRs - 242, 174 e 165.

Vales dos rios Arinos, Juruema, Teles e Aripuanã.

Margens da Transamazônica, margens da Cuiabá - Santarém trechos entre Itaituba e Santarém.

Amazonas em geral (Estado), em volta de Manaus, nas BRs - Manaus Porto Velho, Manaus - Carajás, Manaus - Itacoatiara. (São áreas prioritárias de reforma Agrária pelo decreto n. 67.557 /70.

O conflito entre interesses das empresas do Sul e o interesse dos índios é facilmente demonstrável pelos numerosos artigos que a imprensa brasileira tem divulgado (Ex. O Estado de São Paulo, edição de 22/04/69 cita o problema criado pela fazenda Suiá-Missu em São Félix do Araguaia (MP).

A fazenda Suiá - Missu começou a ser implantada em Mato Grosso em 1962, pertencendo inicialmente a um grupo agro-industrial paulista. Passou depois ao grupo italiano LIQUIGÁS. Ocupava a área de 267 mil alqueires (cada alqueire tem 2,4 ha.). Este grupo Liquigás planejou colocar na área 130.000 cabeças de gado. Fica a fazenda a 117 Km. de São Félix do Araguaia. A fazenda apropriou-se da área de duas tribos de índios Kavante. Os trabalhadores encarregados de abrir a estrada entre São Félix e a fazenda argumentavam que os índios impediam a penetração das terras.

Em 1969, o jornal O Estado de São Paulo (22/04/69) divulgava o estado de miséria a que foram reduzidos aqueles índios da região incorporada pela fazenda. Passaram da condição de proprietários das terras à condição de mendigos, diz o jornal.

"... de início saqueavam as plantações de milho e arroz. Depois entrando em contato com os brancos passaram a viver às expensas destes. Já não roubavam, mas pediam (...). Com o passar do tempo e com a estrada esses índios foram deixando suas aldeias. iam para São Félix, desciam o Araguaia ou iam para a Ilha do Bananal, do outro lado do rio. Hoje a Suiá-Missu já não tem índios para mostrar ou temer" (O Estado de São Paulo 22/04/69).

A CONTAG e a Igreja ~~notadamente~~ notadamente os Regionais da CNBB Norte, Centro - Oeste e Nordeste recrutaram muitas informações sobre conflitos de terra no Brasil. A CNBB criou uma Comissão Pastoral da Terra (Linha 3 da CNBB) para trabalhar com exclusividade na área rural, levantando dados e criando condições para a instituição de uma "Pastoral Rural" para todo o Brasil. A Comissão Pastoral da Terra tem sua sede em Goiânia e edita o Boletim da Comissão Pastoral da Terra, órgão informativo da Igreja para divulgar os problemas de terra do país. A Igreja também criou o CIMI (Conselho Indigenista Missionário), que edita o boletim mensal denominado "Boletim do CIMI". São numerosas as notícias sobre problemas de terras dos índios e de terras de posseiros.

A CONTAG, em Brasília, com o apoio de uma acessoria jurídica organizou um arquivo especial sobre conflitos de terra no Brasil. Em Salvador, são editados pela Arquidiocese da Bahia os "Cadernos do CEAS", cujo número 39 (set/out, 1975) foi inteiramente dedicado ao estudo dos posseiros da Amazonia. (11)

O conflito de interesses entre médias e pequenas empresas com a grande empresa também é latente e tem como causa o modelo da SUDAM que favorece a grande empresa (nacional ou estrangeira). Fernando Henrique Cardoso explica como a grande empresa se implanta na Amazonia em detrimento dos interesses locais, marginalizados pelo princípio da competição apoiada pelo aval do Estado.

"O capital até pouco tempo sediado no Sul ampliou seu campo de operação. Ingressou diretamente na produção da região amazonica. Essa expansão se assenta num patamar de elevada acumulação. Passou-se da canoa ao avião, de dois hectares cultivados para 1.000 ha., de 50 bois a um estoque de 50 mil cabeças, de empréstimos x bancários de 100 mil cruzeiros a 1 milhão, da venda no mercado local à venda direta nos EE.UU e na Europa.

Cabe notar que esta situação nova criada por este capital foi possível graças à capacidade dos grandes proprietários do Sul (não interessa se nacionais ou estrangeiros) em tornar o Estado o avalista que coloca toda a riqueza do país, e, portanto também a Amazonia, à disposição da nova acumulação." (Cardoso, F. H. 1977, p. 106).

(11) Vários números dos "Cadernos do CEAS" foram consagrados ao problema rural brasileiro. Sobre a Amazonia em especial há os seguintes números:

Cadernos do CEAS n. 28 (1973).

Cadernos do CEAS n. 36 (1975).

Cadernos do CEAS n. 39 (1975). Com o tema: "Bispos da Amazonia: a Conversão ao posseiro."

Diante desse desdobramento da fronteira capitalista do Centro-Sul na Amazonia, os habitantes tradicionais só têm duas alternativas: ou partem ou ficam. Se ficam perecem pelo abandono (é o caso dos índios e dos posseiros). Se partem, vão engrossar o cordão periférico das cidades amazonicas do delta, do baixo, do do médio e do alto Amazonas. São centros urbanos que se locupletam improvisadamente como Belém (no Delta), Santarém e Parintins (no baixo Amazonas), Manaus (no médio Amazonas), Coari e Tefé (no alto Solimões). Surge nessas cidades um problema novo que tem de ser olhado sob pena de se acentuar mais ainda a marginalidade sócio-economica: é a inchente humana que vem dos interiores trazendo uma população totalmente desqualificada para assumir funções urbanas. Os poderes competentes têm que descobrir um processo de incorporação das populações nativas da Amazonia. Essa incorporação dos emigrados do interior deve-se fazer através do mercado de trabalho na primeira geração e através da educação na segunda geração.

O exodo rural se efetua com muita rapidez e a população que sai dos interiores e busca as grandes cidades não se integra ao novo modo de vida urbana e se marginaliza logo que chega. É muito elevado o índice de desemprego nas cidades de Manaus, Belém, Santarém, São Luís do Maranhão e tantas outras cidades que estão crescendo por acréscimo dos efetivos de imigrantes interioranos. A oferta de trabalho não cresce na mesma proporção em que as pessoas são liberadas do meio rural. Os grandes empreendimentos que se instalam na Amazonia não são geradores de empregos permanentes. Mesmo a indústria de cidades como Manaus e Belém não aumentam suas capacidades de emprego na proporção em que aumenta ~~xxxxxxx~~ a oferta de mão de obra. Além desses problemas, há um outro derivado: a mão de obra arrivista nas cidades é totalmente desqualificada e analfabeta em grande parte, dificultando, ~~para~~ por isso, ainda mais sua integração no mercado de trabalho.

O modelo de desenvolvimento diagnosticado para a região amazonica está tendo como efeito o esfaziamento demográfico do interior e a crescente marginalidade social desse excedente demográfico.

Todas as grandes cidades da região amazônica estão funcionando como centros detentores dessas populações que buscam aí o refúgio e a salvação econômica, aspiração que é frustrada na geração presente e que corre o perigo de frustrar também a geração jovem que se constituirá em mercado de mão de obra dentro de 20 anos.

9

Se não houver mudança no modelo de desenvolvimento implantado na região, não será possível uma integração da segunda geração através da educação e do trabalho. As previsões estatísticas sobre o crescimento demográfico das capitais e das principais cidades amazônicas comprovam desde já o fato do despovoamento do meio rural e do conseqüente "inchamento" das cidades. Belém tem uma população projetada para 1.026.822 habitantes em 1980. Manaus tinha 314.197 habitantes em 1970 e alcançará em 1980 a cifra de 600.000 habitantes aproximadamente. Santarém contava 138.205 habitantes em 1970 e chegará a ter 200.679 habitantes em 1980. Parintins, no baixo Amazonas tinha 38.689 habitantes em 1970 e chegará em 1980 com 53.529 habitantes. As duas principais cidades do alto Solimões tiveram suas populações sensivelmente aumentadas em 10 anos;

Tefé	(1970): 19.752 hab.	(1975): 22.023 hab.	(1980): 24.555 hab.
Coari	(1970): 27.756 "	(1975): 30.197 "	(1980): 32.852 hab.

Vale destacar aqui o fenômeno de despovoamento de áreas que outrora foram bem povoadas. É o caso de muitas cidades dos altos rios tributários do Solimões, do Madeira, do Xingu e do Negro. São regiões que passam por um processo de drenagem demográfica em favor dos centros urbanos já referidos há pouco. Cidades como Camutama, Fonte Boa que foram bem populosas no período da borracha assistem hoje sua própria ruína. Outro fenômeno curioso na Amazônia é o fato de pequenas cidades bem distantes dos centros drenadores como Manaus, Belém, Santarém etc.. estarem crescendo rapidamente pela chegada de ~~as~~ populações que ~~vixiam~~ viviam dispersas pelos seringais dos altos rios(12)

(12) Veja-se a esse respeito a pesquisa ainda inédita elaborada pela ACAR-AM: "Pesquisa Sócio - Econômica nas Regiões Produtoras de Borracha do Estado do Amazonas" . s/d. ACAR - AM. Escritório Estadual, Manaus.

Nesta categoria de cidades podemos citar Carauari, no alto Juruá e Jutai, no alto Jutai que, por estarem muito distantes de Manaus funcionam como centros detentores de populações de áreas de seringais que se esvaziam atualmente. Se estas pequenas cidades não existissem, as correntes migratórias engrossariam fatalmente a periferia de Tefé, Coari e Manaus.

A melhor política a ser adotada em apoio ao ^{povo} interior deve ser reforçar as funções dessas cidades mais distantes fazendo com que se tornem fornecedoras de serviços numa posição intermediária entre a capital e o povo que vive disperso pelo interior.

O quadro que mostrarei a seguir vai demonstrar de modo mais claro o fenômeno do despovoamento do interior do Estado do Amazonas sobretudo depois da criação da Zona Franca de Manaus que tem exercido a função de pólo de atração e principal centro drenador de populações.

Cidades	1970	1975	1980 pop. Projet.
Camutama, no Purus	5.799	5.409	5.044
Fonte Boa, no Solimões	11.760	10.497	9.369
Japurá, no rio Japurá	2.437	2.197	1.981 1981
Carauari, no rio Juruá.....	16.994	18.580	20.312
Jutai, no rio Jutai....	3.942	6.406	10.409

Fonte: "Aspectos Territoriais e Demográficos da Amazonia Legal" SUDAM, Belém, 1975. Divisão de Documentação.

O fenômeno mais atual da Amazonia Ocidental é o esvaziamento demográfico dos interiores com o conseqüente inchamento das cidades maiores do vale. Enquanto isto está ocorrendo com relação à população tradicional, verifica-se outro movimento de penetração de povoadores forâneos que entram pelas fronteiras do Sul do Amazonas passando por Rondonia ou pelo Acre, utilizando-se dos eixos de comunicação (BR - 319) Manaus a Porto Velho e a (BR -317) ligando Rio Branco à Lábrea (AM).

No delta amazonico, Belém drena a população do interior e cresce desordenadamente. No baixo Amazonas, Santarém e Parintins exercem igual função de centros drenadores. Para Manaus convergem as populações de antigas áreas de seringais do alto Solimões e seus afluentes. O exemplo de Manaus é muito ilustrativo desse acúmulo desordenado de populações vindas dos interiores. Uma simples visita aos novos bairros periféricos de Alvorada, Compensa, São Jorge, Santo Antonio, Coroado, Japiimlandia, Jaiim, ~~Planeta~~ Planeta dos Macacos etce.. dá-nos uma idéia da rapidez com que a população dos interiores está se transferindo para a capital do Estado. Há 15 anos atrás esses bairros não existiam. Os numerosos casebres de táboa que estouram por toda parte erguem-se onde havia floresta densa e igarapés pantanosos. As muitas palmeiras de buritis e as enormes castanheiras que ainda restam ~~em~~ alguns desses bairros de Manaus testemunham o fato do povoamento recente da periferia da cidade.

Podemos afirmar categoricamente que o crescimento de Manaus é uma resultante do despovoamento do interior e da falta de resolução dos problemas fundamentais desses mesmos interiores do Estado. São os problemas fundiários crônicos e o envelhecimento das estruturas do extrativismo sobre o qual se assentou por muitas décadas a economia do Estado.

Manaus como Zona Franca da Amazonia

Ocidental

Em 1966, pela lei n. 5.173, no dia 27 de outubro, o Marechal Humberto Castelo Branco extinguiu a SPVEA e criava com igual função a Superintendencia do Desenvolvimento da Amazonia (SUDAM). Sancionou também a lei n. 5.174 dispondo sobre concessão de incentivos fiscais em favor da Amazonia.

A implantação da Zona Franca de Manaus é uma aspiração que vem de 1957, sem, contudo, ter sido consumada senão a partir de 1967. Por isso, vejamos rapidamente qual foi a trajetória do processo de criação da Zona Franca de Manaus.

1957 - A lei 3.173, de 6 de junho de 1957 objetivava desenvolver a Amazonia Ocidental através da criação de uma Zona Franca na cidade de Manaus.

1960 - Saiu a lei n. 47.757, de 2 de dezembro de 1960, alterando em parte a legislação de 57.

1961 - O Decreto n.51.194, de 2 de agosto de 1961 alterava decretos anteriores sobretudo o de n.47.757, de 2 de dezembro do ano anterior.

O Decreto n. 51.194, de 2 de agosto de 1961 determinava em seu artigo 1º que a Zona Franca beneficiaria uma área compreendida pela Amazonia bem como países banhados por tributários do rio Amazonas. O objetivo principal dessa lei foi incentivar o desenvolvimento da Amazonia e autorizar à Zona Franca de Manaus a executar a política econômica e fiscal do Governo Federal a fim de estabelecer maior intercambio comercial com os países da bacia amazonica. O artigo 2º do decreto 47.757, de 2 de dezembro de 1960 estabelecia que o governo demarcaria uma área de terras não inferior a 200 hectares onde ficaria instalada a Zona Franca de Manaus.

Por uma série de razões, a Zona Franca de Manaus ficou adstrita durante muito tempo a um armazém do porto da cidade sem uma base física. Ficou como entreposto receptor de mercadorias do exterior. O único benefício fiscal que essas mercadorias tinham chegando ao porto de Manaus era a licença de importação, porque pagavam-se os impostos e direitos de alfândega. Não havia uma infra-estrutura capaz de sustentar uma Zona Franca. Faltavam instalações parquêrias portuárias, armazéns, cais flutuante acostável e faltavam sobretudo os incentivos fiscais para atrair a iniciativa privada.

1967 - Em 1967, o Decreto Lei n. 288, de 28 de fevereiro reestruturou a legislação sobre a Zona Franca e criou a Superintendencia da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). Nascia a SUFRAMA com personalidade jurídica, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira com sede e foro na cidade de Manaus ficando vinculada ao Ministério do Interior e recebendo os encargos de administrar e implantar as instalações e serviços da Zona Franca de Manaus.

A nova ~~unidade~~ autarquia deveria sem demora criar entrepostos e postos de fiscalização bem como criar o Distrito Industrial e Agro-Pecuário de Manaus.

O Decreto-Lei n. 288, de 27 de fevereiro de 1967 havia considerado área da Zona Franca apenas 10.000 Km², correspondente à Zona Franca de Manaus. Esta área foi depois ampliada pelo Decreto Lei n.356, de 15 de agosto de 1968 que extendia os benefícios fiscais às áreas pioneiras, regiões de fronteiras e outras áreas da Amazonia Ocidental. Ficavam cobertos por isenção fiscal os bens e mercadorias recebidos, provenientes, beneficiados ou fabricados na Zona Franca de Manaus, para uso e consumo interno nas áreas da Amazonia Ocidental com 3 (três) entrepostos comerciais: Porto Velho (Território Federal de Rondonia), Boa Vista (T.F.de Roraima), e Rio Branco (Estado do Acre). Esclarecia-se ainda que as isenções fiscais previstas só cobriam os seguintes produtos:

- Motores marítimos de centro e de popa, seus acessórios, pertences e peças.
- Máquinas e implementos agrícolas, rodoviários, industriais e pesqueiros, suas peças sobressalentes, inclusive os anzóis e outros utensílios para pesca, exclusive os explosivos e produtos utilizados em sua fabricação.
- Materiais básicos de construção, inclusive os de cobertura.
- Gêneros alimentícios e medicamentos de primeira necessidade.

A SUFRAMA instalou posteriormente, com base na experiência dos 3 entrepostos comerciais de Porto Velho, Boa Vista, Rio Branco, 15 postos de fiscalização localizados em cidades menores da Amazonia Ocidental. São os seguintes:

- | | | |
|----------------|------------------------------|-----------------------|
| 1. Parintins | 6. Fonte Boa | 11. Eirunepé |
| 2. Itacoatiara | 7. Benjamim Constant | 12. Lábrea |
| 3. Manacapuru | 8. Manicoré | 13. Cruzeiro do Sul |
| 4. Coari | 9. São Gabriel da Cachoeira, | 14. Guajará Mirim. |
| 5. Tefé | 10. Bosaão Acre. | 15. Vila de Rondonia. |

O estabelecimento dos entrepostos e postos comerciais visavam descentralizar a burocracia sediada em Manaus e poupar gastos de deslocamentos dos importadores sediados no interior da Amazonia Ocidental.

Como se viu, em 1967, através do Decreto-Lei n.288, de 28 de fevereiro foi reestruturada a legislação anterior e criada a SUFRAMA, que deveria estimular o surgimento de um pólo de desenvolvimento com centro em Manaus, tendo a capacidade de fazer irradiar o progresso até os confins da Amazonia Ocidental.

Entre os anos 70/74 com apoio da SUPRAMA instalaram-se indústrias de montagem nacionais e estrangeiras com sedes no Centro-Sul. Nos primeiros cinco anos da Zona Franca instalaram-se 97 indústrias que se acercaram de 9 mil estabelecimentos comerciais, resultando disso a criação de 30 mil empregos diretos com previsão a atingir 50 mil empregos em 1980.

A renda per cápita passou de 170 dólares em 1967 a 680 dólares em 1974. ~~mas~~ A estimativa para a população da cidade de Manaus é de 600.000 habitantes em 1980. Os 50 mil empregos projetados pela SUPRAMA representarão apenas 8,3% da população que terá emprego certo em 1980.

A ~~mas~~ ilusão da industrialização de Manaus e do emprego bem remunerado levou as populações ribeirinhas e dos altos rios a correrem para a capital do Amazonas e foram-se amontoando desordenadamente na periferia, formando hoje uma cidade periférica a Manaus, maior do que a Manaus de 10 anos atrás. A agricultura e o extrativismo se desorganizaram no interior da Amazonia. Em consequência disso, desorganizou-se também a população que corre para as cidades maiores em busca de sua redenção econômica. (13)

"A ilusão de uma fonte de renda urbana estável, ocupação temporária ou sub-emprego, luta pela educação dos filhos, por uma guarida médico-hospitalar quando necessária etc... induzem ao exodo rural".

(Cardoso, F. H. 1977, pág. 105).

(13) O jornal "A CRÍTICA" de Manaus, com relativa ~~frequencia~~ frequência, explicitou os problemas dos bairros de Manaus, formados por esta população vinda do interior. O jornal tem mostrado várias vezes que o ~~mas~~ homem interiorano simplesmente transfere para a capital os problemas que no interior não foram ainda resolvidos. Seus problemas lhe acompanham e se acumulam aos da cidade.

Reportagens sobre o assunto:

a) A CRÍTICA, 6 de fevereiro de 1977: "Favelas enquanto a polícia não vem". (problemas do bairro do Japiim).

b) A CRÍTICA, 23 de maio de 1977: "Famílias ~~pedem~~ pedem socorro contra crimes na ponte". (Análise do abandono em que vive o povo dos bairros de Manaus).

continuação da nota (13)

c) A CRÍTICA, 4 de julho de 1977: "Vila da Prata: abandono total de seis mil pessoas". (Análise do abandono em que vive o povo e o crescimento da marginalidade social).

d) A CRÍTICA, 5 de julho de 1977: "Bairros de Manaus esperam o cumprimento das promessas do Governo". (apresentação das aspirações dos habitantes dos bairros pobres. Não satisfação deessas aspirações pela administração pública).

O Jornal do Brasil em 3/01/77 estampava os problemas de irregularidades na ocupação da Amazonia, destacando a decepção dos nordestinos que vieram para a Transamazonica que lhes foi apontada como a "estrada da redenção".

O mesmo ~~per~~ Jornal do Brasil em edição de 20/03/77 - fazia ampla divulgação dos problemas de grilagem de terras do Maranhão com o comprometimento e incentivo do Estado. Título do artigo: "Grilagem no Maranhão tem até incentivo do Estado" - Reportagem de Rangel Cavalcante, enviado especial.

A imigração estrangeira e sua contribuição na formação das lideranças econômicas e políticas da Amazonia.

Carece ainda de uma análise especial o estudo da contribuição estrangeira na Amazonia no processo de formação de lideranças. Vagas notícias temos dessa contribuição econômica e administrativa que prestaram às populações locais muitos estrangeiros que se radicaram definitivamente nas praças de Belém e de Manaus, durante e após o período da borracha.

A título de sugestão apenas cito aqui o ensaio de Samuel Benchimol: "Estrutura Geo-Social e Econômica da Amazonia". Volume 1. ítem n. 4: Contexto Cultural, onde o autor faz um inventário ainda muito sumário das principais contribuições culturais de todos os que viveram na Amazonia e que de uma maneira ou de outra contribuíram com o processo de formação de lideranças.

O autor inicia sua exposição descrevendo o complexo cultural da Amazonia como "conjunto tradicional de valores, crenças, atitudes, e modos de vida formadores da organização social, e um sistema rudimentar de conhecimentos, práticas e usos de recursos extraídos da floresta, rios, terras e águas responsáveis pela subsistência econômica, desenvolvidos pelo homem e sociedade amazonicos ao longo do processo histórico, herdado do índio, aos quais foram sendo incorporados - por via de assimilação e difusão, - instituições, instrumentos, técnicas, incentivos e motivações transplantados pelos colonizadores europeus e imigrantes nordestinos que definiram a atual estrutura social baseada em uma economia agro-mercantil extrativista, orientada para os mercados externos e vinculada aos centros hegemônicos dominantes do exterior e do centro-Sul do país". (Benchimol, 1966, pág. 117 n. 133).

O autor restringe a contribuição indígena ao campo restritamente cultural denominando-a de "contribuição indígena - cabocla". Passa em seguida a assinalar a liderança econômica numa primeira fase e a liderança política numa segunda.

A liderança econômica "portuguesa hispânica" estende-se até o surgimento dos "novos ricos" do ciclo da borracha iniciado por volta do ano de 1850. Com o advento desse novo ciclo econômico, outros europeus aqui se instalaram e prestaram inestimável contribuição na liderança dos negócios.

Não só europeus, mas também norte-americanos, judeus, sírios libaneses, ~~ingleses~~ contribuíram para a formação das lideranças economicas da região amazonica.

Os ingleses estabeleceram muitas casas comerciais e agencias financiadoras da produção de borracha. O capital inglês foi predominante e ajudou a montar uma infra-estrutura urbana em Belém e Manaus: setores de navegação, portos, energia, telefonia, distribuição de água, rede de esgoto, banco etc.. Alguns nomes são testemunha dessa enorme influencia do capital inglês na Amazonia:

Port of Pará.

Pará Electric Co.

Amazon River Steam Navigation Co.

Manaus Harbour Ltd.

The Manaus~~ix~~ Tramways & Light Co. Ltd.

Manaus Improvements Ltd.

Manaus Markets Co.

Bank of London & South America Ltd. (Agencias em Belém e Manaus).

Muitas outras empresas comerciais de capital português, francês e alemão atuaram em toda a Amazonia no período da borracha.

Ahlers & Co.

Albert H. Alden Limited.

Afmazéns Andresen.

Cunock Schrader & Co.

A. de la Rivière & Cie.

Coutinho & Cia.

Braga Sobrinho & Cia. etc...

Benchimol no seu inventário de contribuições estrangeiras na vida economica da Amazonia arrola 13 empreendimentos ingleses, 32 empreendimentos pertencentes a alemães, franceses ou a portugueses. Relaciona os nomes de 69 famílias de judeus com negócios na Amazonia, incluindo ~~suas~~ sua própria família BENCHIMOL que se tornou hoje um poderoso grupo economico de Manaus com o controle de grande parte do comércio lojista nos ramos de eletro-domésticos (Lojas BEMOL), com o comércio do Gás (FOGÁS LTDA.) com a Central de Ferragens e com o monopólio da exportação da essencia do pau rosa para a Europa.

Relaciona na sua lista 50 famílias de sírios-libaneses que se radicaram na Amazonia movidos por interesses comerciais.

A contribuição asiática tem nos japoneses seus principais representantes sobretudo ligados à produção da juta, da pimenta do reino e da produção horti-granjeira nas principais cidades da Amazonia.

A juta foi introduzida na região pelos japoneses que, em 1929 fundaram em Parintins a Vila Amazonica. Aí introduziram a juta trazida do Japão pelo Sr. Isukasa Uetsuka. O produto tornou-se tão importante para a economia regional que figura hoje entre os principais produtos de exportação de todo o vale. É cultivada na várzea e oferece aproximadamente trabalho a 200.000 pessoas na época da colheita.

Estatísticas do IBGE estipula em 40.000 o número dos pequenos juticultores dedicados ao cultivo dessa planta fibrosa. (Geografia do Brasil. Região Norte. IBGE, 1977, p. 354). (14)

Apesar de toda essa contribuição estrangeira na Amazonia alicerçando as lideranças economicas nenhuma delas pode ser comparada com a contribuição ~~mas~~ nordestina que foi a base humana, a mão-de-obra indispensável para a formação da economia extrativista que deu à Amazonia uma projeção internacional. O nordestino na Amazonia tem passado por todos os degraus na ascensão social e economica. Sobre o itinerário de sua promoção diz Benchimol; que ele foi:

"Flagelado, retirante, brabo, seringueiro, e extrator em sua primeira fase. A seguir regatão, seringalista eleitoral, chefe político, coronel de barranco e deputado até atingir a chefia dos Governos dos diversos estados Amazonicos". (Benchimol, 1966, Volume n. 1. p.149).(15)

(14) A respeito da cultura da juta na várzea amazonica veja-se o trabalho de Costa, Irio Barbosa da - "O Juteiro" - In Tipos e Aspectos do Brasil. 10a. Edição, IBGE, Rio, 1975.

(15) Com mais detalhes sobre o assunto veja-se Benchimol, Samuel: "O Cearense na Amazonia. Inquérito Antropogeográfico sobre um Tipo de imigrante". SPVEA, 1965 - Coleção Araújo Lima.

Bibliografia Fundamental para esse Cap. V.

- 1 - ACAR - AM (Escritório Estadual):
Pesquisa Sócio-Econômica na Regiões Produtoras de Borracha do Estado do Amazonas. s/d. Manaus.
2. Arruda, Hélio Palma de -
Sistemas e Programas de Colonização na Amazonia Brasileira. Assunção, julho, 1976.
INCRA - Serviço de Documentação.
3. Benchimol, Samuel -
"O Cearense na Amazonia. Inquérito Antropogeográfico sobre um tipo de imigrante". SPVEA, 1965.
Coleção Araújo Lima.
4. Benchimol, Samuel -
"Estrutura Géo-Social e Economica da Amazonia"
2 volumes. Série Euclides da Cunha - Vol. V.
Edições Governo do Estado do Amazonas, Manaus, 1966.
5. Benchimol, Samuel -
"Projeto Géopolítico Brasileiro de Libertação e Desenvolvimento". A Formação e Reorganização do Espaço Político. Edição Especial do INPA.
Manaus, 1977.
6. Cardoso, F.H. e Muller, Geraldo -
Amazonia: Expansão do Capitalismo.
Editora Brasiliense - CEBRAP, São Paulo, 1977.
7. Cadernos do CEAS n. 36 (março / abril, 1975)
"Colonização da Amazonia"
8. C N B B - Pastoral da Terra. Estudos da CNBB - 11.
Edições Paulinas, São Paulo, 1976.
9. IBGE - Geografia do Brasil. Região Norte. Vol. I. Rio, 1977.
10. IBGE - Tipos e Aspectos do Brasil. 10a. Edição ampliada e atualizada. Rio, 1975.
11. Pontes, Rosa Oliveira de -
"Zona Franca: Fator de Desenvolvimento para a Amazonia Ocidental. MINTER. Coordenação de Comunicação Social, Brasília, 1977.

Bibliografia:

12. Goodland, Robert e Irwin, Howard -
"A Selva Amazonica: Do Inferno Verde ao Deserto Vermelho".? Editora da Universidade de S. Paulo.
Livraria Itatiaia Ltda. Belo Horizonte, 1975.
Coleção Reconquista do Brasil n. 30.
13. SUDAM - Aspectos Territoriais e Demográficos da Amazonia Legal. Divisão de Documentação, SUDAM, Belém, 1975.

Jornais:

14. Jornal "O Estado de São Paulo", 22/04/69 pág. 7.
15. Jornal do Brasil, Rio 03/01/77: "Ocupação da Amazonia. Três Aventuras Fracassadas e a Destruição sempre à vista". (Edilson Martins).
16. Jornal do Brasil, Rio 20/03/77 1^o Caderno:
"Grilagem no Maranhão tem até incentivos do Estado".
(Rangel Cavalcante, enviado especial).
17. Jornal " A CRÍTICA", Manaus, 6/02/77;
"Favelas enquanto a polícia não vem".
18. Jornal " A CRÍTICA", Manaus, 23/05/77:
"Famílias pedem socorro contra crimes na ponte".
19. Jornal " A CRÍTICA", Manaus, 04/07/77:
"Vila da Prata: Abandono total de seis mil pessoas".
20. Jornal " A CRÍTICA", Manaus, 05/07/77:
"Bairros de Manaus esperam o cumprimento das promessas do Governo".

X X X X X X

Manaus, novembro de 1977.

João Renôr.

O principal motivo que levou a SUFRAMA a criar um Distrito Industrial em Manaus foi a alta dos preços dos terrenos da capital. O advento da Zona Franca trouxe conseqüentemente uma especulação urbana e esta especulação dos espaços urbanos começou a dificultar a implantação dos projetos que estavam sendo aprovados na Zona Franca.

A situação foi contornada com a criação do Distrito Industrial que foi localizado a 5 Km. do centro comercial e hoje está totalmente ligado ao centro e circundado pelos novos bairros que surgiram nos últimos dez anos.

O Distrito Industrial está a leste de Manaus e ocupa uma área de 16 Km². Está subdividido em três setores:

Área Pioneira n. 1

Área Pioneira n. 2

Área de Expansão Industrial.

Nesta área total de 16 quilômetros quadrados foi feita ainda a seguinte sub-divisão operacional:

- a) zona de administração - compreendendo local de armazenagem aérea, local de entidades governamentais (sede da SUFRAMA por exemplo) e um local de entreposto internacional.
- b) zona habitacional - compreendendo áreas disponíveis para conjuntos residenciais que circundam a área de expansão industrial.

Através do processo espontâneo de invasão de terras pela população advinda do interior do estado, muitas destas áreas já foram ocupadas sem nenhuma infra-estrutura urbana: água encanada, luz, saneamento, escola, serviços etc.. Estão aí, por exemplo, os novos bairros do Coroadó, Japiinlandia e planeta dos macacos.

A intensão de ter uma área circundante ao Distrito Industrial foi muito boa. A França, por exemplo, implantou seus distritos industriais em Paris criando áreas habitacionais circundantes ao distrito. No caso de Manaus, a previsão é que falhou, porque se pensou que seriam necessários muitos anos para que estas áreas fossem ocupadas e deveriam sê-lo de modo planejado como foi o caso inicial dos conjun-

(1) Professor de Geografia Humana e de História do Brasil na Universidade de Mamazonas.

tos residenciais do Japiim I e II, mas aconteceu que o processo de povoamento espontâneo superou todas as previsões dos técnicos em urbanismo. Tudo isto é simples efeito do processo de "inchamento" das cidades brasileiras e do esvaziamento do interior. No estado do Amazonas este processo é patente. Manaus é o principal foco de atração da população do interior do estado.

2

O Crescimento demográfico de Manaus.

O censo de 1960 apresentava 714.774 habitantes para o Amazonas e 152.432 habitantes para Manaus. Em 1970, o censo apresentou 955.235 hab. para o Amazonas e 283.685 habitantes para Manaus. Em 1976, o censo apresentou para o Amazonas 1.155.331 habitantes e para Manaus 407.570 habitantes. De 60 a 70 a população do Estado do Amazonas cresceu 34 % a uma taxa de 3 % ao ano. No mesmo período a população urbana de Manaus teve taxa de crescimento de 6,407 % ao ano.

Quadro I. Crescimento da população do Estado comparado com o crescimento de Manaus:

Anos	Amazonas	Manaus
1960	714.774	152.432
1970	955.235	283.685
1976	1.155.331	407.570

Fonte: Rosa de Oliveira Pontes: Zona Franca: fator de desenvolvimento para a Amazonia Ocidental. Ministério do Interior, 1977.

Enquanto Manaus cresceu de modo assustador o índice de crescimento demográfico da zona rural é inferior à média de crescimento para o Brasil como um todo. O Brasil tem índice de crescimento demográfico de 3 % ao ano. A cidade de Manaus teve índice de crescimento demográfico de 6,407 % ao ano. A zona rural de Manaus cresceu apenas 2,7 % ao ano.

Vejamos agora o quadro do crescimento da população do meio rural no Estado do Amazonas em comparação com o crescimento da população urbana.

Quadro II. Estado do Amazonas

Anos	população total	pop. rural.	pop. urbana.
1960	714.774	478.120	236.654
1970	955.235	549.404	405.831
1971	980.549	555.804	424.745
1972	1.012.353	563.625	448.728
1973	1.045.535	571.546	473.989
1974	1.080.399	579.589	500.810
1975	1.116.951	587.746	529.205
1976	1.155.331	596.040	559.291

Ponte: Pontes - Zona Franca. citando estimativa feita pela CODEAMA, Manaus.

É evidente o aumento quase que duplicado da população urbana entre os anos 60/70 que passou em termos globais (válidos para todo o Estado do Amazonas) de 236.654 habitantes em 1960 a 405.831, em 70. Manaus representa neste processo de urbanização o principal centro drenador de correntes migratórias.

O crescimento demográfico desordenado e imprevisto da área circundante do Distrito Industrial de Manaus (Japim, Japiinlandia, Coroado etc..) é o simples efeito demográfico da transferencia de populações sem meios de vida no interior ou sem incentivos economicos para se desenvolver.

As estruturas do extrativismo caducaram e não se criou nenhuma outra estrutura economica básica para estimular a produção. Nenhum mecanismo retém o fluxo demográfico migratório para as cidades se não se assentarem na reformulação da estrutura produtiva do interior.

3

A integração social urbana do homem do interior

O problema demográfico visto agora sob o angulo da integração social urbana pelo trabalho industrial ou pelo trabalho no setor terciário de Manaus (serviços vários) tem vários aspectos a serem considerados:

- 1 - Capacidade da cidade de Manaus para absorver a mão-de-obra liberada pelo interior do Estado.
- 2 - Tipos de indústrias que se criaram e sua relação com o emprego.
- 3 - Relação entre volume de capital investido em projetos industriais e o aumento da capacidade de emprego nessas indústrias.

Primeiro aspecto do problema:

Depois que Manaus foi decretada Zona Franca em 1967 (Decreto Lei n. 288, de 28 de fevereiro), instalaram-se 97 indústrias de montagem entre os anos 70/74. Surgiram 9 mil estabelecimentos comerciais em igual período de tempo, resultando disso a criação de 30.000 empregos diretos. A previsão da SUFRAMA foi que a Zona Franca criaria até 1980 o ~~total~~ total de 50 mil empregos diretos. A SUFRAMA não previu que o crescimento demográfico de Manaus superasse todas as expectativas dos tecnocratas do planejamento.

A estimativa para a população de ~~Manaus~~ Manaus é de 600 mil habitantes em 1980. E mesmo que se consiga oferecer daqui até lá os 50 mil empregos diretos, esta cifra representará apenas 8,3 / da população com emprego certo.

Segundo aspecto do problema:

De 1968 a 1975 a SUFRAMA aprovou 162 projetos no valor total de Cr 2.674.907,00 (unidade em Cr 1.000.000), proporcionando 29.161 empregos. Os dados da SUFRAMA (1) sobre a situação das indústrias localizadas no Distrito Industrial revelam a situação do emprego ente ano de 1977:

A - Número de trabalhadores nas indústrias implantadas no Distrito Industrial de Manaus (situação em 30/9/77):

mão de obra projetada para o ano de 1977.	mão de obra ocupada até 30.9.77	Déficit.
11.835 empregos	9.202	2.633

B - Indústrias em fase de implantação no Distrito Industrial de Manaus (situação em 30.9.77);

mão de obra projetada	mão de obra ocupada	Déficit.
1.253 empregos	616	637

C - Empresas não implantadas no Distrito Industrial de Manaus, mas com financiamento assegurado pela SUFRAMA (30.9.77);

mão de obra projetada	mão de obra ocupada	Déficit
5.286 empregos	421	4.865

(1) SUFRAMA, Manaus, 1977 - "Relação de Projetos Industriais Aprovados pela SUFRAMA".

D - Total da mão de obra nas indústrias já implantadas, a serem implantadas, porém projetadas pela SUFRAMA no Distrito Industrial. (situação em 30.9.77).

mão de obra projetada	mão de obra ocupada	Déficit.
18.374 empregos	10.239	8.131

Pelo que se pode observar no próprio balanço da SUFRAMA em documento datado de 30.9.77 (Relação de Projetos Industriais Aprovados pela SUFRAMA, Manaus, 1977), a situação está longe de chegar ao ponto que se projetou e aprovou.

Terceiro aspecto do problema:

O volume do capital investido e a capacidade de crescimento do emprego naturalmente se vincula com a dimensão dos empreendimentos e com o modelo de empresa que se adotou na região. Parte-se fundamentalmente do fato que o modelo idealizado para Manaus foi o da grande empresa de montagem com matéria prima importada e com rápida exigência de mão de obra altamente qualificada. Só uma ~~de~~ educação técnica a longo prazo poderá responder a este problema básico.

São ainda os dados da SUFRAMA que revelam a situação do problema atualmente. A empresa sediada no Distrito Industrial com maior capital aprovado até agora é a "POTENCIA S/A Malharia Ind. da Amazonia com capital de Cr 381.985.000,00. Está oferecendo atualmente 308 empregos e projetou no seu plano um total de 2.621 empregos. A empresa de menor capital até agora implantada é a Despertex da Amazonia S/A com capital aprovado no valor de Cr 1.386.000,00, com 62 operários que é o seu efetivo atual de mão de obra.

A SUFRAMA aprovou até setembro de 1977 um total de 189 projetos industriais na Zona Franca de Manaus. A situação atual com relação ao ~~número~~ número de mão de obra empregada e ao número de indústrias aprovadas, se apresenta da seguinte maneira:

- a) Indústrias implantadas e em funcionamento..... 147
- b) Indústrias não implantadas, mas com capital aprovado..... 22
- c) Indústrias em fase de implantação 14
- d) Indústrias que foram implantadas e que ficaram paralisadas depois 6

Total = 189.

(.../...)

Situação da mão de obra na indústria de Manaus em 30/09/77:

mão de obra projetada pelas indústrias nos projetos.....	39.173	emprego
mão de obra empregada nas indústrias aprovadas.....	20.894	" "
déficit com relação ao que foi projetado	18.279	" "

CONCLUSÃO:

A ilusão da industrialização de Manaus e do emprego certo levou as populações do interior do estado do Amazonas e dos territórios limítrofes (Rondonia, Roraima e Estado do Acre) a correrem para a capital amazonense em busca do "El-Dorado" sonhado. É a população que hoje forma uma outra cidade periférica maior do que a Manaus que existia há dez anos atrás.

A agricultura da Amazonia só foi expressiva no período do "agrarismo" do Marquês de Pombal, no século XVIII. A desorganização gerada pelo extrativismo itinerante levou à desorganização social do homem do interior. Ele vem hoje para Manaus trazendo nos ombros todos os seus problemas do passado que se acrescentam aqui aos novos problemas da cidade de Manaus e (...) " A ilusão de uma fonte de renda estável, ocupação temporária ou sub-emprego, luta pela educação dos filhos, por uma guarida médico-hospitalar quando necessária etc...induzem ao exodo rural" (Cardoso, F. H. "Amazonia: Expansão do Capitalismo" - Ed. Brasiliense, 1977, p. 105).

=====

BIBLIOGRAFIA:

- 01 - 1977: IBGE - Geografia do Brasil. Região Norte. Volume I. Rio, 1977.
- 02 - 1977: CARDOSO, F. H. - "Amazonia: Expansão do Capitalismo". Ed. Brasiliense, S. Paulo, 1977.
- 03 - 1977: PONTES, Rosa Oliveira de - "ZONA FRANCA: Fator de Desenvolvimento para a Amazonia Ocidental". Ministério do Interior, Brasília, 1977.
- 04 - 1977: SUFRAMA. "Relação de Projetos Industriais Aprovados pela SUFRAMA." Manaus, 1977.



AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - [Lei nº 9.610/98](#)). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM



Secretaria de
Estado de Cultura



CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA